

LUCAS COLEHO BACCIN

**PENITENCIÁRIA DA PEDRA GRANDE: INSTITUIÇÃO DE
SEQUESTRO E PRODUÇÃO DE SABER SOBRE OS DETENTOS
(1930-1940)**

Florianópolis, SC

2019

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA UDESC
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO FAED
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

LUCAS COELHO BACCIN

PENITENCIÁRIA DA PEDRA GRANDE: INSTITUIÇÃO DE
SEQUESTRO E PRODUÇÃO DE SABER SOBRE OS DETENTOS
(1930-1940)

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-graduação em História do Centro Ciências Humanas e da Educação, da Universidade do Estado de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Rogério Rosa Rodrigues

Florianópolis, SC

2019

**Ficha catalográfica elaborada pelo programa de geração automática da
Biblioteca Setorial do FAED/UDESC,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

Baccin, Lucas Coelho
PENITENCIÁRIA DA PEDRA GRANDE: INSTITUIÇÃO
DE
SEQUESTRO E PRODUÇÃO DE SABER SOBRE OS
DETENTOS (1930-1940) / Lucas Coelho Baccin. -- 2019.
150 p.

Orientador: Rogério Rosa Rodrigues Rosa Rodrigues
Dissertação (mestrado) -- Universidade do Estado de
Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação,
Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis,
2019.

1. Penitenciária. 2. Prontuários. 3. Crime. 4. Instituição de
sequestro. I. Rosa Rodrigues, Rogério Rosa Rodrigues. II.
Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de
Ciências Humanas e da Educação, Programa de
Pós-Graduação em História. III. Título.

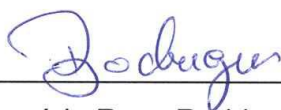
Lucas Coelho Baccin

“Penitenciária da Pedra Grande: Instituição de sequestro e produção de saber sobre os detentos (1930-1940) ”.

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de mestre, no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina.

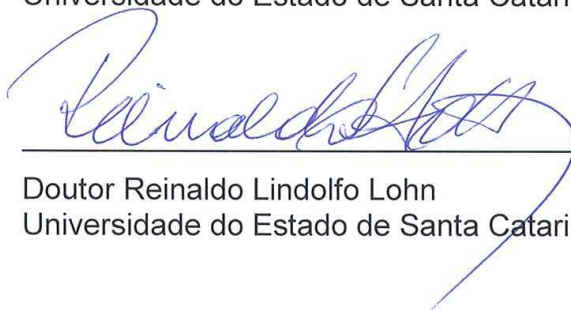
Banca julgadora:

Orientador:



Doutor Rogério Rosa Rodrigues
Universidade do Estado de Santa Catarina

Membro:



Doutor Reinaldo Lindolfo Lohn
Universidade do Estado de Santa Catarina

Membro:



Doutora Sandra Noemi Cucurullo de Caponi
Universidade Federal de Santa Catarina

Florianópolis, 07 de agosto de 2019.

Em memória à Regina de Fátima Coelho,
tia amada que tanto colaborou em minha
formação e estará eternamente presente
em nossos corações.

AGRADECIMENTOS

Escrever estes agradecimentos é algo quase tão complexo quanto escrever todo o restante deste trabalho. Não pelo fato de não me sentir grato, ou coisa que o valha, mas, muito pelo contrário, por ter a certeza de que não existem palavras que bastem para demonstrar o quanto agradeço à todas as pessoas que tornaram esta pesquisa possível. Os tempos tem sido difíceis, a cada dia que passa parece que nossas esperanças diminuem, mas é nas pessoas queridas que temos de encontrar a força necessária para continuar.

Na dedicatória deste trabalho quis prestar uma breve homenagem. Algo que faço também nestes agradecimentos, pois você sempre foi uma das pessoas que mais me apoiou em todas as minhas decisões. Estas linhas são pesadas de escrever, pois a saudade não tem fim. Gina, muito obrigado por tudo, por desde a primeira vez que decidi ir morar fora para estudar ter me auxiliado da forma que podia. Obrigado por sempre ligar perguntando se eu estava bem, e dizer que qualquer coisa era só ligar. Sua falta nesse momento é algo que não pode ser preenchido. Mas sei que está comigo, sei que está com todos de nossa família, e que sempre será parte de nossos corações. Sempre terei na lembrança a pessoa maravilhosa que você foi, que colocava a felicidade dos outros antes da própria, mas que isto era o que lhe fazia feliz. Este trabalho é em sua memória.

Primeiramente, agradeço à minha avó Terezinha Floriani Coelho, pessoa mais forte que já conheci na minha vida, que tantas dores tem enfrentado e ainda assim é a alma mais caridosa e amorosa que já conheci. Vô, sei o quanto você torceu por mim todo esse tempo, sei o quanto se preocupou por eu estar longe, sei o quanto se dedicou para que toda nossa família seja o que é hoje. Muito obrigado, se esta conquista, que também é sua, lhe deixar com metade o orgulho que tenho de ti, já terá valido à pena. Espero poder passar muitos anos ainda com sua presença. Serás sempre parte de mim, te amo.

Agradeço também a meu avô Walmor Coelho, que com muito trabalho construiu a sólida base que mantém nossa família forte e unida. Vô, estes dias estava lembrando de, quando criança ainda, jogar bola contigo no gramado da frente da casa, quase todos os dias depois do almoço. E essa é a imagem que sempre terei de ti, de

alguém que não mede esforços para trazer a felicidade para os seus. Muito obrigado por tudo o que já fizestes por mim e por nossa família, seu amor sempre nos manterá unidos.

À minha mãe Raquel Aparecida Coelho, que desde sempre me ensinou a ser uma pessoa melhor, que se importa com os demais. Sua força nos momentos mais difíceis pelos quais passamos é inspiração constante para levantar todos os dias. Obrigado por tudo o que você fez por mim e por minhas irmãs, por fazer quase o impossível para que pudéssemos chegar até aqui e sermos quem somos. Espero um dia poder retribuir um pouco de tudo o que você fez por nós. Saiba que sempre estarei ao seu lado, independentemente de onde estiver, nunca soltarei sua mão.

Às minhas irmãs Gabrielle e Grazielle que estiveram ao meu lado em todos os momentos, felizes ou tristes. Obrigado por terem me aconselhado nos momentos difíceis, por terem festejado nas conquistas. Ter vocês em minha vida foi e é algo que faz com que eu busque sempre ser uma pessoa melhor. Tenham certeza também de sempre terem em mim alguém que estará aos seus lados em todos os momentos. Agradeço também ao meu sobrinho/afilhado Ricardo Baccin, por toda a alegria que proporciona à nossa família.

Agradeço ao meu pai Norberto José Baccin por todo o aprendizado que tive contigo. Se hoje estou aqui, devo muito à sua ajuda, pois me apoiou em todos os momentos. Obrigado também por estar sempre disposto a auxiliar às demais pessoas ao seu redor, este é um dos exemplos de atitude que espero sempre carregar comigo.

À minha avó Libera Baccin, por sempre demonstrar carinho e preocupação, por sempre estar à espera de todos com um chimarrão quente. Que sua vitalidade, aos 90 anos de idade, dure por muitos e muitos anos. Agradeço também em memória a meu avô Alcides Baccin, falecido em minha infância, mas de quem tanto lembro com carinho.

À minha tia Rita que sempre se preocupou tanto comigo e com minhas irmãs, e sempre fez de tudo por nós. Agradeço à minha tia/madrinha Silvia, por sempre torcer por mim, por toda sua alegria e descontração que são parte de nossos momentos mais felizes.

Agradeço a meu tio Ricardo Coelho por ter sido a pessoa que tem nos mantidos todos unidos nesses tempos nublados. Você é a base que nos mantém unidos, muito obrigado por tudo o que tem feito pelo vô e pela vó, sabemos que sem você as coisas seriam muito mais difíceis. Obrigado por acreditar em mim, por toda a ajuda que já me

deu. Sei dos pesos que você carrega, e desejo que sempre tenha forças, mas saiba que estou aqui para dividi-los.

Este trabalho não seria possível sem as pessoas que dedicam suas vidas a trabalhar com a ciência e a educação, por isso, agradeço à todas e todos professores que fizeram parte da minha trajetória acadêmica. Agradeço também aos profissionais da educação como um todo, este campo que tem sido tão atacado nos últimos tempos, mas que sabemos que é só através dele que podemos ter a base para uma sociedade mais justa.

Agradeço ao corpo docente do PPGH/UDESC que, com excelência, propiciam uma pós-graduação pública e de muita qualidade para os que se dedicam ao ofício da História. Agradeço ainda a todo o corpo de funcionárias/os da UDESC, professoras/es, técnicas/os e terceirizadas/os, pois sem vocês o ensino superior público nada seria. Ressalto ainda que durante um ano fui bolsista PROMOP neste programa de mestrado, fato essencial para que este trabalho pudesse ser realizado. Desejo que este e outros programas de bolsa se mantenham e sejam ampliados, pois é através disso que a ciência e a educação no Brasil podem se desenvolver e chegar em todas as camadas sociais.

Agradeço à professora Sandra Caponi por ter aceito o convite em participar da banca avaliadora deste trabalho, e por suas pesquisas de qualidade que servem de referência a esta e tantas outras.

Ao professor Reinaldo Lindolfo Lohn por ter sido, desde a graduação, um dos professores que mais fez com que eu me dedicasse ao ofício de historiador. Suas aulas são sempre certeza de muito aprendizado. Agradeço ainda pelo aceite em participar da banca desta pesquisa.

Ao professor Rogério Rosa Rodrigues, que além de ter sido um excelente orientador, sempre fazendo apontamentos pertinentes e provocações necessárias, foi ainda alguém que demonstrou preocupação com minha saúde e bem-estar durante este processo. Esta reta final foi difícil, obrigado pela sua dedicação, ajuda e orientação.

Agradeço à professora Viviane Trindade Borges, coordenadora do projeto de pesquisa e extensão Arquivos Marginais, que, desde a graduação, contribui em muito em meu desenvolvimento como pesquisador. Obrigado por tornar possível com que eu e outros colegas pudéssemos entrar em contato com esta temática de pesquisa.

Obrigado também por toda sua dedicação em manter este projeto tão importante nos tempos atuais.

Agradeço também ao professor Fernando Salla, por ter participado da banca de qualificação desta dissertação com contribuições e observações que foram de suma importância para o resultado final desta pesquisa.

Nestes tempos nebulosos em que vivemos existem pessoas que fazem com que tudo seja um pouco mais leve, os/as amigos/as. Agradeço a todos os que já passaram por minha vida e deixaram coisas positivas, pelas melhores lembranças, pelas melhores conversas. Seria impossível citar todas estas pessoas sem ser injusto ou esquecer, mas neste ciclo do mestrado alguns foram imprescindíveis para que eu chegasse até aqui.

Carolina Wit, muito obrigado por todas as conversas, todas as dicas, por ter me ajudado nas mais pesadas crises, emocionais e financeiras. Você foi, sem dúvida nenhuma, uma das grandes responsáveis para que este trabalho tenha sido possível. Espero de verdade que você continue sempre na minha vida, e saiba que estou aqui para qualquer coisa que precisar, pois nada do que eu fizer será suficiente para demonstrar o quanto grato sou por tudo o que tu fizeste por mim.

Kadu, tens sido nos últimos anos alguém que sei que posso confiar em qualquer momento. Obrigado por estar do meu lado, por todo o incentivo, pela alegria que tu trazes nos dias mais difíceis. Espero também sempre te ter em minha vida, e tenha a certeza de que estarei sempre disposto para o que precisares. Se estes são os tempos mais difíceis, politicamente, que já vivemos, juntos seguiremos fortes para enfrenta-los, com a certeza da vitória no final.

Paulo Cordeiro, obrigado por ter estado aqui num dos piores momentos desta reta final do trabalho. Sua presença contribuiu em muito para que eu pudesse sair daquele lugar. Obrigado também por todas as conversas e momentos de felicidade.

Juvêncio, obrigado por toda a alegria que você carrega, por deixar a vida um pouco mais leve e divertida. Obrigado também por toda a ajuda que tens dado. Que a distância geográfica não nos impeça de continuar assim.

Para finalizar, agradeço à pessoa que tem sido minha companheira de todos os dias e momentos. Bruna, estar contigo é algo impossível de descrever em palavras, são tantos aprendizados, tantas histórias, tanto amor, que não que não caberiam nem em um livro. Você me faz querer ser melhor todos os dias. Nestes pouco mais de três anos vivemos tantas coisas, que às vezes parece um milênio, mas não o sentido da

demora, pois contigo o tempo voa, e eu só queria poder congelá-lo, para ficar sempre junto de ti. Obrigado por estar sempre ao meu lado, por me fazer sair das piores crises, por me fazer sorrir. Se os tempos são ruins, contigo tenho a certeza de que serão melhores. Obrigado por toda a preocupação, por todo o cuidado, por todos os beijos e abraços. Obrigado por ser quem você é, e por ter escolhido compartilhar teus momentos comigo. Desejos que muitos e muitos anos venham ao seu lado, te amo! E agradeço também à Miniápolis, que apesar de adorar caminhar pelo teclado e deitar nos livros, deixa os dias mais leves e divertidos.

RESUMO

Este trabalho abordará os primeiros anos de funcionamento da penitenciária da Pedra Grande (1931-1939), localizada em Florianópolis - SC. Objetiva-se problematizar de que formas os prontuários permitem compreender as funções discursivas da penitenciária dentro do sistema de poder em que esta funciona. Além disso, serão debatidas as diferentes categorias utilizadas pela instituição para enquadrar os sujeitos nela detidos e justificar a necessidade de sua existência. Objetivando-se assim estabelecer relações entre os embates e diferentes discursos encontrados nos prontuários. Com isso, busca-se perceber tanto um discurso oficial da função social da penitenciária, como também as práticas adotadas por esta para um controle e normatização dos indivíduos. Serão também utilizadas ainda outras fontes que contribuam para a compreensão dos objetivos da pesquisa, como os Regimentos e Normas internas da penitenciária, a Consolidação das Leis Penais de 1890, Relatórios do Governador de Santa Catarina e do Diretor da instituição, e dados estatísticos do período mencionado.

Palavras-chave: Penitenciária; Prontuários; Crime; Instituição de sequestro.

ABSTRACT

This research will address the first years of operation of the Pedra Grande penitentiary (1931-1939), located in Florianópolis - SC. The aim is to discuss in what ways the institutional records allows to understand the discursive functions of the penitentiary, understanding that this records are linked to the logic of a institution of control. In addition, the different categories used by the institution to frame and held in the incarcerated people, also the ones used to justify the need for the existence of the penitentiary will be discussed. The goal is to establish connections between the conflicts and differences of the discourses found in the institutional records. With this, the research seeks to understand both an official discourse of the social function of the penitentiary, as well as the practices adopted by it for a control and standardization of individuals. Other historical sources will also be used to meet the research intents, such as the penitentiary's Rules and Regulations, the Consolidation of Penal Laws of 1890, Reports of the Governor of Santa Catarina, and of the Penitentiary's Director, and statistical data for the period mentioned.

Key words: Penitentiary; Institutional Records; Crime; Kidnapping Institution.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Entradas por ano.....	38
Gráfico 2 - Profissões	43
Gráfico 3 - Naturalidade.....	44
Gráfico 4 - Tipo de Crime.....	49
Gráfico 5 - Local do Crime	50
Gráfico 6 - Tipos de Crime por mesorregião	54

LISTA DE SIGLAS

IDCH	Instituto de Documentação e Investigação em Ciências Humanas
APESC	Arquivo Público de Santa Catarina
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
UDESC	Universidade do Estado de Santa Catarina
FAED	Centro de Ciências Humanas e da Educação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	25
1 – VITRINE REPUBLICANA, APARELHO DE CONTROLE SOCIAL – A PRIMEIRA DÉCADA DA PENITENCIÁRIA DA PEDRA GRANDE	34
1.1 “OBRA DE CULTURA E DE HUMANIDADE” – OS DISCURSOS DE CRIAÇÃO DA PENITENCIÁRIA.....	35
1.2 -DE UM “DANTESCO QUADRO” A UM “CONCEITO HONROSO”	36
1.2.1 Perfis dos sentenciados	44
1.2.2 A criminalidade em Santa Catarina na década de 1930	51
1.3 – “UM NOVO FATOR DE ORDEM MORAL E ECONÔMICA A COOPERAR EM BENEFÍCIO DA COLETIVIDADE”	58
2 – UMA PRISÃO PERMANENTE: A ORDEM DISCURSIVA DOS PRONTUÁRIOS	63
2.1.1 O crime e a sentença	65
2.1.2 O cumprimento da pena	67
2.1.3 O livramento condicional e os embates judiciais	68
2.1.4. Um prontuário e diversas opiniões	76
2.2 O CASO DO PARRICÍDIO E A DEGENERAÇÃO PELA RAÇA	78
2.2.1. Um crime pela defesa da honra	78
2.2.2 O esquizofrênico	80
2.3.3 O regenerado	81
2.2.4. Um mesmo crime, dois diferentes caminhos.....	83
2.3 FUGA, REBELIÃO, DESTAQUE NA IMPRENSA: O CONTURBADO ANO DE 1936 NA PEDRA GRANDE	86
2.3.1 A espetacular fuga.....	87
2.3.2 A revolta de 17 de agosto.....	90
2.4 OS PRONTUÁRIOS E O PODER DISCIPLINAR	93
3 REGISTROS INFAMES.....	97
3.1 CARTAS DE UM FUGITIVO.....	99
3.2 REGISTROS DE UM ROMANCE PROIBIDO	104
3.3 “EU ATÉ ACHO QUE ME CONFESSANDO EU MORRO”	110
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	119
REFERÊNCIAS	122
APÊNDICE A.....	112
TABELAS DE NÚMEROS GERAIS OBTIDOS A PARTIR DOS PRONTUÁRIOS.....	112
DADOS 1 - NATURALIDADE	112
DADOS 2 – PROFISSÕES	117

DADOS 3 – COR E INSTRUÇÃO	119
TABELA 4 – TIPOS DE CRIME.....	120
DADOS 5 – LOCAL DO CRIME	122
APÊNDICE B.....	126
TABELAS DOS NÚMEROS GERAIS DE SANTA CATARINA A PARTIR DOS RECENSEAMENTOS E ANUÁRIOS	126
DADOS 6 – NÚMERO DE HABITANTES	126
TABELA 7 – PROFISSÕES.....	129
TABELA 8 – INSTRUÇÃO, SEXO, COR E NACIONALIDADE	130
ANEXO - PARECER CÔMITE DE ÉTICA	131

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo abordar os primeiros anos de funcionamento da Penitenciária da Pedra Grande, localizada em Florianópolis – SC. Tendo como questão principal problematizar de que formas os prontuários permitem compreender as funções discursivas da penitenciária dentro do sistema de poder em que esta funciona. Por funções discursivas entende-se que esta documentação não se trata de apenas um registro oficial, mas sim de algo que a instituição utiliza para construir um saber sobre os indivíduos, e utilizar este último para tomar decisões e medidas acerca destes. Além disso, serão debatidas as diferentes categorias utilizadas pela penitenciária para enquadrar os sujeitos nela detidos e justificar a necessidade de sua existência.

A hipótese central desta pesquisa é de que a partir dos prontuários é possível perceber tanto um discurso oficial da função social da penitenciária, como também as práticas adotadas por esta para um controle e normatização dos indivíduos.

O interesse em trabalhar com esta temática surgiu ainda durante minha graduação em História, também pela UDESC, onde em 2013, através da disciplina de Patrimônio Cultural II, tive a oportunidade de trabalhar com o acervo dos prontuários da penitenciária, localizado no IDCH¹. Desde então, me vinculei ao Projeto Arquivos Marginais, coordenado pela professora Viviane Trindade Borges, onde tive oportunidade de ser bolsista de extensão e de iniciação científica durante a graduação. Ainda sob orientação da professora Viviane Borges, defendi no ano de 2015, o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “Dos dias que são tantos que nem posso contá-los: os primeiros anos da Penitenciária da Pedra Grande (Florianópolis, 1930)”. Nesta oportunidade, foram analisados os discursos que instituíram a necessidade da Penitenciária na cidade de Florianópolis, bem como as formas como os prontuários discursam sobre como se deram as relações internas e as vidas dos sujeitos sentenciados dentro desta instituição. Esta dissertação de mestrado nasceu de lacunas que não puderam ser respondidas no trabalho anterior. Assim, na presente

¹ O Instituto de Documentação e Investigação em Ciências Humanas - IDCH tem por objetivo ser um centro de documentação destinado a desenvolver pesquisas, receber, tratar, armazenar acervos e documentos em diversos suportes, estimulando a produção, socialização e estruturação de conhecimento gerado na área de Ciências Humanas pela comunidade científica da FAED e pela comunidade externa.

pesquisa, pretende-se avançar na discussão sobre como a instituição se utiliza dos registros para construir um saber sobre os indivíduos e a partir deste tomar decisões acerca de suas vidas e construir discursos sobre sua função.

Entrei para curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da UDESC no de 2016, na linha de pesquisa de Culturas Políticas e Sociabilidades sob orientação do professor Rogério Rosa Rodrigues. Após a entrada no programa, vinculei-me novamente ao Projeto Arquivos Marginais, continuando assim a frequentar o espaço do acervo. Nestes quase cinco anos no projeto vivi as mais diversas experiências, desde o despertar do interesse pela pesquisa da temática, e, com isso, da paixão pela pesquisa histórica, até o cultivo de grandes amizades. Estar no acervo foi sempre algo diferente, cada dia gera uma nova descoberta, longe de ser apenas um conjunto de documentos de ordem institucional, os prontuários provocam muitas emoções na equipe do projeto. Em meio ao cheiro de mofo, decorrente da falta de acondicionamento adequado pelo qual os prontuários passaram muitos anos, aos caminhos das traças nas frágeis folhas de papel, às letras manuscritas difíceis de serem desvendadas, encontramos histórias de vidas de diferentes sujeitos, destes “homens infames”², como apresentado por Michel Foucault, “vidas que só sobrevivem do choque com um poder que não quis senão aniquilá-las, ou pelo menos apagá-las, vidas que só nos retornam pelo efeito de múltiplos acasos” (FOUCAULT, 2010, p.210).

Além das vidas e tramas desses infames, na maioria das vezes aprisionados em discursos jurídicos, policiais e médicos, o prontuário como fonte, também conserva em sua materialidade os restos de um passado de sofrimentos e desesperos. Lembro claramente do dia em que, durante o processo de higienização e catalogação dos prontuários, encontrei uma carta selada com os dizeres “objetos com o qual o sentenciado tentou suicidar-se”, ao que levei até a professora Viviane e, junto dos demais colegas presentes no dia, abrimos a carta que continha cacos de vidro e uma corda com manchas de sangue. Foi impossível segurar as lágrimas. Assim aconteceu ainda com diversos outros prontuários, outras histórias de vidas que chegavam até nós, e não apenas com sentimento de tristeza, mas que por vezes geravam o riso, o incômodo, a dúvida. Cada dia no acervo é um dia de novas descobertas, de novas

² A palavra *infame* é utilizada neste trabalho como a partir dos estudos desenvolvidos por Michel Foucault, ao demonstrar que a vida destes sujeitos tidos como indivíduos que deveriam ser separados da sociedade, retornam através do registro deste poder que quis apagá-los, como uma espécie de revanche.

trocas com os colegas, de novas ideias de pesquisa. E é a partir destes aprendizados e questionamentos que esta pesquisa surgiu.

Para este trabalho, como já mencionado, foram utilizados os prontuários dos sujeitos sentenciados a cumprir pena na Penitenciária da Pedra Grande que deram entrada na instituição entre 1931 e 1939, totalizando o número de 540 prontuários. Acerca desta documentação, alguns cuidados tiveram de ser tomados. Primeiramente, quanto ao estado de conservação dos prontuários³ que, como já mencionado, estiveram expostos de maneira inadequada por muitos anos à ação do tempo, estando assim em estado de grande fragilidade, além de manchas de fungo, caminhos de traças, marcas de ferrugem por conta dos objetos metálicos utilizados nos documentos. Assim, o próprio manuseio das fontes exigiu cuidados, evitando movimentos bruscos que pudessem danificar a documentação.

Este trabalho não se pretende total, não dará conta das histórias de todos os sujeitos que foram encarcerados na Penitenciária de Florianópolis na década de 1930. Primeiro, porque nenhuma história é absoluta. Segundo, porque os prontuários constantes no acervo do IDCH não correspondem ao número total dos indivíduos que passaram pela penitenciária, uma vez que alguns podem ter sido perdidos com as mudanças de locais, ou mesmo completamente danificados pela ação do tempo.

Por se tratar de documentos de sujeitos ditos desviantes, que foram sentenciados por terem sido julgados como infratores de alguma lei, os prontuários são documentos sensíveis, e, portanto, é necessário o cuidado para a preservação da integridade e da identidade dos sujeitos sobre os quais ele discursa. Para isso, neste trabalho, foram utilizados pseudônimos para se referir aos sentenciados e seus familiares⁴. Os nomes das autoridades como diretores, subdiretores e membros do Conselho Penitenciário, foram mantidos por se tratar de figuras públicas.

Ainda quanto aos prontuários alguns cuidados metodológicos são necessários. Essa documentação compõe uma espécie de dossiê da vida penitenciária de cada

³ Os prontuários da Penitenciária da Pedra Grande da década de 1930 à década de 1970 encontravam-se armazenados em uma sala dentro da instituição. Em 2013 foram cedidos ao IDCH, para que fossem salvaguardados, através de ações propostas pelo projeto de extensão Arquivos Marginais. Para mais informações sobre esta transferência ver: BORGES, Viviane “Atenção boa, sentimentos bons e emoções normais”: um olhar sobre os detentos avaliados pela Seção de Medicina e Criminologia da Penitenciária de Florianópolis (1935-1945). Anais Eletrônicos do 14º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia – 14º SNHCT.

⁴ Esta pesquisa foi submetida à Plataforma Brasil para um parecer do Comitê de Ética da UDESC, tendo tido parecer favorável no dia 22 de maio de 2018. O parecer final do Comitê de Ética consta nos apêndices deste trabalho.

indivíduo, em que todas as informações relativas ao sentenciado deveriam ser registradas. Assim, um prontuário pode conter desde poucas páginas a um grande acúmulo de documentos. Além disso, como demonstrado por Borges e Salla (2017), “os anos de internação podem ser lacunares, mal preenchidos ou ainda ilegíveis” (BORGES; SALLA, in: RODRIGUES, 2017, p.120), dificultando por vezes o entendimento das informações. Os prontuários também não possuem uma lógica determinada de preenchimento, a ordenação da documentação varia muito de acordo com o cumprimento da pena de cada sujeito, assim como a variedade dos tipos de cada peça constante em cada prontuário. Dentre os documentos mais comuns estão: a Ficha de Informações do Sentenciado, constante em todos os prontuários aqui pesquisados, na qual uma série de campos de informações deveria ser preenchida no momento da entrada do sujeito na penitenciária (algo que nem sempre acontecia) e a Carta de Guia do Sentenciado, que normalmente apresenta um resumo do processo penal pelo qual cada indivíduo foi julgado, bem como a sentença proferida pelo juiz e o local designado para o cumprimento da pena. Os demais documentos, como já afirmado, variam muito de acordo com cada prontuário, podendo conter registros de faltas cometidas, ofícios internos e externos, peças dos processos penais, memorandos de solicitações, cartas pessoais recebidas ou não enviadas, dentre outros. A leitura dos prontuários geralmente se dá do documento mais recente nas primeiras páginas, aos mais antigos nas últimas, uma vez que o preenchimento era de acordo com cada atividade e os documentos eram sobrepostos. Por fim, acerca das possibilidades do uso de prontuários para a pesquisa histórica, Borges e Salla, demonstram que:

Os prontuários trazem uma estrutura que permite traçar o perfil do interno e aspectos de sua vivência dentro do espaço de confinamento. Permitem problematizar comportamentos, normas internas, relações de convívio, poder, formas de tratamento, de punição e, sobretudo, o cotidiano institucional. (...) Encontra-se nos prontuários uma “narrativa” rica de elementos que desvelam como são construídos, tratados e punidos esses sujeitos, mas que é ao mesmo tempo implacável em silenciar as vozes, as expressões desses sujeitos. Essas “vozes” silenciadas podem emergir quando convocamos tais fontes a contrapelo, desvelando vestígios deixados por estes homens infames, apreendidos pelas instituições de confinamento. (BORGES; SALLA, in: RODRIGUES, 2017, p. 125).

Além dos prontuários, serão utilizados neste trabalho outras fontes que auxiliam na compreensão do objetivo proposto. Dentre estas estão os Relatórios do

Governador do Estado dos anos de 1930, 1936, 1937, 1938, 1939 e 1940⁵, documentos produzidos anualmente relatando as atividades do exercício do cargo; os Relatórios do Diretor da Penitenciária dos anos de 1933, 1935, 1936, 1938, 1939 e 1940⁶, apresentados ao governo do Estado sobre os movimentos e atividades anuais da instituição; ambos disponíveis no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Serão utilizados no sentido de compreender as intenções oficiais sobre a instituição, bem como para um levantamento dos dados apresentados nos relatórios em comparação com os obtidos nos prontuários. Além disso serão utilizados os Recenseamentos Gerais do Brasil de 1920 e 1940 e os Anuários Estatísticos do Brasil dos anos de 1936, 1937, 1938, 1939, 1940 e 1946, do IBGE, com o intuito de auxiliar na compreensão do contexto social da época em Santa Catarina e no Brasil. Por fim, será utilizado também o Código Penal de 1890, que vigorou no Brasil até 1940, para a compreensão das penas impostas, bem como dos mecanismos punitivos previstos por este.

Quanto ao referencial historiográfico utilizado para a elaboração deste trabalho, se faz necessário a apresentação de algumas obras. O trabalho do historiador Antônio Luiz Miranda (1998), intitulado *A Penitenciária de Florianópolis: De um instrumento da modernidade a utilização por um Estado totalitário*, foi central para a pesquisa. O autor demonstra que a penitenciária nasceu de um projeto de governos da “Primeira República” no Estado, no entanto, sobretudo a partir de 1935, passa a ser utilizada como aparelho de controle social por parte do governo. Essa discussão será melhor apresentada à frente. O trabalho de Miranda é pioneiro ao tratar os primeiros anos de funcionamento da Penitenciária da Pedra Grande e, além disso, demonstra quais foram os discursos que defendiam a criação da instituição e em que contexto estavam inseridos. Miranda discorre ainda acerca das questões internas e de organização institucional. Neste mesmo sentido, o trabalho de Viviani Poyer, intitulado *Penitenciária Estadual da Pedra Grande: Estudo sobre a política de combate a criminalidade em Florianópolis 1935-1945*, também aborda a criação da Penitenciária, bem como o início de seu funcionamento e as buscas por novas maneiras de se tratar a criminalidade. A autora analisa as temáticas relacionadas às reformas da instituição

⁵ Os relatórios dos anos de 1931 a 1935 não se encontram disponíveis no Arquivo Público de Santa Catarina.

⁶ Os relatórios dos anos de 1931, 1932, 1934 e 1937 também não se encontram no arquivo mencionado.

e seu impacto no cotidiano dos sentenciados. Outra importante obra acerca dos primeiros anos de funcionamento da penitenciária é a dissertação de Fernanda Rebelo intitulada *A Penitenciária de Florianópolis e a Medicalização do Crime (1935-1945)*, além de artigos da mesma autora e em coautoria com Sandra Caponi, nos quais é discutido a disseminação institucional do discurso criminológico, sobretudo a partir da entrada do diretor Edelvito Campelo D'Araújo.

Cynthia Machado Campos (2008) discute em seu livro *Santa Catarina, 1930: Da degenerescência à regeneração*, a busca pela normatização e regulação da vida da população no Estado de Santa Catarina com a construção de diversas instituições de controle, bem como a aplicação de políticas de disciplinarização adotadas no estado com fins de tornar os indivíduos úteis ao trabalho. A autora demonstra ainda que a construção da Penitenciária da Pedra Grande estava atrelada a um discurso punitivo e repressivo que perpassava a criação da instituição com os aspectos de discursos médicos de “perigo de contágio”.

O Livro *As Prisões em São Paulo: 1822-1940*, do historiador Fernando Salla (1999), é também de suma importância para esta pesquisa, pois permite traçar paralelos entre a Penitenciária Estadual de São Paulo como quanto aos discursos que levaram à implementação do Regime Penitenciário no Brasil e o que isto significou para os mecanismos punitivos no país. Além disso, em seu livro o autor também utiliza de prontuários para estabelecer discussões relativas ao cotidiano e discursos da Penitenciária de São Paulo.

Ainda quanto à Penitenciária da Pedra Grande, serão utilizados os trabalhos produzidos através do projeto de extensão e pesquisa Arquivos Marginais da UDESC. Dentre estes, o artigo de Viviane Trindade Borges, *Abandonados e Perversos, ou em perigo de o ser: biopoder e práticas de normalização dos menores enviados a Penitenciária de Florianópolis (SC, década de 1930)*; o trabalho de conclusão de curso de Fernanda Biava (2014), intitulado *Os Menores Atrás dos Grandes Muros: Penitenciária da Pedra Grande (1931-1939)*, e sua dissertação de mestrado, intitulada *Periculosidade e Internação Obrigatória: Os menores infratores na Penitenciária da Pedra Grande entre os anos de 1935 e 1945*.

Para a compreensão do contexto catarinense do período foram utilizadas diversas produções bibliográficas da historiografia catarinense, desde obras clássicas como o livro *História de Santa Catarina* de Oswaldo Cabral, até novos estudos como

o livro organizado por Ana Brancher intitulado *História de Santa Catarina: estudos contemporâneos*.

Para buscar responder à questão central do trabalho, serão utilizados elementos para a análise derivados dos estudos de Michel Foucault acerca das relações de poder e das funções do sistema jurídico e da penalidade na formação das sociedades ocidentais, sobretudo, francesa e inglesa. Segundo o autor, no momento de instauração e funcionamento da estratégia de penalidade pela reclusão no século XIX, alguns pontos devem ser destacados. Primeiramente, “estava em curso a guerra social dos ricos contra os pobres, dos proprietários contra os que nada possuem, dos patrões contra os proletários” (FOUCAULT, 2015, p. 21). Em segundo lugar deve-se levar em conta que as leis foram “feitas por pessoas às quais elas não se destinam, mas para serem aplicadas àqueles que não as fizeram, a lei penal não é feita para ter função universal” (FOUCAULT, 2015, p. 22). No terceiro ponto, Foucault ressalta que este aparato judiciário tem como ponto central a “vigilância universal e constante” (FOUCAULT, 2015, p. 22), e, por fim, que no tocante à prisão, esta vigilância cumpre um papel ainda maior. Assim, ainda que o autor esteja se referindo a um contexto diferente do aqui abordado, é possível conectar seus estudos, com ressalvas, ao período e às discussões presentes na documentação a ser analisada, uma vez que, ao se tratar do sistema prisional, existem uma série de permanências históricas entre estes tempos, como será demonstrado.

Além disso, Foucault demonstra que, com o advento do capitalismo e da ascensão da burguesia como classe dominante, o crime passa a ser visto como um ataque contra toda a sociedade, portanto, o criminoso é um inimigo social, e a punição deve servir como uma medida de proteção para a sociedade (FOUCAULT, 2015). Desta maneira, o autor aponta para dois conjuntos: de um lado o conjunto penal, nele incluso as leis, sanções e proibições e, de outro, o conjunto punitivo, ou seja, a prática da reclusão nas prisões e penitenciárias, conjunto este, que para Foucault “se forma num movimento que não é o do próprio Estado, mas sim do modo de produção capitalista (...) adota instrumentos de um poder político e de um poder moral.” (FOUCAULT, 2015, p. 104). E é a partir desta soma que, para Foucault, o aparato judiciário estatal age com funções não apenas de julgamento e penalidade, mas também de correção e “regeneração” do indivíduo, através da construção de uma série de saberes sobre estes: uma forma de saber do exame. Assim, é um “discurso que não só toma os indivíduos do começo ao fim da existência, como também não é

proferido pelo próprio indivíduo, mas sim por uma autoridade” (FOUCAULT, 2015, p. 198). Discurso este que se encontra, portanto, dentro de determinada relação de poder, “de certo encaixe dos indivíduos nos aparatos de produção e transmissão do saber”, que anota, examina, julga, “uma discursividade que prende o cotidiano, o individual, o íntimo, o corporal, o sexual em certo espaço definido por instâncias de sequestro” (FOUCAULT, 2015, p. 198). É o discurso da instituição, dos prontuários, que cria um saber necessário para o exercício do poder, e que, a partir deste saber, distribui ordens e prescrições (FOUCAULT, 2015, p. 206). E é a partir destas noções que o presente trabalho buscará compreender as formas como os prontuários possibilitam compreender os discursos institucionais no campo em que eles produziram efeitos, constituíram um saber sobre os indivíduos a quem dizem respeito, e em quais sistemas de poder estavam inseridos.

Além disso, o livro *Escritas de Si, Escritas da História* de Ângela de Castro Gomes contribui muito para a discussão acerca do uso de cartas e escritas de si na pesquisa historiográfica, pois a autora discute diferentes metodologias acerca do uso destas para a pesquisa histórica, demonstrando como estes registros possibilitam perceber diferentes relatos sobre trajetórias.

Este trabalho foi dividido em três capítulos. No primeiro, serão analisados os dados quantitativos da penitenciária, e de que formas os documentos criam categorias para classificar os sentenciados. Para isso, serão utilizados os prontuários dos indivíduos que deram entrada na instituição entre 1931 e 1939, os relatórios do governador do Estado e os relatórios do Diretor da penitenciária. Além disso, serão problematizados esses dados dentro do seu contexto em relação com os dados estatísticos do Estado de Santa Catarina. Os Anuários do IBGE, os Recenseamentos Gerais do Brasil, e os relatórios do Governador do Estado serão acrescidos no rol das fontes para questionar e compreender os registros numéricos sobre crimes e prisões em Santa Catarina no recorte cronológico compreendido por esta pesquisa. Será buscado ainda o diálogo com a historiografia que trata do período tanto no contexto catarinense, como no contexto brasileiro.

No segundo capítulo deste trabalho, serão analisados os discursos presentes nos prontuários dos indivíduos que deram entrada na Penitenciária da Pedra Grande. Para isso serão problematizados os diversos documentos que se encontram no interior dos prontuários, como memorandos dos trabalhadores da instituição, ofícios gerais expedidos pela penitenciária, despachos jurídicos, guias de sentença, bem

como os documentos produzidos pelos próprios indivíduos sentenciados na instituição, como cartas, pedidos ao diretor, bilhetes, entre outros. Desta forma buscar-se-á compreender os embates entre as diferentes instâncias na penitenciária, bem como de que forma os poderes foram exercidos no período.

Por fim, no terceiro capítulo, serão analisadas as escritas de si e as cartas. Com isso, objetiva-se analisar as narrativas feitas pelos próprios sentenciados no interior da instituição, o que dizem acerca de suas próprias vidas, de que maneiras narram o cotidiano penitenciário, como se dirigem com diferentes intencionalidades, como contam suas histórias. Além disso, objetiva-se problematizar as formas com as quais a Penitenciária se utiliza de seu poder para decidir quais correspondências serão repassadas ou não, e como, ao anexá-las aos prontuários, busca construir um saber sobre as trajetórias destes indivíduos.

1 – VITRINE REPUBLICANA, APARELHO DE CONTROLE SOCIAL – A PRIMEIRA DÉCADA DA PENITENCIÁRIA DA PEDRA GRANDE

Este capítulo terá como questão principal as diferentes informações e discursos institucionais presentes nos prontuários dos sujeitos detidos na Penitenciária da Pedra Grande entre 1931 e 1939. Desta forma, será possível compreender de que maneiras esses documentos instituem diferentes categorias e sujeitos sociais, ou seja, de que forma a instituição, na busca por uma normatização, operacionaliza o discurso e constrói saberes sobre estes sujeitos. Estas categorias de análise têm como base os estudos de Michel Foucault e serão melhor desenvolvidas ao longo do capítulo. As perguntas iniciais que mobilizaram a construção desse capítulo foram: quem eram esses sujeitos? Que crimes cometeram? De que maneira foram categorizados pela documentação? O que estes dados representam sobre o contexto social catarinense do período?

Para buscar respostas a estas questões, num primeiro momento, serão utilizados os dados quantitativos obtidos a partir das informações constantes nas Fichas de Informação do Sentenciado dos prontuários dos indivíduos detidos na Penitenciária da Pedra Grande, conforme o recorte temporal proposto. Além disso, será realizado um cruzamento dos dados, bem como uma análise contextualizada com os dados do Estado de Santa Catarina. Para isso, serão utilizadas as informações dos prontuários e informações dos Anuários Estatísticos do IBGE entre 1920 e 1946, os dados dos Recenseamentos Gerais do Brasil de 1920 e 1940, Relatórios do Governador entre 1930 e 1940, Relatórios do Diretor da Penitenciária entre 1933 e 1940 e estudos acerca da história de Santa Catarina nos períodos mencionados.

Serão analisadas ainda, questões relativas às categorias presentes nos prontuários, como a profissão destes sujeitos, a naturalidade, o grau de instrução, a cor, os tipos de crimes e os locais onde os crimes foram cometidos. Com isso, será problematizado de que maneiras a documentação demonstra os aspectos sociais e políticos da época, quais as categorias nas quais os sujeitos foram inscritos, ou seja, quais os padrões ou dissidências a documentação permite perceber em relação aos aspectos sociais da história de Santa Catarina e do Brasil acerca do recorte proposto, e em quais sistemas de poder a instituição e estas categorias atuam.

1.1 “OBRA DE CULTURA E DE HUMANIDADE” – OS DISCURSOS DE CRIAÇÃO DA PENITENCIÁRIA

Entre as declarações oficiais de inauguração da penitenciária, em um trecho da mensagem o governador em exercício, Bulcão Viana, diz que a penitenciária se tratava de uma obra de cultura e humanidade. A partir deste pequeno trecho já é possível levantar algumas questões. Primeiramente, acerca do projeto político que estava por trás desta construção: por que uma penitenciária é considerada uma obra de cultura e humanidade? Em que contexto social ela está inserida? Quais suas justificativas?

O projeto de construção da Penitenciária da Pedra Grande, segundo Miranda (1998), faz parte de um contexto de transformações na cidade de Florianópolis que provinham desde os últimos anos do século XIX, pautados em uma “política inserida dentro dos ideais burgueses de reformar, higienizar e modernizar a sociedade” (MIRANDA, 1998, p.15). Além disso, Viviani Poyer (2000) destaca as discussões presentes entre as elites políticas catarinenses do período acerca da situação das cadeias do Estado, consideradas como espaços sem a mínima condição de higiene e segurança. Com isso, a penitenciária surge a partir do discurso das classes dirigentes do Estado com o objetivo de construir uma instituição que, ao contrário das antigas cadeias, fosse capaz de disciplinar, regenerar e tornar úteis novamente à sociedade os indivíduos ditos criminosos (MIRANDA, 1998).

Construída “em local higiênico e fartamente batido pelo sol e pelos ventos” (APESC, 1930), no atual bairro da Trindade em Florianópolis, distante aproximadamente em quatro quilômetros do centro da cidade, a Penitenciária da Pedra Grande foi inaugurada em 21 de setembro de 1930. Como demonstrado por Antônio Luiz Miranda (1998), a cerimônia de inauguração da instituição se deu num ato com discursos entusiasmados das autoridades, repercutidos pelos jornais locais. Na cerimônia de inauguração a penitenciária foi descrita pelo então governador do Estado, Bulcão Vianna, como uma instituição que estava de acordo com os mais modernos preceitos penais (MIRANDA, 1998). Adotando o modelo da Penitenciária de São Paulo, o regimento da instituição se baseava no regime D’Auburn⁷, com a

⁷ O regime penitenciário de Auburn é descrito por Michel Foucault da seguinte forma: “O modelo de Auburn prescreve a cela individual a noite, o trabalho e as refeições em comum, mas sob a regra do

separação dos sentenciados em celas individuais no período noturno e em oficinas de trabalho durante o dia (POYER, 2000).

A Penitenciária contava inicialmente com capacidade para 70 presos, sendo transferidos para a inauguração 27 sentenciados que cumpriam penas em outras cadeias do Estado (MIRANDA, 1998). Ainda segundo Miranda (1998), apesar de o projeto de sua construção ter sido fruto de governos da chamada “Primeira República”, sua inauguração marca justamente o fim de um período das grandes mudanças urbanas em Florianópolis, com diversas obras que buscavam uma modernização e higienização da cidade. Como destacado pelo autor, ter sido a Penitenciária (instituição de controle disciplinar) o marco final de um período em que as reformas e obras urbanas advinham de uma imposição de uma determinada classe com fins de garantir a manutenção de seu poder e controlar parte da população, representa um bom retrato deste momento da história de Florianópolis (MIRANDA, 1998).

1.2 -DE UM “DANTESCO QUADRO” A UM “CONCEITO HONROSO”

Ao assumir o cargo de diretor da Penitenciária em 1935, Edelvito Campelo D’Araújo utiliza o termo “dantesco quadro” para descrever a situação na qual encontrou a instituição. Todas as falhas técnicas e administrativas são relatadas pelo diretor em seu primeiro relatório. Já em 1938, após uma série de obras ocorridas na instituição, bem como após diversas medidas administrativas tomadas por D’Araújo, este escreve em novo relatório que a Penitenciária passava a possuir um “conceito honroso”. Dessa maneira, é possível perceber uma ruptura nas condições da instituição do ponto de vista do diretor. Esta ruptura, não se dá apenas na ordem estrutural e administrativa, mas também na concepção filosófica e política de qual deveria ser a função da Penitenciária. A seguir, serão debatidas essas mudanças, bem como dos diferentes embates presentes na instituição a partir os dados encontrados nos prontuários dos sentenciados e dos relatórios do diretor.

silêncio absoluto, os detentos só podendo falar com os guardas, com permissão destes e em voz baixa. Referência clara tomada ao modelo monástico; referência também à disciplina da oficina. A prisão deve ser um microcosmo de uma sociedade perfeita onde sua reunião se efetua num enquadramento hierárquico estrito, sem relacionamento lateral, só se podendo fazer comunicação no sentido vertical. Vantagem do sistema auburniano segundo seus partidários: é uma repetição da própria sociedade”. (FOUCAULT, 2012, p.224)

Após a inauguração, como demonstrado por Miranda (1998), a Penitenciária da Pedra Grande enfrenta em seus primeiros anos diversos empecilhos, desde questões estruturais - com alguns problemas de construção do prédio - até questões administrativas. Com a pesquisa realizada, diversas informações gerais sobre a instituição foram obtidas, bem como acerca dos tipos e das localidades dos crimes cometidos.

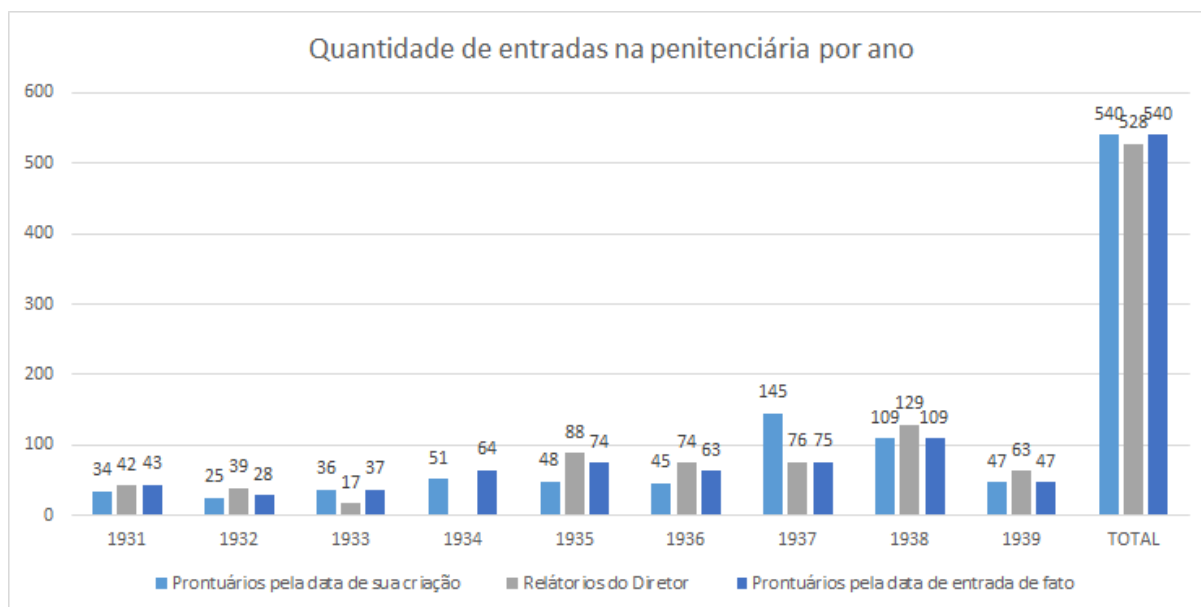
Primeiramente serão tratados aqui os dados que dizem respeito à data de entrada dos sujeitos sentenciados na Penitenciária da Pedra Grande. Sobre esses dados é importante salientar que, ainda que os prontuários analisados não representem a totalidade dos sujeitos que passaram pela instituição, trata-se de uma amostragem relevante, uma vez que, ao comparar com os dados oficiais dos relatórios do diretor, a diferença é pequena. Além disso, novos prontuários podem aparecer⁸ e futuros trabalhos podem complementar os dados faltantes. Em terceiro lugar, as informações obtidas oferecem importantes pistas para se somarem aos relatórios oficiais e aos dados do IBGE. Por fim, é próprio da pesquisa histórica o caráter de não ser total e abrir questões para que pesquisas futuras possam dialogar e ampliar.

A partir disso, o gráfico a seguir demonstra o número de indivíduos que deu entrada na instituição em cada ano, de acordo com as informações dos prontuários e dos relatórios⁹ do diretor da Penitenciária:

⁸ Este fato ocorreu entre a elaboração deste projeto de pesquisa, que contava com 519 prontuários inicialmente. Entretanto, no decorrer da pesquisa, novos prontuários foram descobertos em arquivos da Penitenciária Estadual de Santa Catarina.

⁹ Os Relatórios do Diretor disponíveis no Arquivo Público de Santa Catarina dizem respeito aos anos de 1933, 1935, 1936, 1938, 1939 e 1940. Desta forma a quantidade de entradas no ano de 1934 não puderam ser encontradas nestes documentos. Quanto ao ano de 1933 o dado apresentado no relatório leva em conta apenas as entradas até agosto deste mesmo ano, data da confecção do documento.

Gráfico 1 - Entradas por ano



Fonte: Prontuários do acervo do IDCH (1931-1939)

Este primeiro quadro está dividido em três diferentes categorias. A primeira diz respeito ao número de entradas pela data da criação do prontuário, ou seja, a data que consta na primeira página de cada prontuário. A segunda categoria diz respeito aos dados de entrada constantes nos Relatórios do Diretor da Penitenciária, demonstrando assim os números oficiais publicados pela instituição. Por fim, na terceira categoria, foram separadas as entradas pela data de fato em que o indivíduo deu entrada na instituição que consta no prontuário, não sendo necessariamente a data de criação do documento.

A partir da informação oficial de que a Penitenciária foi construída com capacidade para 70 presos e que em sua inauguração 27 foram transferidos para a instituição, se somarmos aos números do primeiro ano completo de funcionamento (1931), é possível conjecturar que em seu primeiro ano já estaria com a capacidade máxima de sentenciados. Entretanto, é preciso ressaltar que não necessariamente todos estes sujeitos ficaram neste tempo completo na instituição, alguns podem ter sido soltos ou transferidos.

Além disso, é possível perceber um grande salto no número de prontuários nos anos de 1937 e 1938. Entretanto, os números devem ser vistos com alguns cuidados. Em primeiro lugar, pelo fato de que os prontuários disponíveis no acervo do IDCH não compõem a gama total dos indivíduos que passaram pela Penitenciária, uma vez que diversos se perderam com o tempo, e outros indivíduos podem então nem terem sido

registrados nestes documentos. Em segundo lugar, como demonstrado em outros trabalhos acerca da instituição¹⁰ e nos relatórios do governador do Estado de Santa Catarina, durante os primeiros anos de funcionamento da instituição houve diversas mudanças de direção. Entre 1930 e 1935, por exemplo, foram nomeados cinco diretores diferentes. Esta constante troca dificultava uma melhor administração da instituição, sendo inclusive relatada pelo então governador de Santa Catarina, Nereu Ramos, em seu Relatório de Governo de 1936, com o seguinte texto:

A falta de direção técnica estável, motivada pela pequenez da remuneração, tem trazido grandes prejuízos a este estabelecimento. Além disso, o aumento do número de sentenciados, determinado pela instituição do julgamento singular para muitos delitos, impossibilita o exato cumprimento do sistema legal de execução da pena. A lotação normal do estabelecimento está excedida quase o dobro. (Arquivo Público do Estado de Santa Catarina - APESC. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa em 16 de julho de 1936, pelo governador Nereu Ramos de Oliveira).

A partir disso, nota-se já uma preocupação por parte do governo com a lotação da Penitenciária, bem como com a dificuldade de estabelecer o regime penitenciário na instituição. O relatório demonstra ainda que a instituição do “julgamento singular”, ou seja, realizado apenas na primeira instância e que sentenciar o sujeito a cumprir a pena na instituição, contribuiu para o grande aumento no número dos sujeitos nela detidos. Esta preocupação aparecerá também em relatórios do diretor da instituição que serão trabalhados na sequência.

Como apontado, a instituição já contava em seus primeiros anos com uma lotação maior do que sua capacidade. No gráfico apresentado acima é possível perceber que o número de entradas na instituição tem um aumento considerável nos anos de 1934 e 1935, fato que pode ter colaborado também com a lotação da instituição. Além disso, vale destacar a preocupação por parte do governo do Estado com esta questão, defendendo a ideia de uma busca por uma maior eficácia da Penitenciária.

Os problemas administrativos dos primeiros anos passam a serem mudados com a nomeação do jurista Edelvito Campelo D'Araújo na direção do estabelecimento em 1935. Como demonstrado por Caponi e Rebelo, com a entrada de Edelvito D'Araújo “percebe-se a mudança da escola clássica de direito para a escola penal positivista, baseada em novas ciências como a criminologia e/ou antropologia criminal” (REBELO; CAPONI, 2007. p.1222). Com isso, a nova administração passa

¹⁰ MIRANDA (1998); REBELO (2004); POYER (2000); BORGES (2014); BIAVA (2017); BACCIN (2015).

a promover uma busca por mudanças na estrutura administrativa e de identificação dos sentenciados. Entretanto, os prontuários revelam algumas continuidades, que serão abordadas mais à frente.

Ainda quanto à nova administração na Penitenciária, Nereu Ramos em nova mensagem à Assembleia Legislativa no ano de 1937, escreve:

A 14 de abril do ano passado, assumiu a direção deste estabelecimento o Dr. Edelvito Campelo D'Araújo. Graças a essa esforçada e inteligente direção, já começou a se adaptar a sua finalidade [a penitenciária] (...). Foi reorganizada nos seus assentamentos a seção penal, de sorte que pudesse patentear exatamente a vida carcerária do detento. Com esse mesmo objetivo, providenciou o governo porque fosse provida a seção do indispensável de identificação e antropológico. (APESC, 1937).

Como demonstrado por Rebelo (2004), Edelvito Campelo D'Araújo foi um jurista baiano, seguidor da Escola Positivista de Direito que, após assumir o cargo de diretor, teve como objetivo “disciplinar para fazer ciência ou vice-versa” (REBELO, 2004, p.86). Ainda segundo a autora, a figura de Edelvito D'Araújo deve ser compreendida como a de um indivíduo que fazia parte de grupos com relações sociais e políticas debatendo com outros juristas de seu tempo. Segundo Rebelo,

Araújo na realização de seus estudos debatia teoricamente com uma intelectualidade principalmente carioca, além de travar relação através de correspondências e às vezes até visitas a outras instituições prisionais do país, como as de Minas Gerais e São Paulo. Vale ressaltar que nesta época pipocavam os congressos e seminários nacionais e internacionais sobre diferentes questões, sobretudo no âmbito da medicina e das leis. Araújo, por exemplo, é convidado a representar o governador Nereu Ramos, também estudioso do crime, no Primeiro Congresso Penitenciário do país, realizado no Rio de Janeiro em 1940. (REBELO, 2004, p.89).

Com isso, percebemos que a figura de D'Araújo na instituição faz parte de um conjunto de discussões acerca da ciência penal e jurídica da época e, como demonstrado por Rebelo, estava conectado com as demais instituições do país, uma vez que “o diretor conhecia a situação prisional de outros estados e inclusive promoveu visitas de seus funcionários e chefes de seção a outras instituições, no intuito de troca de experiências” (REBELO, 2004, p.90). Nesse sentido, a política prisional da Penitenciária de Florianópolis está conectada com uma política nacional de encarceramento em suas estruturas físicas, jurídica e filosófica.

Desta maneira, com as políticas adotadas sobretudo após a entrada de Edelvito D'Araújo no cargo de diretor, percebe-se um desejo de administrar a vida dos sentenciados de uma forma regulamentar. Como demonstrado por Miranda, tratava-se da “aplicação de uma técnica para atuar e modificar o caráter ‘delinquente’ dos indivíduos a ela submetidos” (MIRANDA, 1998, p.49). O desejo expresso de

“patentear a vida carcerária”, demonstra uma política pelo controle total das atividades dos indivíduos no interior da instituição, ou seja, numa busca pelo cumprimento do Regime Penitenciário que visava à regeneração destes sujeitos.

Estes ideais de regeneração através do Regime Penitenciário, estão conectados aos preceitos da escola positiva do Direito Penal, sobretudo com as teses de Lombroso e Ferri que, de acordo com Fry e Carrara, eram de grande influência entre os juristas brasileiros a partir da Primeira República. De acordo com essa corrente jurídica, “o criminoso cumpria um destino gravado em sua natureza, materializado em impulsos anormais e doentios; ele devia ser localizado, curado ou segregado para sempre” (FRY, CARRARA, 1986, p.50). E esta “cura”, ou regeneração, deveria se dar justamente com o cumprimento da pena numa instituição que possibilitasse “excelentes condições de cumprimento de pena, com higiene, trabalho e bom tratamento dispensado aos condenados, simbolizando toda a preocupação em edificar uma sociedade organizada, disciplinada, trabalhadora e civilizada” (SALLA, 1999, p. 147).

Além disso, percebe-se aqui essa forma de controle permanente do indivíduo, do controle de suas atividades. O prontuário é o grande exemplo disso, pois nele deveriam ser registradas as vidas penitenciárias de cada sujeito, suas atividades, suas faltas, suas regalias, os atendimentos solicitados, enfim, tudo o que se pudesse anotar. Esse tipo de controle pode ser conectado com aquilo que Foucault chama de forma de saber do exame, “prova ininterrupta, graduada e acumulada que possibilita controle e pressão constantes, seguir o indivíduo em cada um de seus passos, ver se ele está regular ou irregular, comportado ou dissipado, normal ou anormal” (FOUCAULT, 2015, p. 180). Assim, não se trata apenas de uma reforma administrativa burocrática, mas ainda de uma busca da constituição de um saber sobre estes indivíduos, saber não apenas jurídico, mas também médico. Estabelecendo uma relação com os estudos de Foucault, este demonstra que, no desenvolvimento do sistema penal e penitenciário durante o século XIX, é justamente essa transcrição do discurso jurídico no médico que contribui para a grande proliferação da criminologia no sistema penal. E este discurso criminológico é justamente o que se pode perceber nas falas dos teóricos da escola positivista de direito na qual Edelvito D’Araújo se baseava.

O discurso criminológico pode ser observado ainda em diversas das falas e das ações da administração institucional e do governo. Em 1936, Nereu Ramos autoriza

obras para o aumento do edifício da Penitenciária, com o fim de instalar novas oficinas. Em relatório de 1938, o diretor Edelvito Campelo D'Araújo ressalta as reformas administrativas e estruturais pelas quais a Penitenciária passara desde 1936:

(...) Com o aumento e a especialização do funcionalismo, a criação de novas seções, permitindo um melhor e mais proveitoso estudo e tratamento do delinquente e a racionalização do serviço(...); a construção de novo pavilhão penal, um dos mais modernos do país, são fatores que concorrem para dar à Penitenciária o conceito já bem honroso que ela desfruta, fora mesmo do estado. (Arquivo Público do Estado de Santa Catarina - APESC. Relatório do Exercício de 1938, pelo diretor da Penitenciária da Pedra Grande Edelvito Campelo D'Araújo).

Nesta declaração, o diretor defende que a instituição, que já possuía um alto conceito mesmo fora do Estado, possuía agora uma nova ala que estava dentro dos mais modernos preceitos da ciência penal. Com isso, percebe-se novamente a busca de D'Araújo em demonstrar a instituição como um lugar de destaque.

As oficinas da Penitenciária variaram de acordo com o tempo, pois a instituição passou por diversas reformas e construção de novas alas e oficinas, como a apresentada no relatório citado. De acordo com Miranda (1998), no início do funcionamento a instituição possuía apenas as oficinas de artefatos de vime e de carpintaria, sendo os sentenciados aproveitados ainda para os serviços de faxina, cozinha, lavanderia, horta, etc. Após a reforma citada, segundo o Relatório de Governo assinado por Nereu Ramos em 1938, foram criadas oficinas de sapataria, carpintaria, vassouras, encadernação, padaria, alfaiataria e colchoaria. O Regimento Penitenciário adotado na instituição previa o trabalho obrigatório durante o dia para os sentenciados. Desta maneira, as oficinas eram vistas como um ponto central para a instituição e o cumprimento da pena. Neste sentido, apropriando-se das análises de Michel Foucault (2012) acerca do sistema penitenciário, este demonstra que a utilidade do trabalho penal é a transformação dos indivíduos criminosos em “corpos dóceis”, ou seja, corpos obedientes e úteis. Com isso, “o trabalho penal deve ser concebido como sendo por si mesmo uma maquinaria que transforma o prisioneiro violento, agitado, irrefletido em uma peça que desempenha seu papel com perfeita regularidade” (FOUCAULT, 2012, p.229). Este debate de Foucault, ainda que esteja centrado no contexto francês do século XIX, pode ser articulado aqui com o caso da Penitenciária da Pedra Grande, pois é possível perceber nos discursos oficiais dos gestores da instituição esta preocupação do trabalho como parte fundamental do cumprimento da pena.

Estas reformas, portanto, além de ampliarem as vagas e oficinas de trabalho, buscaram realizar um melhor cumprimento do Regimento Penitenciário e do funcionamento da instituição. Além disso, há de se destacar a preocupação com a “racionalização do serviço” no interior da instituição, ou seja, uma busca por uma ampla administração tanto de ordem burocrática da instituição, como da vida dos indivíduos ali sentenciados. Neste sentido, é possível estabelecer novamente um paralelo com a obra de Michel Foucault, na qual este demonstra que “ a disciplina ‘fabrica’ indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício” (FOUCAULT, 2012, p.164). Ou seja, o relatório pode ser compreendido como esta ligação do aperfeiçoamento da burocratização com um processo de maior controle disciplinar dos indivíduos sentenciados, administrando seu tempo, disciplinando seus corpos e fabricando individualidades, “pequenas células separadas, autonomias orgânicas, identidades e continuidades genéticas, segmentos combinatórios” (FOUCAULT, 2012, p.164). E novamente aqui se faz presente o discurso criminológico do controle, do registro e da forma de saber do exame.

Um vestígio disso pode ser encontrado nos próprios dados acerca da entrada e do preenchimento dos prontuários. Como apontado no gráfico, existem 145 prontuários com data de criação de 1937, entretanto, pelos relatórios do diretor, foram 76 entradas neste ano. A partir desse dado, foram então pesquisadas as datas de entrada que constavam nestes prontuários do ano de 1937, pois como poderia haver uma disparidade tão grande entre o número apontado no relatório oficial e a quantidade de prontuários do mesmo ano?

Ao se olhar atentamente para os prontuários de 1937, foi possível observar que do total de 145, apenas 75 tinham como data de entrada o ano de 1937. Sendo que os outros 70 dizem respeito a entradas dos anos anteriores, sendo assim divididos: 9 prontuários relativos a entradas em 1931; 3 relativos a 1932; 1 a 1933; 13 a 1934; 26 a 1935; e 18 a 1936. Além disso, outro ponto a ser destacado é o fato de que os 70 prontuários relativos a entradas dos anos anteriores possuem suas datas de criação entre os dias 6 de fevereiro e 15 de abril de 1937, com a maior parte datada do mês de março de 1937. A partir desses números é possível conjecturar que diversos sentenciados não tiveram prontuários confeccionados no momento de suas entradas na instituição. O que reforça a informação da reforma administrativa realizada por

Edelvito D'Araújo e a busca pela identificação dos sentenciados que estavam no interior da instituição.

Outro documento que aponta para isso é o Relatório do Diretor da Penitenciária de 1938, no qual consta que, “a escritura desses prontuários, posto que a Subdiretoria não conta sequer com um escreitório, está em dia, graças a demonstração de boa vontade de dois sentenciados que trabalham no meu gabinete” (APESC, 1938). A partir disso, é possível perceber alguns entraves encontrados por D'Araújo na gestão da instituição. Ainda que nos relatórios do diretor e do governador seja defendido que a instituição estava atendendo aos mais modernos preceitos penais da época, e que passou por uma reforma administrativa, possuía ainda deficiências técnicas em alguns serviços. Além disso, uma vez mais é possível remeter à busca do poder disciplinar no interior da Penitenciária, uma vez que o fato da inclusão de sentenciados em trabalhos burocráticos pode ser compreendido como uma forma de tornar estes indivíduos como parte da gestão deste sistema prisional. Assim, tanto quanto docilizar estes corpos, trata-se ainda de torná-los parte da engrenagem institucional.

1.2.1 Perfis dos sentenciados

Neste ponto serão destacados outros dados obtidos a partir dos prontuários já mencionados, como tipos de crime, local do crime, naturalidade dos sujeitos, cor, instrução e profissão. A partir desses dados serão feitas análises acerca do contexto brasileiro e catarinense da época, e de que maneiras os dados da Penitenciária se encaixam nestes.

No início do século XX, segundo Zeferino (2000), Santa Catarina possuía apenas 34 núcleos urbanos, bastante distantes entre si. Este número, que se mantém pelo menos até o Recenseamento Geral do Brasil de 1920, sobe para 44 no Recenseamento de 1940¹¹. Neste último ano, apenas “17,65% da população estava nas cidades de Santa Catarina” (ZEFERINO, 2000). Sendo assim, a grande maioria da população catarinense no período vivia nas áreas rurais e, portanto, dedicadas em sua maioria ao trabalho no campo¹².

¹¹ Os Recenseamentos Gerais do país deveriam ocorrer a cada 10 anos, entretanto, o último não realizado foi o do ano de 1930, por motivos “principalmente de ordem política” (IBGE, 2003).

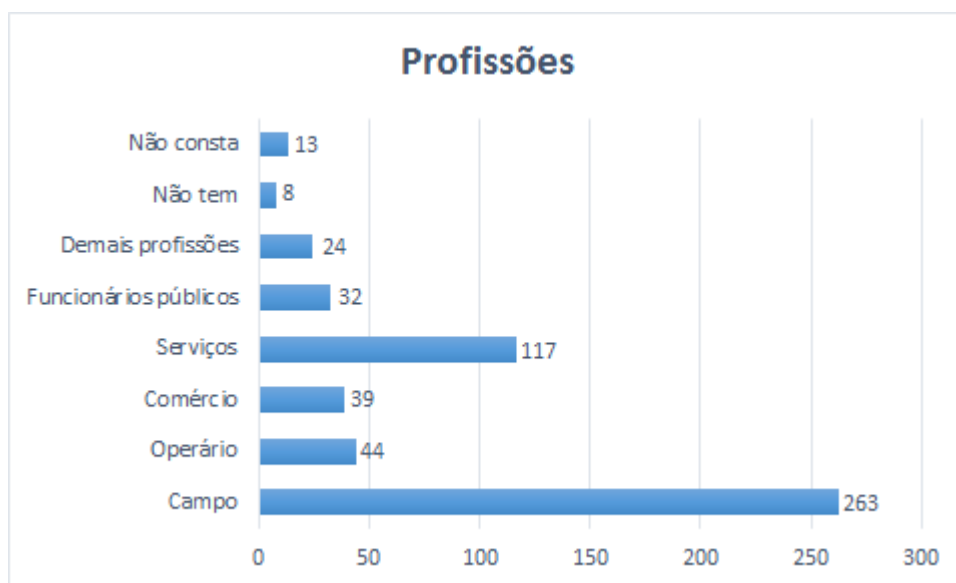
¹² Para os números completos acerca das profissões ver Apêndice B – Tabela 7 Profissões, p.74.

Entretanto, segundo Campos (2008), nestas décadas houve um crescimento da atividade industrial no Estado. De acordo com a autora, “nesse período de vinte anos compreendidos entre 1920 e 1940, o número de estabelecimentos industriais aumentou de 791 para 2.847, o de operários de 5.297 para 21.015, e a produção industrial teve 415% de crescimento” (CAMPOS, 2008, p.62).

Com isso, se por um lado o Estado de Santa Catarina, no ano de 1940, possuía uma população vivendo em grande maioria em áreas rurais e trabalhando no campo, por outro havia também uma expansão das indústrias e da atividade operária. Os dados levantados nos prontuários ajudam a explicar essa configuração.

Dentre os prontuários utilizados nesta pesquisa, as informações sobre a profissão dos sentenciados são os seguintes¹³:

Gráfico 2 - Profissões



Fonte: Prontuários do acervo do IDCH (1931-1939)

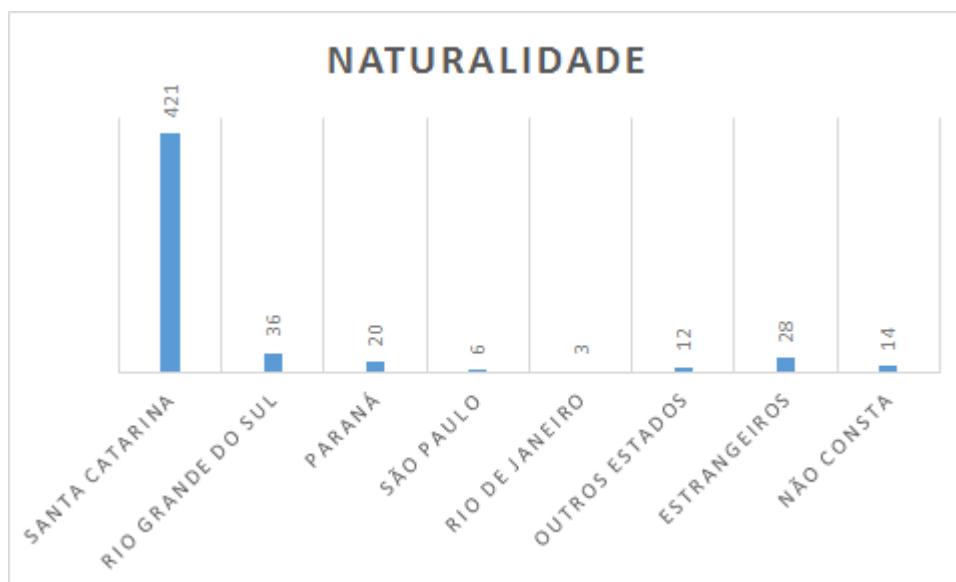
Este segundo gráfico demonstra que a maior parte relativa às profissões dos sentenciados na Penitenciária da Pedra Grande entre 1931 e 1939 é a de trabalhadores do campo, quase todos descritos como lavradores, o que vai ao encontro do contexto catarinense mencionado acima. Em seguida, a outra grande parcela é a de prestadores de serviço, incluindo-se aí diversas profissões, como jornaleiro, pedreiro, carpinteiro, marceneiro, motorista, padeiro, dentre outras. Com isso, apesar de os serviços representarem o segundo maior ramo de atividade, os

¹³ As profissões foram divididas por ramos de atividades, para os números detalhados ver Apêndice A – Dados Profissões, p.61.

indivíduos são divididos em diferentes profissões. Desta forma, a segunda profissão mais mencionada nos prontuários é a de operário. Quanto a estes dados, é preciso ressaltar que nem sempre há a descrição da atividade específica exercida por cada sujeito, principalmente nos casos em que aparecem as profissões de lavrador e operário, não há uma diferenciação entre a atividade exercida.

No tocante à naturalidade dos sujeitos detidos na Penitenciária no recorte abordado, temos o seguinte quadro:

Gráfico 3 - Naturalidade



Fonte: Prontuários do acervo do IDCH (1931-1939)

A grande maioria dos sentenciados, portanto, teve como naturalidade declarada as cidades do próprio Estado de Santa Catarina, seguido por cidades do estado vizinho do Rio Grande do Sul e por estrangeiros. A maior parcela destes estrangeiros, 15 dos 28, são declarados como de naturalidade alemã.

Dentre os declarados de nacionalidade alemã, quanto ao local de residência, oito são na região do Vale do Itajaí, sendo ainda dois da cidade de Mafra, dois da região Oeste, um de Curitiba – PR, e dois não constam informações. Quanto às suas profissões, seis são prestadores de serviço, cinco de demais profissões, três do comércio e apenas um é declarado como lavrador¹⁴. Quanto à instrução, todos são declarados como sabendo ler e escrever. Dos crimes pelos quais foram sentenciados dez são crimes contra o patrimônio, quatro contra a pessoa, e um contra a segurança

¹⁴ A divisão completa dos sujeitos de naturalidade alemã é a seguinte: 3 – Comerciantes; 2 – Domésticas; 2 – Carpinteiros; 1 – Marceneiro; 1 – Padeiro; 1 – Lavrador; 1 – Mecânico; 1 – Dentista; 1 – Engenheiro; 1 – Açougueiro; 1 – Tipógrafo.

nacional. Todos os sujeitos descritos como de naturalidade alemã são descritos como brancos no campo “cúti”.

Ao analisar os dados relativos à instrução¹⁵ dos sujeitos sentenciados na Penitenciária, do total de 540, aparecem 322 como sabendo ler e escrever, 203 como não sabendo, e 15 não possuem a informação preenchida. Ou seja, de acordo com estes dados, 59,6% dos sentenciados entre 1931 e 1939 são declarados como tendo leitura e escrita.

Entretanto, ao se analisar os prontuários com mais cuidado, percebe-se que esta informação, por vezes, é duvidosa. Isso se dá pelo fato de ser possível encontrar informações sobre alfabetização e escolaridade de forma irregular, pois um mesmo sujeito ora é declarado como alguém alfabetizado, ora como analfabeto. É o que aparece no prontuário de Afonso¹⁶. Em sua Ficha de Informações e na Carta de Guia do Sentenciado é registrado que sabe ler e escrever, mas em documento sobre os Termos das Declarações Prestadas perante o juiz de direito é descrito como “sabendo escrever, mas não ler” (IDCH, 1936). Em novembro de 1937, portanto, mais de um ano após sua entrada na instituição, é descrito como não sabendo ler e escrever. Estas variações demonstram as possíveis falhas no preenchimento da documentação, bem como uma falta de unidade entre as diferentes instâncias, pois os documentos citados não são apenas de produção da Penitenciária, mas também do juizado de direito. No caso da Carta de Guia e dos Termos das Declarações, ambos são produzidos pelo juizado, porém possuem diferentes informações.

No contexto catarinense, de acordo com o Recenseamento Geral de 1920, 70,5% da população é declarada analfabeta, número que apresenta uma grande queda no Recenseamento de 1940, que aponta para 50,8% não sabendo ler e escrever, 49,1% sabendo e 0,1% não declarado. Este significativo salto nos números relativos à educação no Estado se deve às políticas assistencialistas colocadas em prática durante o governo de Nereu Ramos (CAMPOS, 2008). Segundo Cyntia Campos, “educar o catarinense para constituí-lo como um cidadão disciplinado foi preocupação central do projeto político que se afirmou em 1930 e consolidou-se com o Estado Novo” (CAMPOS, 2008, p.182). Ainda segundo a autora, no contexto da Penitenciária, “a reeducação que servia ao sistema produtivo e ao mesmo tempo

¹⁵ Para esta informação foi utilizado o campo “Sabe ler e escrever” da Ficha de Dados Padrão de cada prontuário.

¹⁶ Prontuário número 340.

criava um indivíduo moderno vinculou-se também à conjuntura brasileira no Estado Novo” (CAMPOS, 2008, p.134).

Quanto ao dado relativo à cor da pele dos sentenciados, foi analisado o campo “cúti” da Ficha de Informações do Sentenciado. Neste campo se nota uma falta de critério estabelecido para se referir à informação, pois diferentes descrições aparecem. Dentre elas: branca, morena, clara, parda, preta, mista, morena clara, morena parda, pálida, morena escura, mulato. Com isso, do número geral dos prontuários, 300 indivíduos foram descritos como brancos¹⁷, 220 como não-brancos¹⁸, e 20 sem informação preenchida no campo, somando assim 55,5%, 40,7% e 3,7% respectivamente. Quanto aos dados do Estado de Santa Catarina no Recenseamento Geral de 1940¹⁹, 94% da população é declarada como branca, e apenas 6% como não-branca²⁰. Entretanto, é necessário destacar que no recenseamento de 1940 o critério adotado para a classificação da cor da pele “resultou das respostas ao quesito proposto, dadas de acordo com a seguinte forma de declaração preceituada nas instruções: ‘Responda-se "preta", "branca", "amarela”’ (IBGE, 1940). As respostas que não se enquadrassem nessas três categorias deveriam ser lançadas com um traço no campo de preenchimento. Segundo Petrucelli e Saboia,

Há de se ressaltar, assim, que este censo é o único na história estatística brasileira a não operar com a categoria parda nem qualquer outra referida à mestiçagem. Percebe-se uma mudança radical de perspectiva, pois o que se valoriza não são mais os tipos raciais originários, mas a ‘cor’, isto é, as tonalidades de pele. (PETRUCCELLI; SABOIA, 2013).

No entanto, de acordo com Cuore e Catanante, “posteriormente, o traço codificado como categoria parda foi destinada tanto para classificar os que utilizaram outros termos de cor ou raça quanto para os indígenas” (CUORE, CATANANTE, 2016, p.109). Com isso, os dados relativos à informação da cor dos indivíduos necessitam de alguns cuidados na análise.

Quanto aos prontuários, como já dito acima, parece não haver uma metodologia acerca da orientação para o preenchimento do campo, mesmo se esse era preenchido a partir da resposta do sentenciado ou era atribuído pelo responsável

¹⁷ Incluído aqui as descrições branca, clara e pálida.

¹⁸ Incluídas aqui as descrições morena, parda, preta, mista, morena clara, morena parda, morena escura e mulato. Para visão do quadro geral destas informações ver Apêndice A – Dados 3 Cor e Instrução, p.63.

¹⁹ O Recenseamento Geral de 1920 não aponta os dados de cor em Santa Catarina.

²⁰ Incluído aqui, Pretos (61.382 hab.), Amarelos (40 hab.) e Pardos (3.956 hab.). Constam nos dados do Recenseamento ainda, 153 de cor não declarada.

da escrita do documento. Além disso, os dados relativos à cor dos sujeitos nos prontuários, assim como no caso da instrução, por vezes também são contraditórios. Um exemplo disso é o caso de Arnaldo²¹, descrito no momento de entrada na Penitenciária, em outubro de 1935, na Ficha de Informações do Sentenciado, como de “cútis parda”. Entretanto, na cópia da sentença condenatória do juiz de direito, datada de outubro do mesmo ano, é dito como “mulato”. Esta designação se repete em documentos de janeiro de 1938 e julho de 1939 assinados pela subdiretoria da instituição. Ou seja, as divergências sobre as informações de cor do sentenciado ocorrem tanto em documentos de diferentes instituições – a Ficha de Informações feita pela Penitenciária e a sentença do juiz de direito – como em documentos da mesma instituição. Os documentos da subdiretoria, portanto, não parecem ter levado em conta a informação inicial da Ficha de Informações do Sentenciado produzida pela própria instituição. Este exemplo demonstra um pouco dos conflitos encontrados nos prontuários acerca da cor dos sujeitos, parecendo não haver um critério específico para o preenchimento deste campo. Evidência esta, que é fortalecida pelos próprios dados gerais obtidos, nos quais para definir a cor, são utilizados uma grande quantidade de termos.

Desta forma, a partir dos dados gerais e dos exemplos de prontuários com dados contraditórios, pode-se estabelecer um diálogo com o argumento de Miranda (1998), quando analisa um relatório do diretor Edelvito Campelo D’Araújo acerca da relação da cor com a criminalidade, apontando que os considerados mestiços teriam mais propensão ao cometimento de crimes, pois, segundo o diretor, o número de pardos que deram entrada na Penitenciária teria tido um crescimento, enquanto o de brancos e negros havia diminuído. Como defendido por Miranda (1999), o diretor parte do princípio da eugenia social para a elaboração deste argumento, sem, no entanto, apresentar os números gerais para isto. Segundo o autor, o diretor,

Ao elaborar esses discursos, estava reproduzindo o que estava em voga naquele momento na sociedade: o princípio da eugenia, da purificação racial, e a prisão tomou-se o local onde essas questões vão aparecer com muita intensidade. Porque é a prisão um local de inclusão dos indivíduos em uma determinada categoria, delinquente, e dessa maneira produz uma forma de exclusão social, a dos indivíduos que não se enquadram no convívio da sociedade disciplinar. É uma inclusão para exclusão. (MIRANDA, 1998, p. 97).

²¹ Prontuário número 284.

Este relatório de Edelvito D'Araújo é também discutido nos trabalhos de Fernanda Rebelo e Sandra Caponi. Segundo as autoras, ao analisarem os estudos do diretor da Penitenciária, as três principais doutrinas presentes nestes são as de “‘degeneração’, ‘criminoso nato’ e ‘inferioridade racial’” (REBELO; CAPONI, 2007, p.1229). Ainda acerca dos dados de raça elaborados pelo diretor e de seus usos no relatório, Rebelo destaca que:

A impressão que se tem quando se analisa este estudo é que, ao contrário dos preceitos científicos – observação, experimentação e análise dos fatos – o que ele fazia era antes de tudo criar uma teoria e usar a estatística para comprová-la. (REBELO, 2004, p.113).

Além disso, como demonstrado acima, os documentos evidenciam não haver critérios estabelecidos para a identificação da cor dos indivíduos. Sendo assim, o diretor apresenta em seu texto apenas três categorias (brancos, pretos e pardos), enquanto a documentação apresenta diversas outras camadas de classificação. Com isso, é possível reforçar o argumento de Rebelo de que D'Araújo criava uma teoria e utilizava os dados para comprová-la posteriormente, ou seja, “os números serviam exatamente para o que ele, ou “todos”, queriam ou precisavam dizer naqueles tempos” (REBELO, 2004, p.113). Ainda neste sentido, Rebelo destaca que o diretor fazia o uso dos dados de cor também para evidenciar que os pardos cometiam mais crimes contra a propriedade do que de sangue, para Edelvito D'Araújo, “como são degenerados, conseqüentemente, são imorais e por isso cometem mais crimes contra a propriedade” (REBELO, 2004, p.112). Assim, segundo a autora, o diretor utiliza dos números também para uma discussão da questão da moralidade apoiando-se nas discussões acerca da degeneração da mistura de raças. Entretanto, ao analisar os dados obtidos através dos prontuários esta última afirmação de D'Araújo pode ser problematizada.

Se a informação do campo da cor dos prontuários for separada de acordo com as categorias utilizadas por Edelvito D'Araújo (brancos, pretos e pardos), ao reduzir o número de brancos e pretos, ficam 181 prontuários categorizados com outras nomenclaturas, que poderiam então representar os “pardos”²² no estudo do diretor. Sendo assim, os pardos representam 33,5% do total dos prontuários, porém, ao analisar os tipos de crime, apenas 46, ou seja, 25,4%, são crimes contra o patrimônio. Além disso, ao somar o número geral dos crimes por roubo ou furto (os mais comuns

²² No campo cútis a categoria “parda” aparece em 44 prontuários, somaram-se aqui então as categorias morena, parda, mista, morena clara, morena parda, morena escura e mulato.

com vistas ao patrimônio), em todos os prontuários do recorte, o número relativo aos cometidos por “pardos” soma 27,4%. Com isso, os dados apresentados pelo diretor são conflitantes com o que consta nos prontuários produzidos pela própria instituição.

A partir dos dados obtidos nos prontuários acerca do tipo de crime cometido pelo sentenciado, temos o seguinte gráfico²³:

Gráfico 4 - Tipo de Crime



Fonte: Prontuários do acervo do IDCH (1931-1939)

Com isso, observa-se que os crimes cometidos contra a pessoa, ou seja, homicídios, lesões corporais, violência carnal e rapto, representam a maior parte das sentenças pelas quais os sujeitos deram entrada na Penitenciária. Em segundo lugar, observamos os crimes com vista ao patrimônio, ou seja, crimes de roubo, furto, estelionato, peculato e moeda falsa. Quanto aos outros crimes apresentados, percebem-se alguns que atentam contra a ordem pública, como os crimes enquadrados em leis de Segurança do Estado, de lenocínio, e outros que aparecem em menor número, como mendicância e de falso curandeirismo. Estes dados serão tratados com mais profundidade a seguir.

1.2.2 A criminalidade em Santa Catarina na década de 1930

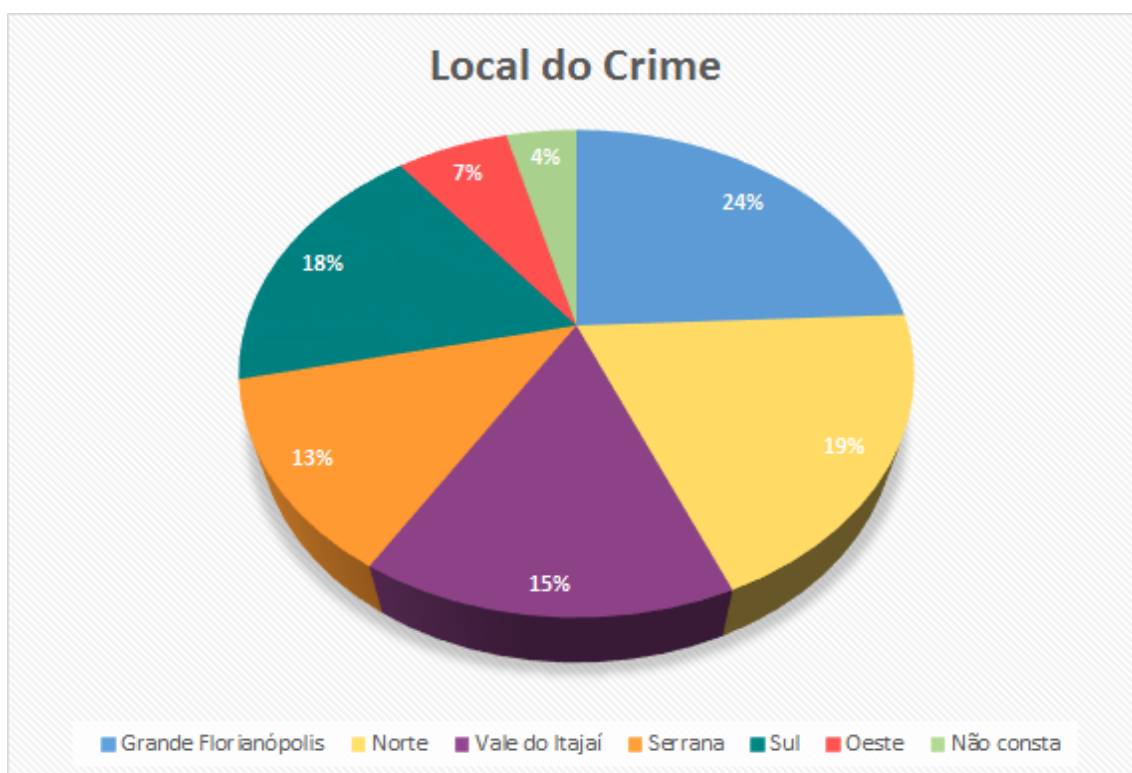
²³ Para os dados completos acerca dos tipos de crime, ver Apêndice A – Dados 4 Tipos de Crime, p.64.

A partir das informações apresentadas até aqui, será realizado a seguir um cruzamento entre estes e outros dados, buscando uma melhor compreensão destes números totais. Para isto serão utilizadas perguntas como, quais os principais tipos de crimes por regiões do estado? Quais as profissões mais comuns nessas regiões de acordo com os prontuários? Como essas informações se relacionam com as características de Santa Catarina da época?

O primeiro ponto a ser destacado, diz respeito aos locais onde os crimes foram cometidos. De acordo com o Anuário Estatístico do Brasil de 1938, Santa Catarina contava com 42 cadeias distribuídas entre as diferentes comarcas. Entretanto, a única Penitenciária neste período no Estado era a da Pedra Grande em Florianópolis.

O seguinte gráfico, demonstra os dados totais dos locais onde os crimes foram cometidos de acordo com as mesorregiões catarinenses²⁴:

Gráfico 5 - Local do Crime



Fonte: Prontuários do acervo do IDCH (1931-1939)

A informação de que a maior parcela dos crimes foram cometidos na Grande Florianópolis pode ser compreendida pelo fato da Penitenciária estar localizada nessa região. Este dado se deve à preferência do cumprimento da pena tanto no local onde

²⁴ Separadas de acordo com as mesorregiões estabelecidas pelo IBGE. Para a informação completa acerca dos locais onde os crimes cometidos, ver Apêndice A – Dados 5 Local do Crime, p.66.

foi proferido o juízo quanto onde o crime foi cometido. Além disso, de acordo com Bitencourt (1999), a partir dos anos 1920,

Florianópolis, principalmente por ser a capital, vitrine do Estado, passou por um reajustamento urbano. (...) uma farta atividade no sentido de remodelação da cidade, juntamente com uma prática de exclusão social, pelo princípio do sanitarismo e do 'civilizado' convívio urbano. (BITTENCOURT, in. BRANCHER, 1999, p.31).

Ainda quanto à cidade de Florianópolis, Miranda (1999) demonstra, que esse reajustamento urbano resulta no surgimento de diversas instituições de controle social, como parte de um projeto de modernização e higienização. Fator este que leva a uma mais ostensiva ação contra a criminalidade. Segundo o autor,

Destaca-se também, no período, a ação policial. Esta parece ter se intensificado de forma ostensiva, coibindo desde pequenos crimes à circulação pela cidade de indivíduos considerados indesejados pelas autoridades: bêbados, mendigos, desocupados, prostitutas, entre outros. O aparato policial se especializa, ou moderniza, procurando se estruturar para funcionar dentro da nova ordem social em implantação. Criaram-se códigos e regulamentações, posturas proibitivas de práticas até então costumeiras no centro da cidade. (MIRANDA, 1999, p.33).

Algumas considerações acerca dos tipos de crime cometidos nas regiões serão ainda abordadas mais à frente.

A segunda cidade quando ao local do delito é Araranguá, com 36 prontuários, seguida de Tubarão, com 29, ambas da região sul do Estado. Estes números refletem um pouco do contexto de Santa Catarina na década de 1930, uma vez que as cidades mencionadas eram duas das mais populosas do estado, tendo inclusive, de acordo com o Recenseamento Geral de 1940, o maior número de população dentre os municípios catarinenses²⁵. A grande concentração populacional nesta região se deve bastante à exploração do carvão mineral durante a década de 1930. Segundo Miotto (2011), a exploração “do carvão, disponível no Sul do Estado, teve sua maior expansão até a segunda Grande Guerra” (MIOTTO, 2011), dado também defendido por Heidemann (1981), ao apontar que entre 1930 e 1940 a exploração do carvão em Santa Catarina cresceu em 246,95%.

Quanto à segunda mesorregião com a maior quantidade de crimes cometidos, observa-se o Norte do Estado, com a maior parte dos delitos ocorridos nas cidades de Canoinhas (25), Jaraguá do Sul (19), Mafra (15) e Joinville (15). Esta mesorregião do Estado, é composta por cidades com diferentes contextos no início do século XX.

²⁵ Para mais dados sobre a população dos municípios catarinenses entre 1920 e 1940, ver Apêndice B – Dados 6 - Números de Habitantes, p.70.

De um lado, como demonstrado por Bitencourt (1999), a cidade de Joinville era um dos grandes centros de concentração das indústrias do Estado, possuindo ainda, segundo Miotto (2011), uma ligação comercial com outras cidades do interior. Segundo a autora

Joinville, portanto, se integra em função da comercialização da madeira e da erva mate. Isso acaba aproximando a região Norte do estado não só da região produtora da madeira em direção ao interior, como também, através de caminhos em direção ao Rio Preto, no estado do Paraná. (MIOTTO, 2011).

No vale do rio Itajaí, as cidades com o maior número de delitos são Blumenau (25), Rio do Sul (13), Brusque (11), Hammonia - atual Ibirama - (10) e Itajaí (9). Região marcada também pela concentração de grande parte das indústrias catarinenses do período, concentrando ainda o maior foco da imigração alemã no Estado.

Na serra catarinense, os maiores núcleos urbanos, Lages e Campos Novos, aparecem, respectivamente, com 18 e 24 delitos. A região serrana do Estado tinha como maior centro urbano nesse período a cidade de Lages, estando ainda entre as maiores cidades de Santa Catarina. No início do século XX a região serrana tinha como principais atividades a pecuária e a extração da madeira, ou seja, ramos ligados ao trabalho no campo. Segundo Oliveira (2016),

(...) durante o período em que Santa Catarina iniciou seu processo de industrialização (1850 a 1914), a economia do planalto se concentrou na exploração da madeira e na produção pecuária baseada no sistema de criação extensiva e de baixa produtividade. (OLIVEIRA, 2016, p. 109).

Ponto este também defendido por Garcia (2017) ao destacar que a cidade passou por um processo de “modernização conservadora”, ou seja, ainda que houvesse políticas de modernização na cidade, estas eram de pouco acesso para a maior parte da população. Ainda segundo Garcia,

Como importante centro comercial regional, cujas raízes remontam ao período do ‘caminho das tropas’ do século XVIII, Lages ainda mantinha seu status de ‘cidade de fazendeiros’ na primeira metade do século XX, mesmo com algumas alterações no seu espaço urbano. (GARCIA, 2017, p.15).

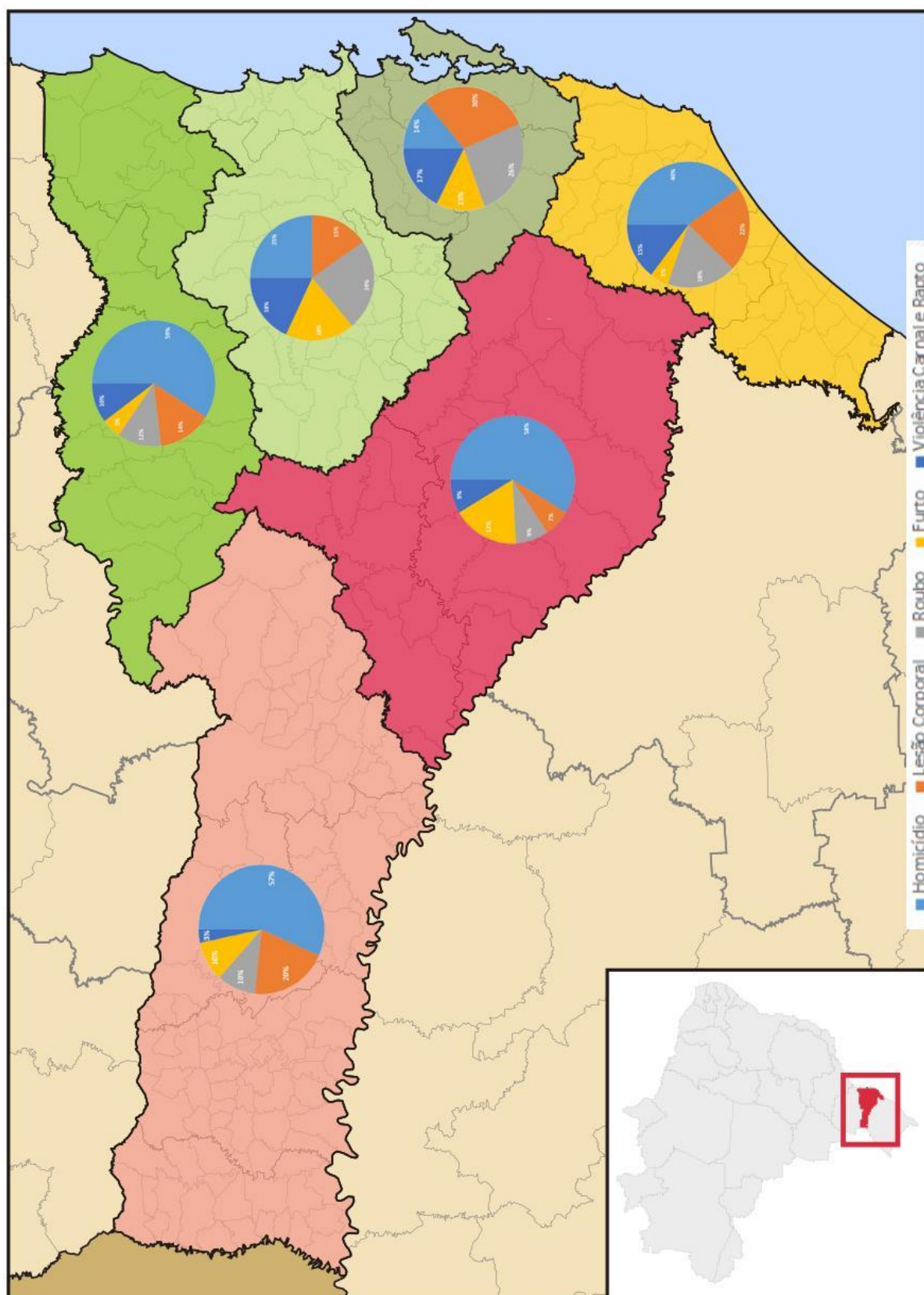
Por fim, o Oeste do Estado, tanto por possuir a menor concentração populacional, como talvez pela distância geográfica, possui o menor número de delitos. Destaques para as cidades de Cruzeiro (atual Joaçaba), com 12 casos, Caçador com 7, e Concórdia com 6. Lonh (1999), destaca que, sobretudo após a instauração do Estado Novo em 1937, há uma política de incentivo à ida de populações pobres para o interior. Para tal fim é criado um o projeto chamado “Marcha para o Oeste”. Entre seus objetivos consta “a intenção política de frear o êxodo rural,

algo que poderia causar transtornos e descontrole nas cidades” (LONH, in: BRANCHER, 1999, p.46).

A partir disto, serão agora trabalhados os dados específicos aos tipos de crimes mais comuns presentes nos prontuários. Sendo eles homicídio, roubo, furto, lesão corporal, violência carnal e rapto²⁶. No mapa a seguir, encontram-se os gráficos com os principais crimes e suas divisões por região.

²⁶ Foram somados os crimes de Violência Carnal e Violência Carnal e Rapto.

Gráfico 6 - Tipos de Crime por mesorregião.



Fonte: Prontuários do acervo do IDCH (1931-1939).

A partir dos dados apresentados no mapa, algumas questões podem ser levantadas, como: quais as relações entre os tipos de crime e as regiões do Estado? Como estas relações representam as formas pelas quais os sujeitos foram sentenciados a cumprir a pena na Penitenciária? Como isto ajuda a compreender ou nos os critérios de transferência dos indivíduos de suas comarcas?

Em primeiro lugar, ao se tomar os dados dos indivíduos sentenciados por homicídio nas regiões Norte, Oeste e Serra, estes representam 59%, 57% e 58% dos crimes cometidos, respectivamente. Possuindo também os maiores números de sentenciados por esse crime, sendo 46 da região norte, 34 da serrana e 17 do Oeste. A região sul possui também uma grande representatividade, com 33 sentenciados por homicídio. O crime de homicídio, de acordo com o Código Penal então em vigência (1890), é um dos que preveem a maior pena, podendo variar de 2 a 30 anos, dependendo dos agravantes. Portanto, um possível fator de explicação para os números dos sentenciados por homicídio serem maiores nas regiões Norte, Oeste e Serrana pode se dar justamente devido à distância entre estas e a localização da Penitenciária em Florianópolis. Como demonstrado por Zeferino,

No início do século, o Estado se caracterizava por possuir uma população eminentemente rural, (...) estando os núcleos urbanos muito distantes um do outro, não tanto pela distância euclidiana, mas principalmente pela ausência de meios de comunicação. (ZEFERINO, 2000, p.53).

A partir disso, é possível pensar que seria de melhor proveito que os réus dos lugares mais distantes, sentenciados a cumprirem pena na Penitenciária, fossem os que tivessem uma maior pena por cumprir.

Um exemplo disso é quanto aos dados relativos a crimes cometidos na cidade de Cruzeiro (atual Joaçaba). Distante aproximadamente 400km de Florianópolis, esta cidade representa o maior número de crimes cometidos na região oeste do Estado e que tiveram como local de cumprimento de pena a Penitenciária da Pedra Grande. Com isso, dos doze casos encontrados, apenas dois não possuíam penas maiores do que cinco anos de prisão.

Outro fator que indica nessa direção é quanto ao crime de lesão corporal, que, segundo o Código Penal de 1890, tinha penas variando de 3 meses a 6 anos, de acordo com seus agravantes. Ou seja, um crime com sentença notadamente menor que o de homicídio. Com isso, a região responsável pelos maiores sentenciados por crimes desse tipo é, justamente, a região da Grande Florianópolis, com 32 dos 84

sentenciados neste artigo. A segunda região, com 18 sentenciados, é a região Sul do Estado, mais próxima geograficamente da capital.

Contudo, os critérios de transferência dos indivíduos que cometeram crimes em outras regiões para a Penitenciária não são claros. Os argumentos aqui apresentados, acerca da distância geográfica combinada com da gravidade do crime e extensão da pena, são hipóteses construídas a partir dos dados gerais que podem ser compreendidas como um fator relevante por ter sido observada sua recorrência. Além disso, esta preocupação com o internamento de indivíduos com penas menores a cumprir é exposta em diferentes relatórios do governo e da Penitenciária. Como demonstrado anteriormente, em 1936 o governador Nereu Ramos, ao se referir ao aumento no número de presos na instituição, faz menção à questão das sentenças de primeira instância que davam como local de cumprimento da pena esta instituição. No mesmo sentido, em relatório de 1938, Edelvito D'Araújo, ao se referir à superlotação, afirma que “preciso é, pois, adotar-se de modo definitivo o critério de serem proferidos no internamento os condenados a penas superiores a um ano, tal como sucede na modelar Penitenciária do Estado de São Paulo” (APESC, 1938). Entretanto, outros fatores devem ser levados em conta, como a falta de instituições adequadas para o recebimento destes sentenciados em suas localidades ou mesmo possíveis superlotações nas cadeias públicas. Por fim, é necessário destacar que a decisão sobre onde deveria se dar o cumprimento da pena cabia ao juiz de direito responsável pela sentença do crime, sendo assim, para responder melhor à pergunta de como se davam estas transferências, seria preciso um estudo mais profundo sobre estas instâncias judiciais e de que forma se davam estas decisões, algo que escapa das possibilidades de aprofundamento nesta pesquisa.

1.3 – “UM NOVO FATOR DE ORDEM MORAL E ECONÔMICA A COOPERAR EM BENEFÍCIO DA COLETIVIDADE”

Neste capítulo se buscou compreender os primeiros anos de funcionamento da Penitenciária dentro de seu contexto social e político, demonstrando um pouco dos discursos operacionalizados tanto para a necessidade de sua construção, como de sua função na sociedade. Desta forma, demonstrou-se aqui um pouco das características desta instituição em sua conjuntura histórica.

A partir disso, algumas considerações podem ser feitas. Primeiramente, a utilização dos dados obtidos a partir dos prontuários, bem como os relatórios do governador e do diretor da Penitenciária, teve como intencionalidade compreender as formas de categorização utilizadas por esta instituição. Como demonstrado acima, é a forma de saber do exame, do controle total e constante da vida. Com isso, estabelecendo uma relação com os estudos de Michel Foucault, compreende-se aqui a Penitenciária da Pedra Grande como uma instituição de sequestro, “que instaura uma espécie de poder concentrado, autônomo, que não deriva apenas de hierarquias, [mas] que tem por si mesma seu próprio poder e sua própria justiça” (FOUCAULT, 2015, p.189). Esta função de sequestro social, ainda segundo Foucault, possui uma função de normatização, que a partir da anotação, da vigilância, da contabilidade, fabrica o social (FOUCAULT, 2015). Exemplo disso, pode ser encontrado no relatório de 1938 do diretor, no qual ao demonstrar que a maioria dos crimes teria sido cometido por lavradores, em sua maioria analfabetos ou de instrução nula, afirma:

Ser o crime, em nosso meio, uma consequência de educação, assistência e vigilância descuidadas, ao ponto de se permitir, sem a menor restrição, o uso de armas, possibilitando ao homem do *hinterland*²⁷ garantir os seus direitos e interesses pela força e violência. Por outro lado, a venda fácil e barata do álcool, a lhe debilitar diariamente o depauperado organismo e a lhe embrutecer a razão, nem sempre esclarecida, tende a aumentar a delinquência. (Arquivo Público do Estado de Santa Catarina - APESC. Relatório do Exercício de 1938, pelo diretor da Penitenciária da Pedra Grande Edelvito Campelo D'Araújo)

Observa-se assim que o diretor utiliza os dados dos sujeitos detidos na instituição como parte de um argumento sobre a situação do crime no Estado. Para o diretor, onde fosse menor a assistência e vigilância do Estado, maior seria a quantidade de crimes. Desta maneira, retrata o cidadão do interior, que não possui instrução e nem sempre tem uma razão esclarecida, como a figura do delinquente. Ou seja, é o discurso que parte de um saber construído pela normatização (categorização dos indivíduos), para fabricar um sujeito social e, assim, poder distribuir ordens e prescrições (FOUCAULT, 2015). Desta forma, o diretor da instituição utiliza desse saber, produzido dentro da instituição, para mapear e identificar quem são, e onde estão localizados os grupos que, segundo o mesmo, são mais propensos à delinquência. Novamente, como no debate já apresentado acerca da influência da cor

²⁷ Hinterlândia (do alemão Hinterland) literalmente significa a 'terra de trás' (de uma cidade ou porto). Em alemão, a palavra também se refere à parte menos desenvolvida de um país - menos dotada de infraestrutura e menos densamente povoada, sendo também sinônimo de sertão ou interior.

dos sujeitos na criminalidade, o diretor cria a teoria e utiliza os dados para comprová-la.

Em segundo lugar, é importante ressaltar a maneira como este saber foi construído. Pois, se por um lado é possível observar nos prontuários uma tentativa de registro e controle total da vida penitenciária destes sujeitos, compreendido aqui como o que Foucault chama de saber do exame, por outro lado se vê, por vezes, uma total falta de critérios ou padrões de preenchimento dos documentos. Como demonstrado ao longo deste capítulo, informações contraditórias ou mesmo falta de informações, são recorrentes. Dessa maneira, ainda que seja entendida como uma instituição de controle, de normatização, percebe-se na Penitenciária da Pedra Grande que as dificuldades administrativas eram uma constante no funcionamento da instituição.

Por fim, procurou-se compreender em quais sistemas de poder a Penitenciária funciona. Ou seja, a quais objetivos essa instituição responde, qual sua função social, quais justificativas de sua existência. Para uma melhor elucidação deste ponto, encontra-se novamente no Relatório do Diretor de 1938, tratar das reformas necessárias na instituição, o seguinte trecho:

Os que insurgem contra as despesas de instalação e manutenção das penitenciárias esquece, por certo, que no reprimir o crime, no segregar o delinquente e reformar o condenado, com o curar-lhe os instintos e dar-lhe educação moral e profissional, reside primordial dever que a tranquilidade e a prosperidade sociais impõem ao Estado e, mal atendem a que, em regra, o egresso da penitenciária é um novo fator de ordem moral e econômica a cooperar em benefício da coletividade. (Arquivo Público do Estado de Santa Catarina - APESC. Relatório do Exercício de 1938, pelo diretor da Penitenciária da Pedra Grande Edelvito Campelo D'Araújo).

Este trecho aparece também no relatório do governador do Estado do mesmo ano, em que o diretor escreve com que é propósito do governo realizar tais reformas. Destaca-se o fragmento do relatório para ressaltar essa função social da Penitenciária do ponto de vista de seus dirigentes. Inicialmente, o diretor demonstra a relação entre a repressão do crime, a segregação do criminoso, sua reforma (cura dos instintos), e a tranquilidade social. Além disso, percebe-se ainda a influência do projeto positivista, defendido por D'Araújo, do criminoso como alguém recuperável, alguém que pode ser regenerado para por fim contribuir com a sociedade.

A partir do relatório é também possível, novamente, estabelecer um diálogo com os estudos de Foucault. Em primeiro lugar, a questão do criminoso como um inimigo social que deve ser segregado da sociedade. Em seguida, a função da Penitenciária em curar os instintos desse sujeito através de uma educação moral e

profissional, “não é punir algo com infração, mas agir positivamente sobre os indivíduos, transformá-los do ponto de vista moral, obter uma correção” (FOUCAULT, 2015, p.103). E, enfim, ao defender os gastos do Estado com a instalação e manutenção das penitenciárias, o diretor demonstra que é através da repressão ao crime, da segregação do delinquente e, por fim, de sua regeneração, que a instituição tem sua função primordial para a manutenção da tranquilidade e prosperidade social.

Além disso, percebe-se no relato do diretor, a defesa da Penitenciária como a instituição que irá reformar moralmente o criminoso, e mais importante ainda, que este virá a ser novo fator de ordem econômica em benefício da coletividade. Dialogando novamente com a obra de Foucault, este defende que o crime, visto como um atentado à propriedade, ao direito natural, é, portanto, um desvio moral, “e é nesse ponto que se finca o sistema de correção moral no sistema penal” (FOUCAULT, 2015, p.144).

Desta maneira, partir dos dados gerais obtidos nos prontuários e nos relatórios oficiais da instituição e do Estado, buscou-se compreender um pouco do perfil da população prisional e sua relação com o perfil social, profissional e criminal de Santa Catarina na década de 1930. Além disso, foram debatidas as funções da Penitenciária do ponto de vista governamental e institucional. Nos próximos capítulos será aprofundada a análise dos discursos constantes nos prontuários, procurando abordar “os discursos nas funções ou nos campos estratégicos em que eles produziram efeitos” (FOUCAULT, 2015, p. 153).

2 – UMA PRISÃO PERMANENTE: A ORDEM DISCURSIVA DOS PRONTUÁRIOS

Neste capítulo serão analisados os discursos presentes nos documentos que compõem os prontuários dos indivíduos que deram entrada na Penitenciária da Pedra Grande entre 1931 e 1939. Com isso objetiva-se analisar de que forma estes documentos instituíram quem eram estes sujeitos dentro da Penitenciária. Além disso, serão problematizados os ideais de regeneração com os dados apontados acerca destes sujeitos. Ou seja, de que maneiras estas pessoas eram ditas como regeneradas ou não, e de que forma estes documentos instituem quais eram os bons e os maus comportamentos dos detentos. Para isso serão utilizados os diversos documentos que se encontram no interior dos prontuários, como memorandos dos trabalhadores, ofícios gerais expedidos pela instituição, despachos jurídicos e guias de sentença. Desta forma será buscado compreender os embates entre as diferentes instâncias que compunham o sistema penitenciário responsável por acompanhar, avaliar e decidir sobre os rumos político/sociais dos presos sob sua guarda. Em segundo lugar, serão analisadas as formas como o espaço da instituição foi ocupado pelos sujeitos nela detidos, quais suas demandas cotidianas, quais as ocorrências relatadas e os demais discursos sobre suas vidas carcerárias.

Da gama dos 540 prontuários do período, serão utilizados nesse capítulo onze. A escolha destes se deu a partir da pesquisa realizada no acervo do IDCH, na qual a totalidade da documentação do recorte proposto foi vista com cuidado. Diferentemente do que foi feito no capítulo anterior, aqui me proponho a realizar uma análise qualitativa. Desta forma, busquei analisar prontuários que continham narrativas específicas e que se destacavam dos demais; por meio deles, procurei identificar as diversas dinâmicas e rotinas institucionais, os movimentos da justiça, dos agentes penitenciários e do próprio detento. Ao contrário de selecionar os prontuários que dessem respostas prévias às questões formuladas, foram escolhidos os que geravam mais perguntas, ou seja, os que durante a leitura proporcionavam dúvidas, bem como possibilitavam compreender diferentes táticas e estratégias de poder exercido, sobretudo, por meio daquilo que Foucault denomina de atos discursivos.

Para isso, o capítulo será dividido em diferentes subcapítulos estruturados da seguinte forma: a) breve apresentação do sujeito e do crime cometido; b) discussões acerca das práticas institucionais presentes nos prontuários e como constroem

saberes acerca destes sujeitos e das sociabilidades da instituição que são capazes de instituir práticas, estabelecer normas jurídicas e disciplinar corpos e mentes dos presos. Para uma melhor compreensão das intencionalidades da documentação, será demonstrado por quem ela foi produzida e com qual fim, buscando assim compreender outras camadas de sentido nessas trajetórias e os conflitos de poder existentes na instituição.

2.1 “OS CASCAINHOS QUE POVOAM O FUNDO DAS ÁGUAS”²⁸: O DISCURSO DE REGENERAÇÃO DE UM CRIMINOSO “NEFANDO”.

Valdomiro²⁹, natural de Imaruí, região da Grande Florianópolis em SC, foi preso em 17 de março de 1931, acusado de homicídio contra uma menor. Seu ingresso na Penitenciária se deu em 20 de outubro de 1932. Consta em seu prontuário que, no momento de sua chegada na instituição, Valdomiro tinha 29 anos de idade, era casado, tinha como profissão lavrador, possuía cutis morena e sabia ler e escrever.

O prontuário de Valdomiro possui 105 páginas, com documentos que datam desde 1932 até 1945³⁰, ou seja, foram 13 anos vividos como preso, período devidamente documentado. Os registros feitos pela instituição certamente não dão conta de tudo que ocorreu com Valdomiro, afinal, nenhuma vida cabe inteira em registros escritos, especialmente os oficiais. No entanto, sua passagem por essa instituição prisional deixou alguns vestígios importantes sobre o funcionamento da Penitenciária, da justiça e, em menor escala, das próprias estratégias de sobrevivência de Valdomiro dentro da prisão. No prontuário existem diversas documentações, como a Ficha de Informações do Sentenciado, a Carta de Guia, cópias do processo crime, memorandos de vigilantes e do chefe de segurança, solicitações realizadas por Valdomiro à instituição, processo de livramento condicional, dentre outros.

²⁸ Trechos retirados de documentos constantes no prontuário de Valdomiro.

²⁹ Prontuário número 91.

³⁰ Apesar de o recorte da pesquisa se dar entre 1930 e 1939, documentos posteriores a isto aparecem, pois o recorte diz respeito à entrada dos sujeitos na instituição, sendo que podem ter permanecido nesta durante muitos anos.

2.1.1 O crime e a sentença

Valdomiro foi sentenciado por infração de acordo com artigos do Código Penal que tratam dos crimes de homicídio, violência carnal, defloração e rapto, sendo condenado a um total de vinte e sete anos e seis meses de prisão. O crime cometido é registrado em cópia da denúncia apresentada pelo Ministério Público de Tubarão da seguinte maneira:

Aos vinte e seis dias de fevereiro do ano de 1931, o denunciado se achava num ranchinho na estrada de Cabeceira do Cachorrinho, distrito de Grão Pará, município de Orleans, abrigando-se da chuva que ameaçava cair, viu passar a menor de onze anos de idade que da escola se dirigia para a casa de seus pais. O denunciado chamando-a foi atendido, mesmo porque a menor é sobrinha de sua mulher e a pretexto de colher frutas no mato convidou-a para que ela [o] acompanhasse. Uma vez no mato convidou-a para ter relações sexuais, ato contínuo a menor procurou fugir no que foi impedida pelo denunciado, que agarrando-a deitou-a por terra estuprando-a, e como essa ameaçasse de tudo contar a seu pai, o denunciado sacando de um facão, degolou-a. (IDCH, 1932)³¹.

Após ser inicialmente condenado a 30 anos de prisão Valdomiro entrou com ação de recurso contra a sentença, que é negada pelo Juiz de Direito de Tubarão com a seguinte alegação:

A ação do réu foi nefanda. O motivo que o impeliu ao crime em nada de nobre e de elevado se arrimou: brotou, ao contrário, da baixeza de sentimentos e no instinto brutal e primitivo. Foi o acordar do “porco que dorme” dos franceses. (IDCH, 1932).

Este trecho da sentença do Juiz de Direito chama atenção por diferentes motivos. Em primeiro lugar, a sentença analisa os sentimentos e instintos do sujeito, ao julgar o crime como uma ação “nefanda”, definindo o sujeito como alguém perverso, que carrega em si o gene do crime em seu “instinto brutal”. Em segundo lugar, percebe-se a influência da escola positivista de direito, pois ao atribuir estas características ao sujeito que cometeu o crime, o juiz utiliza de categorias que não estão previstas no código penal, mas as considera como importantes para definir a sentença ao demonstrar o crime como um desvio no instinto deste indivíduo.

³¹ O ano que consta nas referências aos prontuários diz respeito ao ano de criação deste documento, não sendo necessariamente o ano de algum ofício ou documentação específica, uma vez que cada indivíduo pode ter passado diferentes anos na prisão e, portanto, ter em seu prontuário documentos com diferentes datas. Esta forma de referência foi adotada pelo Projeto de Pesquisa e Extensão Arquivos Marginais e também diz respeito a forma como esta documentação está catalogada.

O despacho do tribunal diz ainda que “a ação do réu junto à sua vítima foi de traição e de abuso de confiança, a vítima conhecia-o de perto, sendo até parente da mulher com quem vivia maritalmente”. Essa argumentação é utilizada para justificar o enquadramento do réu nos agravantes, e ser, portanto, sentenciado no grau máximo do artigo 268, combinado com os artigos 269 e 272 do Código Penal, com os agravantes do artigo 39, incisos, 4º, 6º e 7º, do mesmo código, a seis anos de prisão celular, e mais vinte e quatro anos, grau máximo do artigo 294, inciso 2º, adicionado o agravante do artigo 39 inciso 5º. Acerca dos artigos e incisos utilizados pelo juiz para a condenação, o Código Penal de 1890 diz o seguinte:

Art. 39. São circunstancias agravantes:

§ 4º Ter o delinquente sido impellido por motivo reprovado ou frívolo;

§ 5º Ter o delinquente superioridade em sexo, força ou armas, de modo que o offendido não pudesse defender-se com probabilidade de repellar a offensa;

§ 6º Ter o delinquente procedido com fraude, ou com abuso de confiança;

§ 7º Ter o delinquente procedido com traição, surpresa ou disfarce;

Art. 268. Estuprar mulher virgem ou não, mas honesta. (...)

Pena - de prisão celular por um a seis annos.

Art. 269. Chama-se estupro o acto pelo qual o homem abusa com violencia de uma mulher, seja virgem ou não. (...)

Art. 272. Presume-se commettido com violencia qualquer dos crimes especificados neste e no capitulo precedente, sempre que a pessoa offendida for menor de 16 annos. (...)

Art. 294. Matar alguém:

§ 1º Si o crime for perpetrado com qualquer das circunstancias agravantes mencionadas nos §§ 2º, 3º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10º, 11º, 12º, 13º, 16º, 17º, 18º e 19º do art. 39 e § 2º do art. 41:

Pena - de prisão celular por doze a trinta annos.

Apesar da decisão proferida, no pedido de apelação ao Egrégio Superior Tribunal de Justiça, a sentença é reformada por ter sido considerado como agravante apenas o fato do sujeito ter superioridade em força e sexo. Com isso, Valdomiro passa a ser condenado no grau médio do artigo 268, combinado com os artigos 269 e 272 a três anos e seis meses de prisão celular. Quanto à pena pelo artigo 294, que trata de homicídio, é mantida a deliberação anterior. Sendo, portanto, condenado a um total de 27 anos e seis meses de prisão.

Ainda quanto ao processo de Valdomiro, chama a atenção o fato de que este é descrito como de cor branca, em contraposição à sua Ficha de Identificação onde aparece como tendo cútis morena. Esta diferença reforça a argumentação apresentada no primeiro capítulo deste trabalho acerca da falta de critérios para o preenchimento do campo relativo à cor dos sentenciados.

2.1.2 O cumprimento da pena

Do tempo em que estive na Penitenciária Valdomiro trabalhei em diferentes oficinas, entre elas a de vime, onde chegou a exercer o cargo de contramestre, a de sapataria e a de serviços agrícolas.

Quanto às faltas cometidas no interior da instituição, em 10 de janeiro de 1938 um vigilante declarou que:

Hoje às 18 horas, quando me achava de quadrante, o sentenciado Valdomiro, pediu para ir a farmácia, quando aquela encontrava-se ocupada por outros detentos os quais estavam fazendo curativos, só veio a terminar o serviço naquela farmácia às 6 horas, de forma que o sentenciado acima não foi possível ser atendido porquanto já era 6:05, assim mandei chamar o detento auxiliar da farmácia para atender o sentenciado em questão em sua cela, este, não se conformando, chamou o guarda da ronda, insultando-me da seguinte forma: “que eu era um cretino sem vergonha, e que queria me limpar nas costas dele sentenciado”. (IDCH, 1932).

Por esta falta, Valdomiro foi recolhido a cinco dias de isolamento diurno e noturno. Em 4 de fevereiro de 1938, ao realizar a revista de costume, um vigilante da Penitenciária relata que Valdomiro teria dito que “não podia revistá-lo”. Esta informação é passada ao guarda-chefe, mas não há nada que demonstre que alguma penalidade tenha sido imposta. Em dezembro de 1938 Valdomiro se envolveu em uma pequena discussão com outro sentenciado durante o serviço na oficina de sapataria, resultando no aviso: “advirta-se os sentenciados de que serão punidos caso reincidam na falta” (IDCH, 1932).

As faltas cometidas por Valdomiro, ainda que aparentemente mínimas, serão utilizadas posteriormente como argumentação em seus pedidos de perdão e de livramento condicional. À frente serão vistas as maneiras como elas influenciaram nas decisões acerca destes pedidos.

Durante o cumprimento de sua pena na Penitenciária, Valdomiro realizou algumas solicitações à instituição. Em 1939, o guarda chefe ordena que o cabelo de Valdomiro deve ser cortado à navalha “a fim de ver se cessa de vez as parasitas que o mesmo tem na cabeça” (IDCH, 1932). Em dois memorandos assinados por Valdomiro, aparece o registro de suas solicitações ao gabinete dentário. No primeiro, datado de agosto de 1940, o sentenciado solicita a confecção de “uma dentadura com cinco dentes, a fim de poder melhor mastigar” (IDCH, 1932), por conta da administração da Penitenciária, dizendo ainda que “certo de que V. Exc.^a fará essa

grande gentileza, tendo em vista os bons serviços prestados por mim à Casa, durante cerca de oito anos” (IDCH,1932). Em segundo memorando, datado de julho de 1941, Valdomiro volta a solicitar, em decorrência da dificuldade em ingerir determinados alimentos, “a permissão para que seja confeccionado, pelo Dentista deste estabelecimento, uma ‘ponte’ composta de quatro dentes”, porém, desta vez o sentenciado propõe que pagará a confecção “com prestações mensais por conta de meus pecúlios disponíveis e reserva” (IDCH,1932). Nenhum dos dois memorandos possui uma resposta direta, ou alguma anotação, de forma que não foi possível localizar no prontuário outras informações sobre o atendimento ou não das solicitações.

Estas questões demonstram um pouco sobre o cotidiano da instituição e as formas pelas quais se realizavam os diversos procedimentos. Como demonstrado, para que os sujeitos detidos na Penitenciária pudessem receber auxílios e atendimentos, era necessário enviar memorandos de solicitação ou ainda esperar que fossem expedidos pelos funcionários da casa. No caso de Valdomiro, este inicialmente solicita a confecção de uma dentadura por conta da própria instituição e não sendo atendido, realiza novamente o pedido com o argumento de que o custo seja descontado de seu pecúlio. Desta forma, destaca-se a característica da Penitenciária como esta instituição que possui não apenas a função do isolamento ou controle do indivíduo, mas também do domínio de todos os aspectos de sua vida no interior desta. Para que uma solicitação seja concedida, uma série de fatores são levados em conta, desde o comportamento do sujeito até sua boa relação com as autoridades da instituição. Além disso, o ponto principal que se evidencia aqui é o registro de todas as atividades e solicitações do indivíduo no prontuário, ou seja, a função de sequestro da instituição, que a partir da construção de um saber exerce um poder quase que total sobre as vidas dos sujeitos nela detidos. E é através da construção deste saber, a partir do registro de tudo, que as diferentes instâncias tomam decisões acerca da vida dos indivíduos.

2.1.3 O livramento condicional e os embates judiciais

Neste ponto serão apresentadas as documentações relativas aos pedidos de redução de pena por parte de Valdomiro. Com isso, objetiva-se demonstrar os usos que as diferentes instâncias da Penitenciária fazem das informações constantes no prontuário para pautarem suas decisões.

No ano de 1940, Valdomiro recebeu uma carta de sua esposa com a seguinte escrita:

Valdomiro,
Peço-te fazeres o favor de mandar um bilhete com os seguintes dados:
Quanto tempo pegastes de pena para cumprir no 1º júri e no 2º, e se respondestes o 3º e quanto tempo pegastes, pois preciso destes dados para tratar do teu caso como sabes pois estou arrumando tudo, e também quanto foi diminuído em cada júri.
Sem mais, mil lembranças e um forte abraço de tua esposa saudosa. (IDCH, 1932)

A partir desta carta algumas questões merecem destaque. Em primeiro lugar, o fato de a esposa de Valdomiro ainda estar cuidando do caso do marido, que não apenas a traiu, como estuprou e assassinou uma adolescente que era sua sobrinha. Ainda que a carta possua um tom formal, a esposa termina mandando mil lembranças e se dizendo saudosa. Em segundo lugar, já tendo se transcorrido quase oito anos da prisão, com ajuda da esposa, Valdomiro inicia a busca por um relaxamento da pena. Este fator fornece alguns indícios, pois sendo Valdomiro um lavrador do interior do Estado, com pouca instrução, como poderia saber tanto das leis? Algumas hipóteses podem ser estabelecidas: primeiro, a questão da prisão como uma grande escola de direito penal, ou seja, dentro da instituição os sujeitos acabam conhecendo sobre as questões legais referentes a seus processos. Em segundo lugar, é possível que Valdomiro possuísse advogados que pudessem cuidar do caso para ele.

Nesta carta há ainda uma observação assinada pelo guarda chefe, relatando que a solicitação da esposa para que se enviem os dados de Valdomiro foi atendida por ordem do Dr. Rubens Ramos, subdiretor da instituição. Em cópia de ofício enviada pelo subdiretor ao juiz de direito da comarca de Tubarão, este, de fato, solicita o envio do processo crime de Valdomiro para a Penitenciária, com fins de esclarecer melhor o prontuário do sentenciado.

Outro documento acerca de pedidos sobre a redução da pena de Valdomiro é a cópia de uma solicitação endereçada ao então presidente da República, Getúlio Dorneles Vargas, datada de março de 1943. Por meio dela Valdomiro requer “o direito

de graça³² que a sábia Constituição de 10 de novembro lhe confere comutando ou perdoadando-o do resto da pena” (IDCH, 1932). Para isto, o sentenciado alegou:

1º que já cumpriu metade da pena;
 2º que tem prestado serviços de utilidade pública;
 3º que nenhuma falta lhe mancha sua vida de presidiário.
 O solicitante levado acidentalmente a dois crimes, compreendendo o alcance de seu erro, isento, no entanto de caráter de perversidade, espera a volta ao seio dos seus e da sociedade, aos quais deseja ardentemente ser útil, pelo que sobe até V. Excia., com este requerimento, implorando-lhe. (IDCH,1932).

Sobre este documento, alguns pontos merecem destaque. Primeiramente, quanto à referência à Constituição de 10 de novembro, outorgada por Vargas na data citada do ano de 1937. Como demonstra Napolitano (2016), Getúlio Vargas anuncia nesta data o fechamento do Congresso Nacional e a suspensão da Constituição de 1934, até então vigente. E após isso apresentou “uma das constituições mais autoritárias da história brasileira: previa pena de morte, o fim da autonomia administrativa federativa e a eleição indireta para presidente com mandato de seis anos” (NAPOLITANO, 2016, p.115). Além disso, esta Constituição previa na alínea “f” em seu artigo número 75, como prerrogativa do Presidente da República, “exercer o direito de graça”. Em segundo lugar, nota-se a narrativa de que Valdomiro haveria sido levado acidentalmente a cometer os dois crimes, mas que ainda assim reconhece seu erro, que não seria da ordem da perversidade. E, por fim, destaca-se ainda o trecho em que Valdomiro profere o ardente desejo de voltar a ser útil para a sociedade, corroborando assim o discurso de utilidade pretendido pela instituição e pelo Estado Novo de Vargas.

Em março de 1943 o pedido de Valdomiro foi encaminhado ao Egrégio Conselho Penitenciário e são prestadas informações gerais sobre este, como da identidade e matrícula, do crime, da sentença, do tempo de prisão e da vida penitenciária. O Conselho funcionava como órgão fiscalizador da execução penal e tinha como função principal dar o parecer acerca dos pedidos de livramento condicional para, a partir deste, o juiz competente tomar a decisão final. Acerca do tempo de prisão, o documento narra que “nesta penitenciária, onde se encontra há 10 anos, 5 meses e 6 dias, seu modo de proceder, no princípio foi mau, melhorando depois” (IDCH,1932). Após isso, segue informando sobre os trabalhos internos e externos realizados, as faltas cometidas - relatando as duas faltas aqui apontadas

³² O direito de graça diz respeito à extinção da pena por concessão do presidente, previsto na constituição de 1937.

anteriormente - as punições e as regalias. Quanto à instrução do sentenciado, o documento registra que,

Ao ingressar nesta penitenciária o postulante era de instrução bastante deficiente. Matriculado no 1º ano escolar, frequentou as aulas com assiduidade. Estudioso e atento às lições que lhe eram ministradas, completou o curso (IDCH,1932).

Neste trecho, novamente pode-se levantar a questão acerca da instrução de Valdomiro, pois é descrito como tendo uma alfabetização muito deficiente, mas que na Penitenciária teve acesso à escolarização. Com isso, aparece mais uma evidência da questão levantada anteriormente acerca de uma possível familiaridade com as normas e as leis por parte do sujeito a partir das vivências no interior da instituição.

É apontado ainda que Valdomiro mantém correspondência com esposa, filhos, tios, primos e etc. Por fim, a conclusão do documento é de que o crime cometido foi dos mais graves e hediondos, citando inclusive trechos do parecer do juiz responsável pela sentença. Mas que durante o tempo de prisão, “descontadas as faltas sem grande importância” (IDCH, 1932), sua conduta podia ser aceita como boa, que era trabalhador e ótimo aluno. Conclui que com essas e demais informações o Conselho Penitenciário “decidirá com a habitual justiça” (IDCH, 1932).

O médico Ângelo Lacombe presta também informações sobre os dados biográficos e o exame mental de Valdomiro. Acerca dos dados biográficos, é dito que nos seus antecedentes pessoais não existem acontecimentos notáveis, que “segundo suas informações não tem criminosos nem tarados na família” e que seu passado revela apenas “moléstias peculiares a primeira infância e reumatismo” (IDCH, 1932). No exame mental é descrito que Valdomiro é “um indivíduo sadio, em perfeito gozo das suas faculdades mentais”, que “nada consta em desabono de sua conduta e que venha em contrário as suas pretensões ao perdão³³” (IDCH, 1932)

Entre os registros feitos no prontuário de Valdomiro consta ainda um comentário feito pelo diretor Edelvito Campelo D’Araújo, no qual afirma que “o crime do postulante é daqueles que revoltam e estarrecem” (IDCH, 1932), narrando a seguir o acontecido. Após isto, o documento relata que “a abominável barbaridade e a frieza com que o postulante praticou os crimes, dir-se-ão próprias de um tarado, de um perigoso doente mental” (IDCH, 1932). Mas, que seja antes ou depois dos crimes, mesmo na longa vida penitenciária, “jamais demonstrou ser um insano mental” (IDCH,

³³ Assim como o direito à graça, o perdão extingue a pena, entretanto pode ser concedido pelo Conselho Penitenciário.

1932). Por fim, conclui demonstrando que a vida penitenciária do postulante é boa, sendo trabalhador e tendo conseguido bom aproveitamento escolar.

Com isso, é possível perceber nas declarações prestadas pelo médico e pelo diretor da instituição a reverberação de um discurso que acredita na regeneração do indivíduo criminoso. Nestas falas é ressaltado mais de uma vez que Valdomiro não se tratava de um doente mental, mas, ao contrário, é denotada sua regular vida penitenciária, principalmente no fato de ser trabalhador e de ter obtido êxito escolar. Os méritos para esse desempenho comportamental são creditados ao trabalho de regeneração social desenvolvido na Penitenciária. Acreditava-se que o crime “nefando” como o cometido por Valdomiro vinha com um “combo” de personalidade típica, ou seja, para a concepção médico-legal dos especialistas da época era praticamente inconcebível que alguém trabalhador, honesto e dedicado cometesse um crime dessa natureza.

Na cópia do documento de parecer do Conselho Penitenciário, datado de junho de 1943, acerca do pedido de perdão realizado por Valdomiro, é novamente dito que o crime praticado é estarrecedor e revoltante. Também é destacado que o exame médico revela que o sentenciado não se trata de “um tarado, um demente, se não um amoral, um perverso” (IDCH, 1932). Na sequência do documento é posto que “o princípio do perdão é uma graça, e que, como tal, só deve ser concedido em circunstâncias muito especiais, o que não há nesse caso” (IDCH, 1932). É dito ainda que o sentenciado, preso em 1931, cometeu duas faltas em 1938 e, portanto, “como se ajuizar do índice de regeneração de um homem que sete anos de vida penitenciária não tornaram dócil e obediente?” (IDCH, 1932). Por fim, o parecer do conselho é de que:

Considerando que ainda não está cumprida metade da pena, e levando em conta a perversidade e brutalidade do crime, este conselho opina pelo indeferimento do pedido, o sentenciado aguardando época oportuna para, se quiser, requerer o livramento condicional. (IDCH, 1932).

Na declaração do Conselho, em contraposição à prestada pelo diretor da instituição, a posição adotada é de que Valdomiro não estaria apto para o perdão, uma vez que seu crime era perverso e que por haver cometido as faltas de ter insultado dois guardas e ter se envolvido em uma discussão na oficina de trabalho, nos primeiros anos na instituição, não se poderia considerar como um sujeito regenerado. Com isso, novamente, é possível perceber a função do prontuário numa instituição de sequestro como a Penitenciária, pois é através destes registros, desta construção de

um saber sobre o indivíduo, que as decisões acerca de sua vida são tomadas. Por fim, a argumentação do Conselho ainda relata a questão legal do não cumprimento da metade da pena, indicando que Valdomiro deveria esperar o prazo para requerer o livramento condicional³⁴.

O pedido de livramento condicional, de fato, é requerido por Valdomiro cerca de um ano e meio depois da negação do perdão. Os primeiros registros datam de dezembro de 1944. Com isso, um novo documento de informação da Seção Médica da Penitenciária aparece no prontuário, datado de janeiro de 1945 e dessa vez assinado pelo Dr. Benoni Laurindo Ribas, chefe da seção. Neste são descritos, novamente, os dados biográficos do sentenciado, em pouco se diferenciando com o parecer anterior da seção médica, mas acrescido da informação de que “não frequentou escola quando pequeno, pouco tem viajado, só conhece a parte sul de Santa Catarina” (IDCH, 1932). Outra informação apresentada é quanto aos dados bio-psíquicos do sentenciado. Diferente do exame mental apresentado anteriormente, este traz um laudo mais completo, com o seguinte relato:

A ausência de elementos blastotóxicos e de antecedentes mórbidos e hereditários, conservam, no sentenciado Valdomiro, o estado hígido, físico e mental observado atualmente. A responsividade orgânica é perfeita e não se notam desequilíbrios glandulares. A psique atende às interpretações clássicas com perfeição e, na história remota, não se encontram desvios de consciência excetuando o momento do crime que o apenou, hoje apontado pelo examinado como uma atividade inconsciente. O intelecto, somente cultivado com as primeiras letras na vida carcerária - aliás com proveito - é ainda sem desenvoltura, revelando o indivíduo mais afeito aos esforços físicos do que às divagações intelectuais. Da mesma espécie é a orientação social, conduzida para o lado das atividades operárias e incultas. Prepondera o indiferentismo como qualidade volitiva dominante, sobrepujado as vezes por insinuações raras de independência. Ao exame ligeiro, o caráter mostra-se aliado ao temperamento calmo que aparenta, não se lhe percebendo tendências especiais, nem as que se referem à mentira e à simulação, próprias dessas análises rápidas. Enquanto a sensualidade se mostra inalterável, a religiosidade se apresenta em caráter mais definido, ao ser substituída a crença católica pela presbiteriana após uma série de observações e de conclusões. Há prenúncios de cura na individualidade que ora examinamos. Certos conflitos que a palavra revela, denunciando instabilidade a essa cura, poderão ser removidos antes de encetada a reintegração do elemento na sociedade inculta, mas honesta, de onde veio. (IDCH, 1932).

³⁴ No livramento condicional o indivíduo tem parte da pena reduzida e é posto em liberdade sob algumas condições, para ter o direito de solicitá-lo o sentenciado deveria preencher os seguintes requisitos: 1ª Cumprimento de mais de metade da pena. 2ª ter tido o condenado, durante o tempo da prisão, bom procedimento indicativo da sua regeneração; 3ª Ter cumprido pelo menos uma quarta parte da pena em penitenciária agrícola ou em serviços externos de utilidade pública. (Diário Oficial da União - Seção 1 - 8/11/1924, Página 23737)

A partir disso, percebe-se novamente o discurso médico-legal defendendo a visão de que Valdomiro não se tratava de um doente mental, ressaltando o crime como “uma atividade inconsciente”. A declaração do médico revela ainda que foi apenas na Penitenciária que o intelecto de Valdomiro passou a ser cultivado. Por fim, o relatório médico destaca que existem indícios de uma cura na individualidade do sujeito, ainda que hajam algumas instabilidades que podem ser removidas pela instituição antes de sua saída para uma sociedade – de onde viera – inculta, mas honesta. Dessa forma, novamente o discurso da utilidade e da docilização do corpo ganha forma, pois uma vez que não se trata de um indivíduo com problemas mentais, a Penitenciária – na visão do médico - obteve êxito em moldar seu comportamento através do trabalho e do estudo. Além disso, aparece novamente a questão da burocracia, do registro de tudo, como elemento que rege a vida desses sujeitos e as decisões acerca destas.

Em novo documento da diretoria da Penitenciária, de janeiro de 1944, assinado pelo então subdiretor João Gualberto Furtado, acerca da vida de Valdomiro no interior desta, nota-se que no campo das faltas é posto que “uma falta está registrada no prontuário do postulante” (IDCH, 1932), contrariando o relatório de informações anterior que relatava as duas faltas já narradas aqui. É demonstrado ainda que, quanto à instrução, o sentenciado logrou promoção para o 3º ano primário a partir de exames realizados. Ou seja, se anteriormente o destaque dado às duas faltas cometidas serviu como argumentação para a não concessão do perdão, agora aparecerá como ponto positivo o fato de Valdomiro possuir apenas uma falta em todos os anos que passou pela instituição.

Na conclusão do documento é novamente chamada a atenção para o caráter perverso e de “desajustamento social” que houve no momento do crime, mas que após quase quatorze anos de prisão, doze deles na Penitenciária, alguma coisa mudou.

É uma existência na vida de um homem e, nesta existência, entre as duas datas - a do crime e a atual - o Valdomiro experimentou, através dos anos e dos fatos, através dos sacrifícios e das lições da vida o mesmo que experimentam os cascalhos que povoam o fundo das águas: a extirpação das arestas e a acomodação subsequente à comunidade do todo. (IDCH, 1932).

Dessa forma, a postura adotada pelo então diretor Rubens Ramos corrobora com a visão anteriormente defendida por Edelvito D'Araújo de que neste caso os aspectos de regeneração do indivíduo estavam presentes. Ramos descreve que os anos de prisão representam uma grande parte da existência desse sujeito, que através

do tempo e das lições e sacrifícios que viveu na Penitenciária, finalmente se adaptou. A metáfora utilizada pelo diretor - de que Valdomiro experimentou o mesmo que os “cascalhos que povoam o fundo das águas” – reforça isto, trazendo a imagem de que o passar dos anos causou neste indivíduo uma adaptação ao todo, uma acomodação à esta nova condição que lhe foi imposta. Se nesta metáfora Valdomiro representa a figura dos cascalhos que se modificam com o tempo, seria então a Penitenciária as águas que tudo moldam? Essa visão parece confirmar o pensamento da função da instituição defendido tanto por Edelvito D'Araújo, como por Rubens Ramos, de administrar o todo da vida dos indivíduos ali encarcerados, de através do trabalho e da educação, moldar o caráter destes sujeitos com fins de serem novamente úteis à sociedade.

Por fim, o diretor conclui que o sentenciado estava apto para merecer o livramento condicional.

Apesar disso, o parecer do Conselho Penitenciário³⁵ acerca do pedido de livramento condicional, datado de fevereiro de 1945, toma outros rumos. Inicialmente, destaca o caráter “selvagem e horripilante” (IDCH, 1932) do crime cometido. Na sequência afirma que, ainda que o prontuário revele apenas uma falta cometida e demonstre o bom comportamento do sentenciado no interior da instituição, fato que levaria a crer numa “adaptação às novas condições” (IDCH, 1932), o delito cometido revelou uma periculosidade acima do presumível. Portanto, não se trata de saber se Valdomiro cumpriu as exigências legais para o livramento, pois isto “só deverá ser levado em conta quando o delinquente cometeu o crime arrastado por forças incoercíveis ou por acidentes ou desníveis na sua vida, e contra os quais seria impossível uma reação psicológica” (IDCH, 1932). Fato este, que segundo o documento, não é o caso de Valdomiro, uma vez que a periculosidade de seu feito é posta como flagrante, e que não consta em seu prontuário “qualquer palavra de arrependimento ou remorso - repetirá o seu delito se lhe aparecer uma nova oportunidade” (IDCH, 1932). O parecer é concluído demonstrando que não há como deferir o livramento, por ser ainda muito cedo para uma conclusão, e que “para um delito praticado com uma tão grande insensibilidade, tornam-se necessários um período de maior observação e um índice mais longo de regeneração” (IDCH, 1932).

³⁵ Dos membros do Conselho em 1945, apenas três estavam presentes no parecer anterior de 1943, são eles: Othon Gama d'Eça, Vasco Henrique d'Ávila e Ylmar de Almeida.

Esta decisão demonstra um embate entre o Conselho Penitenciário e a visão do Diretor Rubens Ramos e do médico da instituição. A postura adotada pela maioria do Conselho parte também de um ponto de vista baseado na escola positivista de direito, uma vez que defende que a regeneração só é possível quando o crime for cometido por “forças incoercíveis” ou acidentes. E no caso de Valdomiro, para o Conselho, este não demonstrou remorsos ou arrependimento. Portanto, neste caso seria preciso um tempo maior ainda de observação para que fosse possível de se perceber a mudança no indivíduo.

O parecer teve como relator o presidente do Conselho, Othon Gama D'Eça, obtendo quatro votos favoráveis e dois contrários. A cópia da Declaração de Voto Vencido demonstra que dois conselheiros votaram favoravelmente ao livramento condicional. Segundo a declaração, o livramento é um direito para qualquer forma de delito e que “a lei não indaga se o crime revestiu-se de circunstâncias bárbaras ou não” (IDCH, 1932), mas que a natureza do crime, para o livramento, serve apenas para saber se as circunstâncias ou manifestações de caráter que levaram ao cometimento do delito ainda perduram. Por fim, o documento conclui que, a partir do relatório apresentado pelo Diretor, das informações prestadas pela subdiretoria e pela seção médica, o sentenciado havia “alcançado as condições indispensáveis para a concessão do livramento” (IDCH, 1932) e que, portanto, os dois signatários discordavam de seus “doutos colegas”, e opinavam favoravelmente ao livramento.

O processo de livramento condicional de Valdomiro é passado ao juiz de direito da comarca de Tubarão, que em sentença de abril de 1945, lavra o seguinte:

Baseado nos pareceres favoráveis à concessão do livramento condicional, preiteado pelo sentenciado Valdomiro, oferecidos pelo Doutor Diretor e Subdiretor da Penitenciária do Estado, nos brilhantes votos proferidos pelos conselheiros vencidos, quando submetido o processo à decisão do Egrégio Conselho Penitenciário e levando, ainda, em consideração a idade do beneficiado, a existência de uma esposa que o aguarda para ajudá-la na vida social e de ter o Doutor Promotor Público da Comarca, também opinado em sentido favorável: CONCEDO ao sentenciado o livramento condicional. (IDCH,1932).

Com isso, Valdomiro recebe o alvará de soltura e a ata de entrega da caderneta de livramento condicional, ambos datados de abril de 1945.

2.1.4. Um prontuário e diversas opiniões

Este caso aqui apresentado, permite a compreensão e a indagação de diversos pontos. Como visto, todos os documentos que relatam o crime cometido por Valdomiro o classificam como perverso, bárbaro, nefando, entre outros adjetivos, demonstrando ainda ter sido um delito que gerou um choque na sociedade catarinense e no próprio judiciário. Além disso, no prontuário de Valdomiro, é interessante notar as mudanças nas versões narradas tanto institucionais, como do próprio sentenciado ao longo do tempo.

Como apontado, no caso das faltas registradas, existem discordâncias entre as documentações e diferentes usos destas para apresentar uma argumentação. Num primeiro momento, o fato de Valdomiro possuir duas faltas em seu prontuário é usado como um dos pretextos para negar seu pedido de perdão. Entretanto, dois anos depois, com os relatórios apontando apenas uma falta cometida, isto é utilizado para defender uma ideia de regeneração deste sujeito, apontando que nenhuma outra pessoa com tanto tempo no interior da instituição possuía tão poucas faltas.

Por fim, o processo do livramento condicional demonstra ainda as diferentes visões no Conselho Penitenciário, pois ainda que a maioria tenha votado com o relator do processo para a não concessão do pedido, outros membros dão um parecer de voto vencido pelo deferimento que é utilizado pelo juiz de direito para lavrar a sentença que por fim o concedeu.

Desta maneira, no prontuário de Valdomiro encontram-se diferentes versões de um mesmo discurso. Pois ainda que se tenham diferentes visões acerca de uma regeneração ou não deste indivíduo, o debate é sempre pautado numa discussão baseada no crime como uma doença, um desvio moral. Isso se demonstra pelo fato de que os argumentos favoráveis à regeneração relatam que o crime foi fruto de atividade inconsciente, ou seja, de fatores que fogem ao controle do indivíduo. Enquanto as falas contrárias buscam enfatizar Valdomiro como um tipo perverso, sem remorsos.

Não se trata aqui de buscar julgar o caso, ou apontar erros e acertos, mas sim buscar demonstrar um pouco dos embates entre as diferentes instâncias, tanto de parte da Penitenciária, como do judiciário, e problematizar as formas como estes documentos permitem compreender um pouco acerca de qual era o papel da Penitenciária concebido por estes grupos.

2.2 O CASO DO PARRICÍDIO E A DEGENERAÇÃO PELA RAÇA

Pablo³⁶ e Arnaldo³⁷ são dois irmãos acusados de cometerem o crime de assassinato. A vítima: o próprio pai. Naturais de Canoinhas, Santa Catarina, solteiros, lavradores, de cútis morena, não sabendo ler e escrever, dão entrada na Penitenciária da Pedra Grande em agosto de 1933, tendo 20 e 19 anos de idade, respectivamente.

Em seus prontuários alguns documentos são comuns, como a Carta de Guia do Sentenciado, as cópias do processo crime, as sentenças proferidas, e outras informações acerca do delito cometido. Os demais escritos presentes em cada caso são variados de acordo com suas vidas dentro da Penitenciária e serão analisados separadamente à frente.

A partir disso, objetiva-se aqui problematizar os discursos presentes nestes prontuários a partir da discussão sobre as categorias de raça e loucura e as maneiras como estas são utilizadas nas sentenças do judiciário e por parte da Penitenciária para decidir sobre as vidas destes sujeitos.

2.2.1. Um crime pela defesa da honra

Acusados de homicídio e condenados a 12 anos de prisão celular, o crime é descrito da seguinte maneira:

Em junho de 1932 (...), no município de Rio do Sul, Arnaldo e Pablo, assassinaram a tiros de revólver e golpes de facão João, seu pai natural (...). Os dois irmãos entre si concertados, combinados e aconselhados pela própria mãe, praticaram o crime a tiros de pistola, sendo que Arnaldo, depois de ferir a vítima, por duas vezes, descarregou-lhe ainda três golpes de facão, que a atingiram na região posterior da cabeça e do pescoço. Morta a vítima, os dois irmãos arrastaram-na com uma corda de couro cru amarrada no pescoço, para uns 50 metros além da casa, enterrando-a quase à flor da terra dando lugar a que cães e porcos devorassem-na parcialmente. A mãe, diz o processo, auxiliou os filhos a arrastar o cadáver, voltando depois para por um pouquinho de terra como de costume! (IDCH, 1933).

Apesar de relatada a participação da mãe dos sujeitos, esta denúncia não é acatada pelo juiz, alegando não haver provas suficientes de que ela teria “provocado ou determinado a execução do assassínio” (IDCH, 1933).

³⁶ Prontuário número 123.

³⁷ Prontuário número 124.

Na narrativa é dito que a vítima, ou seja, o pai dos acusados, no dia em que o crime foi cometido, “procurava realizar o seu intento, que desde muito manifestava, de deixar a casa familiar, levando consigo a filha de nome Albertina, irmã natural dos denunciados, para com ela viver maritalmente” (IDCH, 1933).

O Promotor Público ligado ao caso, após “declarações de testemunhas que puseram em dúvida a sanidade mental dos acusados” (IDCH, 1933), faz requerimento de que os réus fossem submetidos a exame, documento que não consta nos prontuários. Na sequência é informado que o Promotor opinou ainda a favor da absolvição dos acusados com base no artigo 27 § 3º do Código Penal, que possui a seguinte redação: “Art. 27. Não são criminosos: § 3º Os que por imbecilidade nativa, ou enfraquecimento senil, forem absolutamente incapazes de imputação” (BRASIL, 1890). Entretanto, o juiz responsável defende que não é possível chegar à mesma conclusão do promotor, uma vez que, “pela lacônica descrição sintomatológica constante no auto em apreço não podiam os peritos, à luz da ciência psiquiátrica, concluir pela imbecilidade congênita dos denunciados” (IDCH, 1933). Além disso, para o juiz de direito, a argumentação da imbecilidade não caberia também pelo motivo de terem, em seus depoimentos, relatado o crime minuciosamente, indicando ainda os motivos que os levaram a cometê-lo: “o resguardo da honra de uma irmã, em cujas carnes a vítima, que era pai, insistia desde há muito, em pastejar o seu instinto libidinoso” (IDCH, 1933). Dizendo ainda que:

As testemunhas que depuseram no sumário, duas delas vizinhas dos denunciados, referem a paz e a tranquilidade que reinava na família, até o dia que a vítima começou a alimentar os seus desejos incestuosos, bem como atestam sua qualidade de gente trabalhadora, de bons costumes, sem antecedentes de sua conduta. (IDCH, 1933)

Por fim, o juiz de direito narra que os peritos que realizaram os exames dos irmãos, apenas encararam os acusados e “achando-os de estatura pouco desenvolvida, uma consequência de mistura de raças, notaram caracteres de degeneração” (IDCH, 1933). Mas que este exame pericial não poderia servir como força de decisão judicial para impugnar a pena “pela lacônica descrição sintomatológica” e pela falta de “exatidão, clareza e minuciosidade” (IDCH, 1933) encontrada no laudo pericial. Desta maneira, o juiz não se coloca contrário quanto ao argumento de uma degeneração proveniente de uma “raça mista”. Mas aponta apenas que a perícia não havia sido realizada com o rigor exigido e, assim, não era válida.

Estes argumentos utilizados pelo juiz de direito, referem-se a decisão de que fossem expedidos os mandados de prisão para ambos os acusados, em contrário da solicitação do Promotor Público, anteriormente apresentada, mas ajudam a compreender um pouco sobre a ocasião do crime, que voltará a ser discutida mais adiante.

2.2.2 O esquizofrênico

Após a condenação, os prontuários dos irmãos que assassinaram o pai apresentam diferentes destinos na Penitenciária. Pablo, trabalhou de 1934 até 1936 na oficina de alfaiataria, tendo passado, após, por serviços na copa, na cozinha, como auxiliar, e realizado ainda serviços externos em março de 1937. Após essa data, alguns memorandos relatam faltas cometidas por Pablo na instituição. No primeiro deles, de junho de 1937, assinado pelo diretor Edelvito Campelo D'Araújo, é posto que se resolveu castigar o sentenciado “em virtude de haver respondido grosseiramente a esta Direção (...), aplicando-lhe a pena de 30 dias de isolamento celular diurno e noturno e alimentação a pão e água durante quinze dias, intercalados” (IDCH, 1933).

Em outubro de 1938, é relatado que Pablo perturbou o silêncio do estabelecimento às 24 horas da noite, danificando ainda a janela de seu cubículo, chamando a atenção para o fato de este estar há muitos dias se recusando a sair para o recreio diário das tardes. Não foi encontrado nenhum documento acerca de uma possível punição por este ato. Entretanto, em outubro de 1938, é novamente relatado que Pablo perturbou o silêncio do estabelecimento, desta vez às 23 horas, “batendo com o tamanco e caneca na portinhola do seu cubículo, e depois com a colher e com o tamanco, começou a cortar a madeira da referida portinhola” (IDCH, 1933). Neste memorando, consta uma anotação manuscrita ordenando a transferência de Pablo para uma das cadeias externas, mas sem nenhuma outra menção a punições sofridas.

E abril de 1939, Pablo foi recolhido ao manicômio anexo à Penitenciária, por estar “sofrendo das faculdades mentais” (IDCH, 1933). Sendo relatado que este não estava se alimentando regularmente há cerca de 5 dias, pois alegava estar sem apetite e sofrendo “de uma dor do lado que muito o prejudica” (IDCH, 1933). Com isso, é solicitado atendimento do enfermeiro e do farmacêutico da Penitenciária para

verificarem seu estado de saúde, atendimento este que não é realizado pois, “o sentenciado acima, recusa-se a tomar qualquer remédio e nem quis ser examinado alegando que está melhor” (IDCH, 1933).

Em 2 junho de 1939, o Departamento de Saúde Pública do Estado, comunica que a junta médica, realizou inspeção de saúde em Pablo, concluindo que “tendo a referida junta verificado estar o mesmo sofrendo de esquizofrenia, opina pela sua remoção para o Manicômio Judiciário” (IDCH,1933). Em junho do mesmo ano, Pablo tem sua pena suspensa e é internado provisoriamente no Hospício Oscar Schneider em Joinville para que recebesse os tratamentos relativos à sua doença.

Em documento de 19 outubro de 1940, o subdiretor Rubens Ramos solicita informações por parte do Hospício Oscar Schneider acerca do estado de saúde de Pablo. A resposta é dada em ofício do hospício datado de 31 de outubro do mesmo ano, demonstrando que “deu entrada neste Hospício a 19 de julho de 1939, sofre de anemia e debilidade mental, sem mais” (IDCH,1933). Sendo este o último registro constante no prontuário de Pablo.

Por fim, ainda que já no momento do julgamento dos irmãos os dois tenham sido indicados como portadores de problemas mentais, o laudo de esquizofrenia de Pablo é expedido apenas sete anos e nove meses após. A partir disso, é possível levantar algumas questões: se, durante o julgamento, o primeiro laudo não foi aceito, por que um novo exame não foi solicitado? Por que o laudo definitivo demorou tanto tempo em sair? O que tamanha demora sugere em relação à justiça da época?

Estas questões não possuem respostas fáceis, portanto, a seguir serão apresentadas as informações acerca do irmão de Pablo que cometeu o crime junto com este, para um melhor entendimento dos casos.

2.3.3 O regenerado

No prontuário de Arnaldo a documentação que o compõe apresenta uma narrativa bastante diferente sobre a vida penitenciária em relação ao registro feito no mesmo documento de seu irmão. Na Ficha de Informações do Sentenciado é demonstrado que desde setembro de 1933 Arnaldo foi aproveitado em serviços externos de utilidade pública.

Em outubro de 1938, Arnaldo solicitou o benefício do livramento condicional. Nas informações prestadas pela diretoria da instituição para o livramento, ao contrário do que aparece na ficha de informações, é posto que este inicialmente trabalhou na faxina interna do estabelecimento, após na cozinha e, posteriormente, na oficina de vime, demonstrando ainda que, apenas a partir de 1935 passou a realizar serviços externos, primeiramente trabalhando na horta da Penitenciária, e depois em diversas obras da instituição.

Acerca da vida de Arnaldo, é dito que:

Na penitenciária, onde se encontra há 5 anos, 11 meses e 16 dias, sua conduta tem sido invariavelmente boa. Trabalhador, dócil, cumpridor dos seus deveres, fez-se estimar pelos seus companheiros de reclusão(...). Pelo seu modo de proceder goza de estima e consideração de todos os vigilantes da casa. (IDCH, 1933).

Quanto a faltas e castigos, “seu prontuário é limpo, nunca sofreu nem a mais leve repreensão” (IDCH, 1933).

Ao abordar sobre o crime cometido por Arnaldo, o relatório se demora em cinco páginas de descrição. Inicialmente é narrado como demonstrado acima. Após a descrição detalhada, é questionado se existe algum atenuante para a insensibilidade dos irmãos ao matarem o pai. A resposta dada inicia com a seguinte redação:

Descendente de uma raça mista de índio e caboclo, apresentando sinais positivos de degeneração, criaram-se os dois irmãos num estranho sertão de Rio do Sul, longe de qualquer contato civilizador. Duas pequenas e toscas habitações, palhoças, distanciadas alguns quilômetros da em que moravam, constituem todo o seu conhecimento do mundo além-mar. (IDCH, 1933)

Na continuação, é narrado o cotidiano dos irmãos no trabalho da roça, relatando que saíram muito pequenos de Timbozinho, localidade de Canoinhas, para Ribeirão do Carneiro, de onde nunca mais se ausentaram até o momento do crime, e que,

Conheceram ainda sua avó materna, índia octogenária, de uma das tribos do estado. O cruzamento de raça e a influência do ambiente selvagem em que cresceram, refletiram-se logo, claramente, no físico e no moral dos dois irmãos: rudeza absoluta de modos, ignorância que os fez acreditar imbecis nativos; falta de percepção ativa; hábito de tomar os alimentos com as mãos, desprezando os talheres, etc. (IDCH, 1933)

A narrativa prossegue demonstrando que o pai era alcoólatra e maltratava seguidamente os irmãos com castigos físicos. Que meses antes do crime o pai havia demonstrando seguidamente o desejo de violentar sua filha menor de 15 anos, pretendendo ainda viver maritalmente com essa, ao que os irmãos passaram a se opor, sendo ameaçados de morte pelo pai. Por fim, ainda no que cabe à informação

do crime cometido, é dito que Pablo, irmão de Arnaldo, foi diagnosticado como esquizofrênico durante o cumprimento da pena, como já apresentado, mas que quanto a Arnaldo “sua ficha antropológica criminal mostra-lhe a normalidade, aliás, corroborada por uma vida penitenciária ótima e sem o mais leve sinal de anomalias psíquicas” (IDCH, 1933). Por fim, na conclusão do relatório é escrito que,

Inegável que o delito de Arnaldo fosse fruto da ignorância e quase selvageria em que vivia. Outras causas poderiam auxiliar-lhe a influência. Mas aquela foi, preponderantemente a que o fez parricida. Hoje, quem o interrogar ou ver desembaraçado no serviço, ou a escrever sem dificuldades, não reconhecerá aquele bugrinho bronco fugidio e esquivo que aqui ingressou em 1933. (IDCH, 1933).

O Egrégio Conselho Penitenciário, em seu parecer sobre o caso, relata que: “Para que o pai não deflorasse a própria filha e consumasse com ela um amor incestuoso, donde surgissem filhos sem linhagem digna, Pablo e Arnaldo, auxiliados por sua mãe, mataram o pai”, portanto este seria um “caso típico de parricídio, dos males o menor”, e que ainda que o parricídio possa parecer mais revoltante que o incesto, neste caso não o é, pois foi evitado algo que seria mais amoral ainda, pois resultaria numa “família sem genealogia e daí uma geração inteira de infelizes” (IDCH, 1933).

Acerca da vida em família, é destacado que os irmãos “rapagões fortes, verdadeiros tarzans, filhos das selvas, de vez em quando eram castigados fisicamente pelo pai, espécie de pajé, se o quiserem, de morubixaba de Ribeirão Carneiro”. Neste ponto é possível perceber a influência de uma visão eugenista no parecer do Conselho, pois ao destacar os membros da família como selvagens, demonstra que estes não têm contato com a civilização. Além disso, a questão da mestiçagem aparece como um elemento que traz consigo o gene do crime.

Por fim, ressalta-se acerca do bom comportamento de Arnaldo durante a vida penitenciária, concluindo com a frase, “não sei porque negar o livramento condicional pedido pelo sentenciado Arnaldo” (IDCH, 1933). O alvará de soltura de Arnaldo data de junho de 1941.

2.2.4. Um mesmo crime, dois diferentes caminhos

A partir destas questões, alguns apontamentos podem ser feitos. Primeiramente, quanto à questão racial apresentada no prontuário dos dois irmãos. Ditos como de “uma raça mista de índio e caboclo” (IDCH, 1933), são apontados pela promotoria como possuidores de traços de degeneração já no processo criminal. Além disso, é sempre ressaltada a questão do ambiente onde foram criados, tido como selvagem, sendo inclusive comparados a tarzans.

O recorrente uso de termos raciais para justificar, ainda que sem caráter criminológico legal, revela a permanência de vertentes racialistas na letra da lei durante o período aqui estudado. O uso do termo “degeneração” por si só traz evidências disso, uma vez que se refere a algo presente na genética dos indivíduos, fator este defendido nas teorias de Cesare Lombroso. Além disso, com a menção constante ao local onde estes sujeitos viviam, pode-se estabelecer um paralelo com as questões defendidas por Enrico Ferri acerca dos fatores físicos e sociais que influenciavam o cometimento do crime. A referência ao fato de estes sujeitos serem de uma “raça mista”, podem ser compreendidas também dentro de um pensamento eugenista. Como demonstrando por Schwarcz, a questão da mestiçagem no Brasil levou a um entendimento da eugenia como uma “forma de ‘cuidar da raça’ e reverter o processo que levava à total degeneração” (SCHWARCZ, 2005, p.216). Segundo a autora, ainda que a mestiçagem causasse um mal-estar, existia a esperança de um “apuro das raças nacionais” (SCHWARCZ, op. Cit., p.217). Stepan (2004), também nesse sentido, demonstra que o discurso eugenista ganha novas forças na década de 1930, sobretudo após o Estado Novo. Segundo a autora:

A complexidade do regime Vargas encontrou seu par no movimento eugênico – em sua orientação científica (neolamarckiana e mendeliana), em sua ideologia racial (que ia do segregacionismo ao assimilacionismo) e em sua proposta de políticas sociais (higiene pública, proteção à maternidade, legislação trabalhista, controle da imigração). (STEPAN, 2004, p.374)

Com isso, o caso aqui tratado demonstra a presença destes discursos, tanto de ordem do direito positivista, quanto dos ideais de eugenia presentes nas instituições no período.

Outro ponto a ser ressaltado é acerca da questão de como os discursos da degeneração e da moral presentes nos prontuários vão sendo utilizados na documentação. Num primeiro momento, os irmãos são tratados como a expressão do grotesco, do incivilizado, da mistura de raças que faz proliferar a degeneração. Entretanto, ao cometer o crime, o fazem por se posicionar contrários a um incesto, o

que, por outro lado, faz com que o Conselho Penitenciário reconheça que a ação representava algo próximo da defesa daquilo que é moralmente civilizado, uma ambiguidade curiosa que mais revela os julgamentos morais dos homens da lei do que representativa dos valores morais de Arnaldo e Pablo. Em diversas passagens, ambos são descritos como provenientes de um ambiente sem qualquer contato com a civilização, em outras como defensores da honra da irmã, a ponto de assassinar o próprio pai. E esse paradoxo aparece nas diferentes instâncias, desde o juiz de direito que profere a sentença, passando pela diretoria da instituição, até por fim na decisão do conselho penitenciário.

É interessante notar ainda que os prontuários não fazem qualquer menção a um contato entre os irmãos dentro da Penitenciária, ainda que muito provavelmente isto ocorresse. As alusões a ambos aparecem apenas nos documentos que falam sobre o crime cometido ou, no caso de Arnaldo, para informar que o irmão foi internado por esquizofrenia.

Por fim, chama a atenção a diferença entre os discursos institucionais acerca da vida penitenciária dos dois irmãos. Pois, se durante o processo ambos foram descritos, principalmente por parte do promotor, como membros de uma raça mista, possuindo traços de degeneração e imbecilidade mental, no decorrer da vida penitenciária apontada pela documentação, os prontuários tomam caminhos diferentes.

Desta maneira, os casos aqui tratados demonstram aspectos dos discursos penais presentes na Penitenciária e no judiciário. Julgados por um mesmo crime, tendo uma mesma origem, Pablo e Arnaldo são descritos em seus prontuários de diferentes maneiras, o que seria de se esperar, tratando-se de diferentes vidas. Entretanto, durante todo o processo criminal foram tratados como indivíduos de uma origem selvagem, de completa rudeza, com traços de degeneração frutos de uma mistura de raças. No cumprimento de suas penas, dois caminhos diferentes se abrem. De um lado, Pablo é visto como problemático, tendo diversas faltas registradas, acabando por ser internado com diagnóstico de esquizofrenia (como o queria o Promotor no início do processo criminal). De outro, Arnaldo é descrito como um sentenciado exemplar, que através do trabalho e da educação se distanciou da vida selvagem que levava, tornando-se assim um indivíduo regenerado.

Com isso, pode-se destacar aqui as contradições dos discursos eugênicos apontados anteriormente. Pois, se inicialmente ambos são tratados dentro de uma

mesma categoria discursiva, da raça mista, da origem selvagem, e “apresentando sinais positivos de degeneração”, após a entrada na Penitenciária, que afirma ter como função principal a “regeneração dos indivíduos”, outros caminhos são abertos.

É interessante destacar ainda, que o único laudo médico que de fato relata os irmãos enquanto frutos de uma raça mista e com propensão à degeneração é o exame solicitado pelo promotor ainda quando do processo. Exame este que é dito pelo juiz de direito como incompleto e lacunar. Contudo, essa argumentação com base na raça, é utilizada por diversas vezes nos documentos posteriores expedidos pela Penitenciária. Dessa maneira, se o princípio do discurso da degeneração diz respeito a um fator genético do indivíduo, estes dois prontuários elucidam um contraste nesta teoria. Dois irmãos, que possuíam a mesma genética, cresceram em um mesmo ambiente e cometeram o mesmo crime, encontram destinos distintos.

2.3 FUGA, REBELIÃO, DESTAQUE NA IMPRENSA: O CONTURBADO ANO DE 1936 NA PEDRA GRANDE

Neste subcapítulo serão apresentados dois episódios ocorridos no ano de 1936 na Penitenciária da Pedra Grande e as formas com as quais estes foram apresentados nos documentos oficiais, nos prontuários e na imprensa. Com isso, objetiva-se problematizar os trânsitos entre os discursos e pontuar suas diferenças. Além disso, será discutida a inserção de recortes da imprensa no prontuário de um dos sujeitos envolvidos, procurando demonstrar como se constituía uma epistemologia sobre o sujeito que extrapola a instituição em si.

No relatório de exercício do cargo do diretor da Penitenciária, relativo ao ano de 1936, é destacado pelo chefe da seção penal o seguinte:

Acidentes vários e desagradáveis, assinalaram o sétimo ano de funcionamento desta penitenciária. Assim, de princípio, poderemos destacar a espetacular fuga do sentenciado de número 193, de nome Paulo, causa de sérias contrariedades, pelas várias explorações políticas armadas em redor do fato.

Muito sofreu por essa ocasião, o prestígio da autoridade deste nosso único estabelecimento penal, levemente atacada por maus patriotas, cuja inconsciência motivou a célebre revolta de 17 de agosto, encabeçada pelo sentenciado número 29, de nome Sebastião. (Arquivo Público do Estado de Santa Catarina - APESC. Relatório do Exercício de 1936 da Penitenciária da Pedra Grande).

O trabalho de Antônio Luiz Miranda, faz uma breve apresentação e discussão acerca destes casos. Segundo o autor, os dois episódios relatados acima geraram uma crise na Penitenciária, sendo assunto nos jornais locais e palco de discussões na Assembleia Legislativa do Estado (MIRANDA, 1998, p.91). A discussão de Miranda, entretanto, baseia-se sobretudo no Relatório do Diretor da Penitenciária e o autor busca evidenciar um pouco do ambiente que a nova administração encontrou em seus primeiros anos de exercício, sem focar nos acontecimentos em si. De acordo com o autor,

Essa discussão leva-nos a considerar que a questão penitenciária inseria-se nas disputas políticas entre os grupos dirigentes de então. Os opositores atacavam os dirigentes da Instituição que se defendiam e, no meio disso tudo estavam os presos, talvez aproveitando-se da situação. (MIRANDA, 1998, p.81).

Ainda segundo Miranda, essas práticas de resistência dos detentos, podem ser compreendidas como uma forma de resposta às novas propostas da direção que havia recém assumido a instituição, que tinha à frente o diretor Edelvito Campelo D'Araújo, e buscava uma reformulação tanto do corpo funcional como das práticas a serem adotadas para o trato com os detentos (MIRANDA, 1998, p.92). Desta maneira, o enfoque aqui será dado em apresentar as maneiras como estes episódios são narrados, tanto na mídia como pela Penitenciária, bem como problematizar as maneiras como são operacionalizados os discursos sobre os acontecimentos por parte da instituição.

A partir disso, foram pesquisados os prontuários dos envolvidos e matérias de jornais relatando os casos acima. A seguir serão discutidas as narrativas acerca destes episódios, buscando evidenciar um pouco das formas como a instituição utiliza estes episódios como forma de construir saberes sobre os sujeitos.

2.3.1 A espetacular fuga

A fuga do sentenciado Paulo³⁸, foi notícia no jornal *A Gazeta* da cidade de Florianópolis no dia 30 de julho de 1936, com a manchete: “Evadiu-se da Penitenciária Pedra Grande, com auxílio de uma lima, perigoso bandido” (A GAZETA: A Voz do

³⁸ Prontuário número 193.

Povo- Florianópolis - Rolo15 – Hemeroteca Digital Catarinense). A reportagem segue relatando o acontecimento, que teria se dado na madrugada, destacando ainda que Paulo foi condenado a 30 anos de prisão por um crime cometido em Tubarão, ao assassinar “um pobre casal de velhos” (A GAZETA, 1936), e que sendo de “índole perversa, foi quando em liberdade, um dos bandidos que mais aterrorizou a pacata população do sul do Estado, praticando os mais inomináveis crimes” (A GAZETA, 1936). O jornal destaca ainda que por determinação do diretor da instituição Paulo cumpria a pena em um cubículo isolado, dada sua periculosidade. Na sequência, a reportagem narra a fuga do sentenciado, que teria “burlado, com inteligência, a vigilância da Penitenciária” (A GAZETA, 1936), ao utilizar de uma lima para aos poucos serrar a grade de seu cubículo, até conseguir na referida madrugada escapar sem qualquer barulho, e deixando em sua cama “roupas colocadas de maneira que retratassem o sentenciado dormindo” (A GAZETA, 1936). Por fim, a reportagem encerra expondo que as forças policiais já teriam tomado as medidas necessárias para que este pudesse ser capturado e destaca que um rigoroso inquérito a respeito do caso fora aberto.

A fuga de Paulo foi noticiada também no jornal *O Estado* com o título “Bahiano³⁹ foge pela terceira vez” (O ESTADO, 1936). A matéria - com menor destaque e descrição dos fatos do que a do jornal *A Gazeta* - também aponta que Paulo havia sido autor de um bárbaro crime, ao assassinar um casal de velhos. Entretanto, neste jornal é dito que o crime foi cometido em Jaraguá, destacando que fora condenado a 30 anos de prisão pelo Juiz de Direito de Joinville. A reportagem relata que, quando preso na cadeia de Joinville, Paulo teria tentado fugir fazendo um buraco no compartimento onde se encontrava, mas não obteve sucesso por intervenção dos guardas da instituição. É destacado ainda que Paulo teria tentando uma fuga anterior após a transferência para a Penitenciária, sendo detido “após apresentar resistência à sua prisão” (O ESTADO, 1936), mas que desta vez consegue escapar ao cerrar as grades. Por fim, a notícia encerra narrando que “a polícia tomou as mais urgentes providências para sua captura” (O ESTADO, 1936).

Estas duas reportagens encontram-se recortadas e anexadas no prontuário de Paulo, junto com outras quatro matérias de jornais. Contudo, nas duas matérias aqui destacadas, alguns fatores chamam a atenção. Primeiramente, o fato de em ambas

³⁹ Apelido do sentenciado.

Paulo ser retratado como um perigoso criminoso, autor de um crime bárbaro. A partir das informações obtidas nestas matérias jornalísticas, bem como do relatório do diretor da Penitenciária, alguns documentos do prontuário de Paulo fornecem elementos que possibilitam o esclarecimento de alguns pontos deste episódio.

O primeiro documento a relatar o caso é um ofício de 30 de julho de 1936 para o chefe da seção penal, assinado pelo vigilante chefe interino da instituição, narrando acerca do acontecido de maneira muito próxima ao descrito pelo jornal *A Gazeta*, acrescentando que havia vestígios de sangue na parede da janela do cubículo, o que indica que Paulo teria se ferido durante a fuga. Além disso, já neste documento é posto que este foi condenado pela comarca de Joinville, ponto confirmado ainda pela Carta de Guia do Sentenciado, o que demonstra que o crime de fato ocorreu em Jaraguá, corroborando assim com a informação prestada pelo jornal *O Estado*. Na sequência, consta no prontuário um documento do chefe da seção penal, do mesmo dia, solicitando ao diretor da instituição que fossem tomadas as providências requeridas para o caso.

A partir destes dois primeiros ofícios, nenhuma outra documentação do prontuário contém informações acerca da fuga perpetrada por Paulo, nem mesmo na Ficha de Informações do Sentenciado há qualquer anotação sobre o caso. Os outros documentos de seu prontuário são anteriores ao episódio de sua fuga, constando apenas duas cartas de datas posteriores ao acontecimento. Estas cartas endereçadas a Paulo, a primeira de junho de 1937 e a segunda de janeiro de 1938, são assinadas por sua mãe, ambas questionando sua situação e o motivo pelo qual este não a escrevia mais, mandando notícias⁴⁰. Dessa maneira, uma possível consideração a ser feita acerca deste episódio, é a de que Paulo não foi novamente detido na Penitenciária da Pedra Grande após sua fuga.

Com isso, a partir do prontuário e das matérias de jornal nele anexadas é possível estabelecer alguns fatos sobre o episódio da fuga com mais segurança. Contudo, o principal destaque se dá justamente pela inclusão desta documentação não institucional no prontuário.

⁴⁰ Estas cartas serão abordadas de maneira mais completa no terceiro capítulo deste trabalho.

2.3.2 A revolta de 17 de agosto

Pouco mais de quinze dias após a fuga de Paulo, a Penitenciária da Pedra Grande voltaria a ser notícia nos jornais, dessa vez devido a uma rebelião ocorrida no interior da instituição. A partir da data registrada no relatório do diretor da Penitenciária como sendo da eclosão da revolta, foi realizada uma pesquisa na Hemeroteca Digital Catarinense sobre possíveis reportagens acerca do fato. O jornal *A Gazeta* traz a notícia como destaque na primeira página do dia 18 de agosto de 1936. Com grandes letras que ocupam todo o cabeçalho do jornal, a manchete diz: “Rebelaram-se os presidiários da Penitenciária da Pedra Grande” (A GAZETA, 1936). A matéria, que ocupa praticamente a metade de toda a primeira página do jornal, descreve em diferentes pontos o evento ocorrido. De início demonstra que nas primeiras horas da noite anterior correria pela cidade a notícia de que os sentenciados da Penitenciária haviam se rebelado, o que gerou um ambiente de apreensão e até mesmo receio na cidade. Em seguida, a reportagem narra que a rebelião havia sido motivada por certas medidas que ultimamente haviam sido tomadas pelo diretor da instituição e que, “armados uns com pedaços de ferro, outros com paus e outros ainda com objetos que tinham à mão” (A GAZETA, 1936), os sentenciados estavam dispostos às “mais terríveis consequências” (A GAZETA, 1936). Segundo o jornal, o cabeça da rebelião teria sido o sentenciado Sebastião⁴¹, que “dirigiu de uma maneira exaltada o movimento de rebelião, tentando cortar o fio do telefone do presídio, a fim de evitar comunicação com as autoridades” (A GAZETA, 1936), o que não aconteceu pelo fato de os detentos não terem conseguido abrir a porta onde se achava o aparelho.

Ainda quanto à reportagem, o jornal relata que logo que se ficou sabendo da rebelião, o Secretário de Segurança Pública determinou ao capitão Romeu Delaite que se dirigisse ao local para pôr fim ao motim, além disso, teria sido enviado um caminhão com “50 policiais fartamente embalados” (A GAZETA, 1936). Na sequência da matéria é relatado que, ao ser indagado pela força policial acerca do motivo da rebelião, Sebastião, “o ‘cabeça’, respondeu que desejavam o afastamento do diretor daquele presídio, para que melhor tratamento tivessem” (A GAZETA, 1936). Por fim, é narrado que o motim teve início a partir de um “inteligente stratagema”, utilizado por Sebastião para dominar os guardas da instituição. Teria o sentenciado

⁴¹ Prontuário número 29.

inicialmente ateado fogo em seu colchão, e ao passo que os vigilantes entraram na cela para conter as chamas, os sentenciados “atacaram violentamente os policiais e vigilantes, travando-se séria luta corporal” (A GAZETA, 1936). A reportagem destaca ainda que dois vigilantes saíram feridos, e ressalta a “bravura do capitão Delaite”, por ter conseguido negociar e conter os 70 indivíduos rebelados.

O jornal *O Estado*, também noticia o ocorrido na Penitenciária, porém com um menor destaque. Consta em sua última página, também do dia 18 de agosto de 1936, uma matéria com a manchete: “Revoltaram-se contra os maus tratos” (O Estado, 1936). Nesta, é destacada também a ação do capitão Delaite e o pedido por parte dos sujeitos detidos para que tivessem melhores tratos, destacando ainda que “atenderiam a qualquer autoridade, menos aos funcionários do presídio” (O Estado, 1936). Na matéria deste jornal não é citado o nome de nenhum sentenciado.

Ao pesquisar o prontuário do nome citado como líder da rebelião pelo jornal *A Gazeta*, algumas informações adicionais surgem. A Ficha de Informação do Sentenciado de Sebastião traz, no campo “Castigos”, a informação sobre a rebelião, relatando que após atear fogo em seu colchão e se lançar em luta com o vigilante, estabeleceu “um movimento revoltado com os sentenciados nº 194, 120, 139, 279, 291 e 334” (IDCH, 1931), causando sérias depredações e obrigando a direção a pedir auxílio à Secretaria da Segurança Pública. Com isso, surgem novos sujeitos considerados como envolvidos diretamente na eclosão da rebelião. Além disso, no prontuário de Sebastião, consta um memorando de 20 de abril de 1937 endereçado ao diretor pelo chefe da seção penal demonstrando que os sujeitos acima citados se encontravam recolhidos em seus cubículos por terem encabeçado o movimento de revolta do ano anterior. Ainda no memorando foi solicitado ao diretor que, estando há oito meses em reclusão no cubículo, e por se aproximar o inverno, fosse a estes concedida, a título de experiência, que pudessem frequentar a instrução física, uma vez que “todos tem [sic] se conformado com o castigo que lhes foi imposto” (IDCH, 1931). Este memorando aparece ainda no prontuário de outros dois dos sujeitos citados como participantes da rebelião.

Ainda quanto ao acontecimento da rebelião, algumas informações adicionais foram encontradas nos prontuários acima citados. Roberto⁴² é dito como tendo encabeçado, junto de Sebastião, o movimento revoltoso, narrando que “após ter

⁴² Prontuário número 139.

destruído uma cama, retirou um pedaço de ferro e arrombando a porta do cubículo, passou ao corredor onde, com o mesmo ferro, arrombou outros cubículos de camaradas para poderem reforçar o movimento” (IDCH, 1933). Joaquim⁴³, Marcelo⁴⁴ e Ronaldo⁴⁵, também possuem documentos em seus prontuários acerca da participação na rebelião, bem como do castigo sofrido. Entretanto, outros dois indivíduos que são apontados como participantes do movimento não possuem documentos que os liguem de fato à revolta em seus prontuários. No de Sérgio⁴⁶, chega a ser mencionado que este teve um comportamento inicial ruim, mas não qual foi especificamente. Já no caso de Alencar⁴⁷, sequer é mencionada qualquer falta que tenha cometido.

Contudo, a questão da participação na rebelião ecoa de diferentes formas em cada um dos prontuários. Com isso, o sujeito que parece ter carregado o maior fardo do acontecimento foi Sebastião, desde o início tido como principal nome da revolta. Isso se demonstra em um parecer do Conselho Penitenciário de março de 1943, no qual se julga um pedido de indulto por parte de Sebastião. Seu papel de destaque na rebelião é utilizado como um dos argumentos para a negação do pedido: “o autor de dois delitos frios, sanguinários, covardes, é também o responsável direto pelo movimento de revolta havido na penitenciária” (IDCH, 1931).

Esta importância dada à participação no episódio da rebelião, não aparece com um mesmo peso nos prontuários dos outros sujeitos citados. No caso de Roberto, por exemplo, ainda que seja posto como tendo encabeçado a revolta com Sebastião, tendo um papel central para a liberação de outros indivíduos, a falta não parece ter a mesma importância em processos posteriores. Em parecer do mesmo Conselho, de novembro de 1941, acerca de seu pedido de livramento condicional, é dito apenas que Roberto “a princípio se mostrou inadaptável à vida carcerária” (IDCH, 1933), mas teria modificado seu comportamento com o tempo, sem citar diretamente sua participação na revolta.

O mesmo ocorre com o prontuário número 291 em que, em um primeiro documento de informação para o Conselho Penitenciário, é dito apenas que o início de sua vida penitenciária teve “aspectos sombrios” (IDCH, 1935), que teriam sido

⁴³ Prontuário número 120.

⁴⁴ Prontuário número 291.

⁴⁵ Prontuário número 279.

⁴⁶ Prontuário número 194.

⁴⁷ Prontuário número 334.

corrigidos com o tempo. Entretanto, em um novo documento expedido pela diretoria para o Conselho, sequer são mencionadas quaisquer faltas ou punições.

Desta maneira, este conturbado acontecimento, considerado pela própria direção da instituição como dos mais graves, tomado ainda como sendo uma das principais causas os ataques externos sofridos pela diretoria, reverbera de diferentes formas para os envolvidos. No caso de Sebastião, é utilizado como argumento para a não concessão de um pedido muitos anos após o ocorrido, e aparece em praticamente todos os documentos acerca da vida carcerária deste. Ao passo que em outros prontuários, ainda que o episódio vá sendo citado nos documentos, parece ter um peso menor nas tomadas de decisões do Conselho.

Com isso, ao contrário do caso da fuga, no episódio da rebelião, a Penitenciária não anexa recortes de jornal nos prontuários dos sujeitos envolvidos, entretanto, faz seus próprios relatórios internos e registra, principalmente no caso de Sebastião, a falta grave cometida em diferentes momentos.

2.4 OS PRONTUÁRIOS E O PODER DISCIPLINAR

Neste capítulo buscou-se demonstrar um pouco das formas discursivas presentes nos prontuários da Penitenciária e de que maneiras elas são operacionalizadas pela instituição em seus mecanismos de poder. Segundo Foucault, “estar sob sequestro é estar preso numa discursividade ininterrupta no tempo, proferida a partir de fora por uma autoridade e necessariamente feita em função daquilo que é normal e daquilo que é anormal” (FOUCAULT, 2015, p. 198). A partir disto, é possível novamente retomar o papel da Penitenciária como instituição de sequestro, visto que rouba e controla o tempo, a existência do indivíduo, que possui uma função de julgamento, vigilância e anotação constante.

O que se tentou demonstrar com os casos apresentados neste capítulo, foi de fato essa prisão que não prende apenas o corpo dos indivíduos, mas os prendem através de um discurso que é o da norma. No caso de Valdomiro, das diversas discussões entre as instâncias da Penitenciária em torno da barbaridade de seu crime, de sua regeneração completa ou não. Nota-se que a questão que perpassa tudo é a do enquadramento deste sujeito em um saber legal. Fator que se repete no caso dos

irmãos Pablo e Arnaldo, adicionando ainda neste exemplo os discursos da eugenia e da moral presentes em seus prontuários.

Outro pronto comum nos dois primeiros casos apresentados é a grande presença da forma do exame, da construção de um saber-poder sobre estes indivíduos. Esta forma que extrai todo o saber que precisa para o exercício do poder, que é enfim o discurso do prontuário. Afinal, como demonstrado, toda vez que os sujeitos sentenciados na Penitenciária requisitavam o livramento condicional, indulto, ou pedido de perdão, a decisão acerca deste se dava a partir da análise do comportamento, tal como registrado nesse documento: qual foi seu crime, quantas faltas cometeu, como tem sido seu comportamento, o que revela seu exame mental, etc. Desta forma, o discurso do prontuário institui quem eram estes indivíduos em relação à norma estabelecida. É o discurso, enfim, de quem vigia, avalia, julga, decide, que estabelece uma separação entre o normal e o anormal. É, portanto, o discurso que acompanha o poder disciplinar (FOUCAULT, 2015).

Por fim, no último tópico deste capítulo, foi tentado demonstrar, a partir do exemplo da fuga e da rebelião, que o espaço da Penitenciária não foi ocupado apenas de maneira dócil, mas ao contrário, que os sujeitos sentenciados possuem agência nela. Ainda que, como demonstrado, a disciplina e a norma sejam o cerne da instituição, os indivíduos que nela foram encarcerados atuam de diversas formas, seja através da conquista de regalias no interior da instituição, do uso das regras em benefício próprio, até os momentos críticos da fuga e da rebelião. Segundo Foucault, “praticar a transgressão é tornar a lei irreal e impotente num momento e num lugar, para uma pessoa” (FOUCAULT, 2015, p. 105). Assim, a transgressão não é uma ruptura na norma, mas uma suspensão da lei por um período. Estas práticas aqui apresentadas, ainda que - no caso da rebelião - tenham sido posteriormente repreendidas e seu registro tenha acompanhado o líder do movimento por toda sua vida penitenciária, evidenciam também breves exercícios do poder por parte dos sentenciados contra as normas vigentes da instituição. Contudo, como demonstrado, mesmo estes momentos de transgressão são utilizados por parte da Penitenciária como forma de se gerar um saber sobre os sujeitos nela detidos e assim poder exercer seu poder.

Como instituição de sequestro, a Penitenciária possui um poder que é ao mesmo tempo econômico, político, judiciário e epistemológico. A rotina de um presidiário é totalmente suspensa ao ingressar na instituição prisional. Ele precisa se

reeducar socialmente, aprender a conviver com o ritmo e o cotidiano prisional, se alfabetizar na linguagem do universo penitenciário, conhecer as regras e as leis vigentes, sejam as escritas, sejam as tradicionais. O corpo é submetido a novas rotinas e disciplinas, tais como horário de lazer, de trabalhar, de tomar sol, de se alimentar, de receber visitas, por vezes de ser castigado fisicamente. Até mesmo as relações de afeto são controladas por meio do tempo de contato com familiares e amigos e confisco de correspondências.

Tal como um sequestrado, a vida política e econômica do preso está sob a autoridade da instituição. O pecúlio que acumula como pagamento do trabalho é parcialmente administrado pelo preso. No entanto, a instituição é regida por um corpo complexo de funcionários que vai do agente prisional ao diretor da Penitenciária, passando ainda pelos juízes e conselheiros, homens com formações em distintas áreas, de gerações diferenciadas e, embora formatados nos códigos legais e tradicionais do seu tempo, não deixam de levar consigo suas posturas e preconceitos individuais. Essa complexa relação deixa marcas indeléveis nos prontuários, afinal, trata-se de um documento produzido por esses homens.

Há, por fim, uma característica importante da Penitenciária como instituição de sequestro que merece destaque: sua função epistemológica. Esse poder que constrói um saber sobre o indivíduo, o que é feito por meio do auxílio das ciências como a Medicina, a Psiquiatria, a Antropologia e o Direito. Saber que tem uma função pragmática no interior da instituição – como o de relaxar penas, conceder privilégios e outros – mas que também fabrica valores e concepções sobre o preso e o sistema penitenciários que vão além dos muros do tempo e do espaço. Esse poder epistemológico que constrói sujeitos de um discurso que reaparece na imprensa e adentra as mentes e lares dos que estão do lado de fora. É por meio desse saber que nos relacionamos discursivamente com os presos e o universo prisional, que legitimamos, aplaudimos ou somos coniventes com as práticas da instituição de sequestro.

3 REGISTROS INFAMES

Neste capítulo, serão analisados alguns documentos que não são necessariamente de ordem institucional e que aparecem em alguns prontuários. Entre eles, as cartas e escritas de si dos sujeitos sentenciados na Penitenciária são as de maior destaque. Com isso, objetiva-se problematizar as formas com as quais a Penitenciária, enquanto uma instituição de sequestro, utiliza de seus poderes para decidir em repassar a carta para o destinatário ou não. E, principalmente, em destruí-la ou fazer dela um corpus de registro oficial sobre a trajetória do preso. Além disso, serão discutidas as formas como estes sujeitos narram suas próprias vidas, o cotidiano penitenciário e as relações com familiares e pessoas externas à instituição.

Como no capítulo anterior, a escolha dos prontuários a serem aqui trabalhados se deu a partir da pesquisa do corpo geral da documentação prisional, sempre dentro do recorte proposto. Inicialmente foram separados todos os que continham escritas de si, cartas, bilhetes e demais manuscritos de autoria não institucional. Ainda assim o número de documentos era muito maior do que comportaria este trabalho. Com isso, a escolha das fontes aqui utilizadas se deu a partir das que mais chamaram atenção deste pesquisador, que saltaram aos olhos seja pelo conteúdo apresentado, seja pelo teor inusitado e raro que apresentam. Muitas outras destas escritas poderiam ser aqui interpretadas, e de muito agrado seria fazê-lo por conta da singularidade de cada uma destas. Mas, para isso, seria necessário talvez um outro trabalho completo apenas com este foco.

Devido à dificuldade na leitura e das diferenças ortográficas do período dos manuscritos que serão aqui utilizados, será feita uma transcrição destes nas normas atuais. Algumas palavras foram impossíveis de ler, seja pela caligrafia, seja pelo estado de conservação do documento. Sendo assim, foi procurado manter os textos com a maior fidelidade possível ao original.

Segundo Ângela de Castro Gomes, “as práticas de escritas de si podem evidenciar, com muita clareza, como uma trajetória individual tem um percurso que se altera ao longo do tempo” (GOMES, 2004, p. 13). Desta forma, ao utilizar as escritas de si constantes nos prontuários de uma instituição de controle, busca-se proporcionar um ponto de vista dos próprios sujeitos inscritos nesta documentação. Neste mesmo sentido será feito o uso das cartas, pois como demonstra Gomes,

Tal como outras escritas de si, a correspondência constitui, simultaneamente, o sujeito e seu texto. Mas, diferente das demais, a correspondência tem um destinatário específico com quem se vai estabelecer relações. Ela implica uma interlocução, uma troca, sendo um jogo interativo entre quem escreve e quem lê (...). Escrever cartas é assim “dar-se a ver”, é mostrar-se ao destinatário, que está ao mesmo tempo sendo “visto” pelo remetente (...) (GOMES, 2004, p. 19).

Entretanto, há de se ressaltar que estas cartas, estas escritas de si, tem um caráter diferencial: encontram-se no interior do prontuário de uma penitenciária. Esta ressalva é necessária por diferentes motivos. Em primeiro lugar, é necessário lembrar que se trata de uma documentação que servia como forma de controle, de anotação, de criação de um saber sobre o sujeito, para o uso da instituição na sua função disciplinar. Com isso, a presença de cartas em um prontuário significa que não acabaram em posse de seus destinatários ou remetentes. Em segundo lugar, as cartas recebidas ou enviadas pelos sentenciados passavam por um controle da instituição, dessa forma, seu conteúdo deixa de ser privado, além de caber à instituição de sequestro censurá-la ou despachá-la. Em terceiro lugar, outro motivo pelo qual as cartas poderiam ou não ser enviadas ou recebidas, dava-se pelo comportamento do indivíduo na Penitenciária, uma vez que se tivesse um comportamento inadequado, sua possibilidade de comunicação, inclusive por cartas, era suspensa. A partir disso tudo, deve-se levar em conta que as cartas aqui analisadas podem nunca terem sido lidas por seus destinatários. Por fim, o fato das cartas estarem inseridas nos prontuários revela importantes características da Penitenciária como uma instituição e sequestro: ela possui o poder de dizer o que pode ou não constituir a documentação oficial de um preso, de fazer dessa missiva mais um instrumento de controle e de conhecimento jurídico e, talvez, fundamentalmente, epistemológico, sobre o preso.

Além disso, estabelecendo novamente um paralelo com os estudos de Michel Foucault, é possível tomar estes documentos como uma espécie de “revanche”,

A chance que permite que essas pessoas absolutamente sem glórias surjam do meio de tantos mortos, gesticulem ainda, continuem manifestando sua raiva, sua aflição ou sua invencível obstinação em divagar, compensa talvez o azar que lançara sobre elas, apesar de sua modéstia e de seu anonimato, o raio do poder. (FOUCAULT, 2010, p. 210).

Assim, é ainda quase uma inversão da função original desta documentação. Se o objetivo central dos prontuários na instituição é a anotação para o controle, para a normatização, a construção de um saber-poder, e somando-se a isso o fato de estas cartas não terem ficado com seus destinatários, agora, estas “vidas que só sobrevivem

do choque com um poder que não quis senão aniquilá-las, ou pelo menos apagá-las” (FOUCAULT, 2010, p. 210), surgem de um antigo amontoado de documentos para terem suas histórias contadas.

3.1 CARTAS DE UM FUGITIVO

Já brevemente apresentado neste trabalho pela ocasião de sua fuga, Paulo é um personagem que possui em seu prontuário outras peculiaridades. Além das reportagens de jornais anexadas, algumas cartas de sua autoria constam na documentação.

Natural de São Feliz na Bahia, Paulo é descrito como tendo 27 anos no momento de entrada na instituição, de cor morena, sabendo ler e escrever, solteiro, e com a profissão de foguista. Além disso, em sua Ficha de Informações, consta que Paulo tinha mais quatro irmãs e não tinha filhos. Nenhum documento do prontuário faz menção à sua vida penitenciária: se trabalhou em oficinas ou como se dava seu comportamento são questões que não foram possíveis de serem observadas.

Paulo foi condenado a 30 anos de prisão por, em companhia de outros dois indivíduos, assaltar a casa de um casal de idosos na cidade de Joinville e assassiná-los a pancadas. Tendo dado entrada na Penitenciária em setembro de 1934, Paulo parece não ter se conformado com sua prisão. Em maio de 1936 tenta enviar quatro cartas para diferentes destinatários a fim de conseguir uma quantia de dinheiro para pagar um advogado que o ajudaria a sair da instituição.

As três primeiras cartas, enviadas para três indivíduos de nome Braitar, Ronaldo e Valdemar e datadas de maio de 1935, possuem uma redação praticamente igual, variando em poucas palavras e expressões. Para não tornar repetitivo, foi aqui feita uma junção do conteúdo das três. Paulo inicia a missiva com “Saudações cordiais”, e recorrendo ao estilo formal; segue com “venho por meio destas mal traçadas linhas”, e conclui a frase registrando que proferirá a sua “Verdade”. Assim, já de início demonstra que não se trata de sua versão dos fatos, mas de uma convicção, de uma verdade maiúscula, que descarta qualquer outra, pois somente sua verdade é válida.

Em seguida, Paulo escreve “Eu estou com um advogado ao meu lado, é o Dr. Salgado. Ele veio mandado por Deus, porque Deus está ciente de que eu não devo nada daquele crime, e vocês queriam me matar” (IDCH, 1934). A partir disso, nota-se, portanto, a presença de um advogado, talvez quem tenha o orientado para a escrita das cartas, realizando em seguida a declaração religiosa de que o advogado seria um enviado de Deus, estariam – ele e Deus - cientes de sua inocência. Assim, com a presença destas duas figuras, do advogado e de Deus, consuma sua verdade, dispensando outras provas.

Na continuidade da escrita, Paulo ressalta que embora tenham tentado matá-lo, “que não morri ainda, e agora eu quero que vocês me ajudem em uma importância, que é para eu sair desta vida que vocês me colocaram”. Com essa frase, Paulo alega que sua vida está correndo risco, o que aparece de forma astuciosa com o uso do adverbio de tempo “ainda” não morri, ou seja, pode morrer a qualquer momento e por isso necessita de ajuda para sair da prisão, porém vai mais além, afirma que a sua vida também está nas mãos dos destinatários, cabe a eles escolherem em salvá-lo ou sofrer as consequências em não o ajudar. A partir disso, a carta segue com “Vocês sabem que eu estou aqui é só pelas suas culpas de quererem me matar. Mas Deus é Deus, e não deu direito de vocês me matarem” (IDCH, 1934). Com isso, novamente Paulo apela para a proteção divina e para a culpa dos seus companheiros. Isto chama a atenção pelo fato da estrutura da carta permanecer bem encadeada e formal, transparecendo novamente uma possível orientação do advogado para a escrita, pois ainda que no prontuário de Paulo haja a informação de que este sabia ler escrever, também consta que sua instrução era baixa. Em seguida, Paulo inicia firmando um pacto:

Olha, então eu lhe mando esta carta porque é o único meio de vocês poderem adquirir perdão da minha mão, porque assim eu fico ciente que vocês me ajudaram na minha hora de precisão. Para eu esquecer tudo o que vocês fizeram comigo não há dinheiro que pague, mas vocês me ajudando agora, eu posso muito bem perdoar. Porque Deus perdoa nós todos. (IDCH, 1934)

Com isso, em troca de uma ajuda financeira poderia conceder o seu perdão. Ressalta que ainda que, embora seu esquecimento não pudesse ser comprado, seria capaz de perdoar sob a condição imposta, pois alega ser um bom cristão. A sutil passagem da primeira pessoa do singular: “eu perdoar”, para a terceira; “Deus perdoa”, sugere tanto que Deus é uma referência a ser seguida, como também de que ele

assume o lugar de Deus e perdoa. Mas, claro, desde que a ajuda financeira seja atendida.

Por fim, Paulo passa a adotar um tom bastante diferente na conclusão:

Olha, vocês resolvam isso bem resolvido, porque eu não quero esta vida. Já falei que estou aqui só por falta de dinheiro, e se vocês não mandarem agora, mais tarde eu hei de arranjar e seu saio daqui para falar com vocês. Olha, essa é uma importância de 200 mil réis e só. Olha, isto é até o dia 20 deste mês, porque o Dr. vai para o Rio de Janeiro. Vocês é que me botaram aqui e é quem podem me ajudar, para que eu nunca pense em lhe fazer o mal.
Paulo. (IDCH, 1934)

Agora a missiva ganha ares de ameaça direta, de chantagem sem tréguas, ou seja, deixa de ser um pedido para se tornar uma ordem, passa a utilizar o imperativo e termina com uma chantagem velada, pois caso não fosse atendido poderia fazer mal aos seus destinatários.

Em um tom bastante diferente, mas com o mesmo objetivo, Paulo escreve outra carta, a outro destinatário, pedindo auxílio:

5 – 5 – 1936

Dr. Pedro Ludovico Teixeira.

Saudações Cordiais,

Venho por meio desta carta vos dizer minha situação. Me acho preso aqui sob falta de recursos. Então, vos escrevo estas linhas pedindo um auxílio para a vossa pessoa, que é para eu sarar desta vida de sofrimento. Estou preso por suspeita de um crime, e tenho aqui um advogado que me defende por 500 mil réis. Então, eu peço para o Sr. Dr. me mandar 200 mil réis que é para eu dar de entrada no que ele me pede. Dr. Pedro, sou um homem que tem trabalho em benefício do nosso progresso, pelo nome da Aliança Liberal, e agora me acho preso em terra estranha e não tenho uma só pessoa que possa me auxiliar. Só mesmo uma alma como a de quem eu tanto serviço já prestei. Olha Dr. Pedro, o meu erro foi na Revolução de São Paulo não ter voltado para nossa querida terra, depois de tanto serviço prestado com a nossa polícia. Eu fui um herói na linha de frente, como o Sr. Major Querino está ciente do meu bom serviço. E hoje me acho preso por não ter 200 mil réis. Olha Dr. Pedro, eu quero que o senhor tenha piedade da miséria que estou passando só por falta desta importância. Já estou preso há 14 meses e isso não é brincadeira. Fim. (IDCH, 1934)

Pedro Ludovico Teixeira foi um importante membro da Aliança Liberal que fez eclodir a Revolução de 1930. O Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (DHBB) informa que foi nomeado interventor do Estado de Goiás de 1931 a 1935 e, após, foi eleito governador e tornou-se interventor, governando entre 1935 e 1945 (DHBB, 2001). Além disso, é destacada sua participação nos primeiros momentos da Revolução de 1930: “o movimento eclodiu no dia 3 de outubro, e já no dia 4 Pedro Ludovico seguiu para Minas Gerais, afim de juntar-se aos revolucionários” (DHBB, 2011).

A partir disso, percebe-se que nesta carta Paulo elabora seu pedido com bases completamente diferentes das primeiras, já de início ele muda sua estratégia discursiva, saindo da ameaça, para um recurso de convencimento do destinatário por meio de seus posicionamento e alianças políticas. Além disso, se na carta anterior percebe-se um direcionamento a sujeitos de uma mesma condição social, nesta última o tom sugere um perfil diferente, de alguém com influências políticas. De forma hábil, Paulo utiliza dos argumentos que devem fazer maior sentido para seu destinatário, fala de sua participação na Revolução de 1930, de seu comprometimento com a Aliança Liberal, da querida terra da qual “sair teria sido seu maior erro”.

Contudo, Paulo diz ter lutado na Revolução de São Paulo, episódio no qual seu destinatário não participou, uma vez que estava em Minas Gerais. Além disso, Paulo fala de uma terra querida em comum entre os dois, entretanto, Paulo é natural do Estado da Bahia, e em seu prontuário consta que este residiu apenas neste e em Santa Catarina. Já Pedro Ludovico é natural de Goiás e tem toda sua carreira política vinculada a este Estado. Por fim, chama a atenção da estratégia de Paulo ao dizer que está preso “por suspeita de crime”, ou seja, buscando talvez cultivar a dúvida em seu destinatário sobre a autoridade ou não do crime.

Os elementos destes jogos de poder, parecem ficar evidentes nas diferenças entre as cartas escritas por Paulo. Para os que teriam tentado matá-lo, a ameaça e promessa de perdão caso ajudem, para o “Doutor” Pedro, o apelo ligado aos serviços prestados, bem como a identificação conterrânea.

Como demonstrado no capítulo anterior, pouco mais de um mês após as datas que aparecem nas cartas, Paulo cerra a grade de seu cubículo e foge da Penitenciária, sem que se haja qualquer registro em seu prontuário de que tenha sido novamente capturado.

Indícios de que esta fuga foi bem-sucedida, pelo menos no que diz respeito a não ter voltado para a Pedra Grande, são duas cartas enviadas por sua mãe após o ocorrido. Na primeira, enviada quase um ano após sua fuga, é escrito o seguinte:

João Amaro (BA), 6 – 6 – 1937

Prezado filho Paulo,

Ao fazer destas duas linhas, parte as minhas notícias e ao mesmo tempo obter as tuas. Por qual motivo você não me escreveu mais? Eu ainda não morri. Foi desfalecida dona Allayde dia 27 de janeiro. Seu pai foi com Vinzinha para o Rio de Janeiro, que Delly é empregado lá. Quem está comigo é Constância, que esteve aqui a passeio, porém está com vontade de vir morar aqui em João Amaro. Vou terminar enviando lembrança que todos os conhecidos mandam. Abraços que as suas manas mandam. Deus lhe dê sorte e felicidade.

De sua mãe.
Assim que receba esta, me responda. (IDCH, 1934)

João Amaro, no Estado da Bahia, é um distrito de laço que fica cerca de 250 km distante de Salvador. Nesta primeira carta enviada por sua mãe, é possível ponderar que Paulo mantinha uma certa correspondência com sua família, uma vez que é questionado o porquê de ele não ter escrito mais. Além disso, nota-se na missiva notícias corriqueiras, um falecimento, uma viagem de seu pai, uma visita recebida.

A suposição da manutenção de correspondência por parte do sentenciado com sua família, é ainda acrescida por outra carta enviada por sua mãe cerca de seis meses após a primeira:

João Amaro (BA) 9 – 1– 1938
Sempre querido filho Paulo,
Meu filho, como vai você? Seu pai é que está muito mal. Meu filho, será possível que seu pai morra e você não o veja? Ele mandou te perguntar por que motivo você não me escreveu mais e se ainda está na penitenciária. Eu meu filho, a dor que mais me acompanha, é você sair daqui para tão longe e se ver nessa prisão. Mando te dizer que nós vamos nos mudar daqui para Iracema, acima de João Amaro. Se caso não queira escrever para mim, escreva para a Vinzinha, que está no Rio de Janeiro, o endereço dela é (...). Peço meu filho, encarecidamente, que você me escreva para eu saber das suas notícias. Quando me escrever direto a Iracema com estas notícias tuas. [Ilegível] tem faltado enlouquecer.
De sua mãe.

Novamente a mãe de Paulo questiona o motivo pelo qual seu filho não está mais mandando notícias. Entretanto, parece haver agora uma maior preocupação. Além do questionamento de se o filho ainda está na Penitenciária, demonstra sua dor maior por estar ele tão longe de casa e numa prisão. As notícias do dia-a-dia já não aparecem, mas sim um aviso de mudança de cidade, passando ainda um endereço do Rio de Janeiro caso queira para esta pessoa escrever. Observa-se ainda, que as duas cartas possuem uma estrutura bastante fixa, aparentemente foi redigida pela mãe, mas pode ter sido escrita por outro alguém, prática comum na época.

Com isso, na história de Paulo mais pontos ficam abertos do que concluídos. Uma das poucas afirmações que se pode fazer é a de que tanto as cartas escritas por Paulo, como por sua mãe, não chegaram em seus destinatários. Após sua fuga da Penitenciária não é possível saber seu paradeiro pelos documentos da instituição. Teria ele enfim dado as tão desejadas respostas à sua mãe? Teria conseguido ver o pai novamente? Após fugir, de fato foi falar com os que teriam sido responsáveis por sua prisão? Estas perguntas não possuem respostas aqui, mas são postas de forma a deixá-las no ar, abertas à imaginação de quem por elas se cativar por um momento.

Por fim, o principal elemento que se apresenta a partir desta documentação é justamente a ação da instituição de sequestro em decidir sobre as cartas enviadas ou recebidas por Paulo. As cartas de autoria de Paulo não foram enviadas, talvez por seu conteúdo de ameaças e pedidos de dinheiro ou pelo comportamento deste na Penitenciária. Enquanto as cartas recebidas são abertas pela instituição, possivelmente em busca de uma notícia sobre o paradeiro deste sujeito. Chama a atenção ainda o fato de que, passado quase um ano após a fuga de Paulo, seu prontuário permanecesse em aberto, sendo alimentado com novos dados, ou seja, uma busca constante pelo registro e por uma construção de saber sobre o indivíduo.

3.2 REGISTROS DE UM ROMANCE PROIBIDO

Segundo Ângela de Castro Gomes, as cartas possuem um caráter diferencial de análise documental, uma vez que “o encarregado dos procedimentos de manutenção e arquivamento dos documentos é o ‘outro’ a quem se destina a carta e que passa a ser seu proprietário” (GOMES, Op. Cit., p. 19). Ainda segundo a autora, a correspondência traz um sentido duplo, por carregar um caráter de confiança no outro, ao discorrer sobre informações, sentimentos íntimos e, ao mesmo tempo por caber a quem a recebe a decisão acerca da preservação do registro (GOMES, Op. Cit.).

Contudo, como já ressaltado, ao se tratar a documentação da Penitenciária este caráter duplo entre remetente e destinatário é acrescido de um terceiro elemento: a instituição de controle. Com isso, não cabe mais apenas ao destinatário a decisão acerca da preservação ou não da carta, pois, como já demonstrado neste trabalho, a função de sequestro da prisão gera um julgamento permanente dos indivíduos em função do que é normal ou anormal. Assim, ao cair nas “mãos institucionais”, cabe à estas autoridades a decisão do destino final de uma correspondência. Um exemplo disso são as cartas encontradas no prontuário de Vitor⁴⁸.

Vitor é descrito em seu prontuário como natural de Cruzeiro, Santa Catarina, tendo 23 anos de idade no momento de entrada na instituição, sendo solteiro, lavrador,

⁴⁸ Prontuário número 356. Não serão aqui apresentados os dados institucionais sobre este sujeito, como profissão, crime, sentença, entre outros. Para conferência ver tabela dos prontuários utilizados.

não sabendo ler e escrever, e de cor branca. Vitor foi condenado a oito anos de prisão pelo crime de roubo de uma mesa com dinheiro de um moinho de sua cidade natal, dando entrada na Penitenciária em setembro de 1936. Ainda quanto às informações acerca de Vitor, em documento da Seção de Medicina e Criminologia da Penitenciária é dito que este, “analfabeto ao ingressar neste Presídio [sic], aqui alfabetizou-se, hoje faz sem dificuldade a sua correspondência, como também a de alguns colegas” (IDCH, 1936).

Neste prontuário, três cartas em especial chamam a atenção e permitem alguns questionamentos e observações. A primeira delas, por ordem cronológica, é destinada a Vitor em 21 de outubro de 1941⁴⁹, com a seguinte redação:

Queiras desculpar que foi escrita com grande anseio. E favor tu não mostrares para ninguém ser sabedor.

Carvoeira, 21 – 10 de 1941

Saudações,

Prezado Vitor,

Escrevo-te esta afim de dar-te a resposta da qual me fizeste no domingo de tarde pela aquelas horas que junto de ti passei numa alegria infinita. Tu nem imaginas quanto me alegra o dia que eu te vejo e, conversando contigo ouvindo a tua voz pelos teus lábios amorosos. Meu querido, envio-te esta afim de lhe dizer que esta noite sonhei muito contigo. Mando-te esta para declarar-te para ver se aceitas a resposta da qual me fizeste. Meu querido aceito neste assunto se é verdade que tu gostas de mim coração como eu gosto de ti. Eu aceito porquê de tantos que me fizeram esta como tu fizeste, e só a ti que darei resposta. Porque nenhum seria do meu gosto com tu, porque tu nem imaginas o amor que te tenho. Que os dias que não te vejo, não tenho consolação. Tragos as tuas feições decoradas, parece que estou sempre te vendo e ouvindo o som das tuas vozes. Olha, assim fugida não quero, porque tu sabes eu tenho tudo o que é meu. Eu saindo contigo fica uma coisa sem jeito. É melhor tu concordares como eu te vou explicar. Porque tu sabes que eu não fui feliz com o primeiro. Eu ficando junto contigo, quando tu terminares a tua sentença, tu podes ir embora e me deixa derramada com mais um filho. Como que eu vou passar, agora meu pai me aceitou com 2 e depois não me aceita com 3. E tu podes recompensar tudo isto, porque não vais enganado. Porque mulher para te zelar, te acariciar, tu tens para tudo. Então te peço para responder se aceita. Porque eu desejo que Deus me ampare para eternidade, porque já me vejo tão triste sem ter carinho de marido. Neste assunto, assim que tu saíres, tu ires lá em casa falar como papai. Que desejo falar com ele sobre o assunto que tu desejavas a me amparar. E nos arrumemos para se casar, porque ele fica mais satisfeito e te preza como um bom genro. Fiquemos todos se dando bem e alugemos uma casa para morar aí perto. Para todos ficarem satisfeitos aí, eu levo o que é meu sem medo. E assim como queres não tem jeito, vê se não é como eu te digo. Para estas coisas tenho muito bom juízo. Agora respondi o que eu sentia, já te mandei dizer. Conforme tu mandares dizer eu faço, aí eu vou te esperar na cidade o dia que tu saíres da penitenciária. Vou te esperar com muito prazer. Adeus, Doralice. (IDCH, 1936).

⁴⁹ Como explicado no capítulo anterior, alguns documentos excedem o período do recorte temporal pelo fato da duração da pena do sentenciado.

Esta carta chama logo a atenção por seu conteúdo, uma correspondência de amantes que se encontraram há pouco tempo, sendo ainda uma resposta a uma proposta realizada pelo destinatário. Comum seria se o autor não estivesse detido em uma Penitenciária. Como pôde se dar então tal contato? Analisando o prontuário de Vitor, na data do envio da carta, este ainda estava em cumprimento de sentença na instituição. Contudo, foi possível observar que desde o ano anterior estava cumprindo serviços externos no Posto Assis Brasil⁵⁰. Dessa forma, tem-se uma primeira evidência de como teria se dado este encontro. No entanto, antes de prosseguir com esta questão, voltemos um momento à carta em si.

Na carta, Doralice responde a um pedido de Vitor, dizendo o aceitar, mas com algumas condições: que ele vá até sua casa pedir ao pai, que se casassem, que alugassem uma casa para viverem juntos como família e saíssem do abrigo paterno. Assim, ainda que apaixonada, Doralice revelava maturidade, dizendo ter bom juízo para estas coisas. Afirmando ainda que aceitava, mas não da forma como Vitor queria, que não aceitava fugir, pois possuía bens próprios.

Como demonstrado por Ângela de Castro Gomes (2004), a prática cultural da escrita de cartas constitui alguns distanciamentos. Um deles se apresenta como:

O distanciamento entre o autor da carta e todos os acontecimentos narrados, principalmente os que tem nele mesmo o principal personagem. Ou seja, no momento da escrita, os acontecimentos/personagens narrados experimentam tempos variados, que podem se situar no passado, no presente, ou no futuro, nos projetos anunciados e planejados em conjunto. (GOMES, Op. Cit., p. 20).

Este distanciamento parece ficar claramente explicitado na carta de Doralice, uma vez que a autora da carta vai se situando nos variados tempos, narra a lembrança de quando se encontraram, de desilusões que teve no passado, fala do presente e de que estava vivendo com o pai. Por fim almeja o sucesso de seus planos para o futuro, desejando estar ao lado de Vitor. Além disso, Doralice relata que já fora casada, tinha dois filhos, que possuía seus próprios bens e, portanto, provavelmente trabalhava.

O prontuário de Vitor conta ainda com uma outra correspondência escrita por Doralice, desta vez um bilhete, sem data de envio, no qual é dito o seguinte:

Saudações,
Querido Amor

⁵⁰ O Posto Assis Brasil, era um local onde os sentenciados poderiam cumprir parte de sua pena em serviços externos que, nas palavras do diretor da penitenciária “equivale a um prêmio concedido ao presidiário dedicado trabalhador e correto” (IDCH, 1936). Era localizado no atual campus da UFSC, cerca de 2,5km distante da Penitenciária. Contudo, não foi possível saber qual era o tipo de serviço prestado.

Fiquei muito satisfeita de receber a sua missiva carta que tanto veio me satisfazer. Meu coração transbordou de alegria. E no mesmo instante fiquei triste de saber que estavas doente. Desculpa eu escrever este bilhete de lápis, porque estava com pressa. Peço-te para não dizeres para ninguém desta carta e deste bilhete. Adeus, até outro dia ditoso e feliz. Se não puder mais falar contigo, tu antes de ir recolhido, tu bota um bilhete na dona Lilica. Mas termino enviando-te muitas lembranças e um forte abraço. De tua apaixonada que aqui fica te esperando.
Doralice. (IDCH, 1936)

Neste bilhete de início aparece um elemento que possibilita afirmar que Doralice era alfabetizada e redigia suas próprias cartas, pois se desculpa pelo fato de estar escrevendo a lápis. Fica também ainda mais clara a relação de correspondência entre os dois amantes, uma vez que Doralice se encontra satisfeita de receber a carta de seu amante. Além disso, é possível conjecturar que a carta mencionada, tenha sido a resposta de Vitor à sua primeira missiva, ademais, se na correspondência anterior o destinatário fora tratado como “prezado Vitor”, agora aparece como “querido amor”. Destaca-se ainda o fato da existência de uma cúmplice deste relacionamento, dona Lilica, para quem Vitor poderia confiar sua resposta. Seria dona Lilica alguém que o visitava na Penitenciária? Ou ainda alguém por quem Vitor passasse em seu caminho aos serviços externos? Por fim, o bilhete contém ainda um tom de preocupação de Doralice pela possibilidade de o amante não conseguir mais falar com ela. Talvez tenha sido enviado após este perder seu posto de trabalho, sendo assim, pode ser que Vitor nem o tenha recebido. Com isso, se havia uma correspondência entre ambos, por que as cartas enviadas por Doralice constam anexadas ao prontuário? Uma possível resposta pode ser cogitada a partir de uma terceira carta.

Esta última a ser aqui apresentada é de autoria de Vitor, entretanto, não tem como destinatário sua amante, mas sim o diretor da Penitenciária. Nela, escreve Vitor:

Penitenciária, 17 – 11 – 1941
Digníssimo Sr. Dr. Rubens Ramos
Peço perdão da minha ousadia, em tomar a liberdade de enviar à vossa excelência essas mal traçadas linhas. Sr. Doutor, venho por meio dessa prostrar-me a vossos pés, pedir perdão da falta a que fui acusado, confesso que não foi nem a terça parte, e que não fiz por abusar da confiança. É que ela quem vinha conversar comigo, porém, sinceramente, e, não que eu abandonasse meu posto para procurá-la, conheço que errei. Mas venho humildemente, ainda uma vez, implorar à Vossa Excelência o perdão. Conheço que já sou indigno da vossa proteção, pois se já tanto tenho abusado da vossa confiança, depois de tantas vezes ter prometido emendar-me. Mas como Deus perdoa os mais bárbaros traidores, eu também espero pela última vez alcançar vosso perdão. Prometo em palavra de honra que jamais hei de proceder assim. Digníssimo Doutor, peço-vos não em nome daquele que acabou de trair vossa Ex., mas arrego da minha necessidade que dai-me o posto que eu estava exercendo, que prometo em prova de gratidão que até o fim da minha pena, só cumprirei com os meus deveres, pois si isso só vale para o meu bem estar. Sem mais peço perdão pelo meu

atreuimento para com vossa Excelência. E espero pelo meu arrependimento que serei atendido. Muito respeitosa saudações.
Sentenciado Vitor. (IDCH, 1936).

A partir da data desta carta enviada ao diretor, cerca de um mês após a primeira carta de Doralice, é possível pensar que estes se correspondiam com certa frequência. Na carta escrita a lápis e enviada por Vitor ao diretor, nota-se o tom formal, os usos dos pronomes de tratamento de forma correta e a explícita relação de subalternidade. Com isso, ressalta-se aqui a informação dada no início deste subcapítulo de que Vitor era analfabeto no momento de entrada na Penitenciária e se alfabetizou na instituição com grande proveito.

A carta conta ainda com uma observação manuscrita, assinada pelo diretor, afirmando: “Não. Ao prontuário. A volta ao antigo lugar é inconveniente à disciplina” (IDCH, 1936). Além disso, ao analisar o campo da Ficha de Informações do Sentenciado acerca das faltas cometidas, há uma anotação do dia 11 de novembro de 1941 por “mal comportamento no Posto Assis Brasil”, com a pena disciplinar de ida para o regime de disponibilidade, o que significava perder o posto anterior e ficar disponível para trabalhar nas demais oficinas que necessitassem.

A partir desta carta de Vitor, com data de menos de um mês após do envio da primeira carta de Doralice, é possível estabelecer algumas considerações. Na carta de Vitor, este assume ter tido contato com uma mulher quando em serviço no Posto Assis Brasil. Com isso, a questão inicial de como se dava o contato entre o casal parece ficar um pouco mais compreensível, provavelmente acontecendo quando este estava de fato em serviços externos. Entretanto, ao contrário do que transparece nas cartas de Doralice, o manuscrito de Vitor defende que o contato se dava pela mulher ir conversar com ele, mas que não era nem terça parte da acusação, ou seja, que a denúncia contra ele teria sido aumentada e que não merecia sofrer tamanha punição.

Além disso, a partir da falta relatada e anotada no prontuário, é possível argumentar que o fato de as cartas enviadas por Doralice constarem no prontuário pode ser por consequência desta falta cometida por Vitor e a descoberta da instituição acerca do relacionamento. Desta maneira, o confisco das cartas por parte da Penitenciária serviu de confirmação ou denúncia acerca do episódio que foi entendido como uma falta disciplinar.

Nenhuma documentação do prontuário permite perceber o que ocorreu com Vitor após sua saída da Penitenciária, que se deu no ano seguinte às datas das cartas.

Se voltou para sua terra natal, na serra catarinense, ou se foi ao encontro da amante e, enfim, cumpriu o desejo desta de encontrar o carinho de um marido. São pontos que ficam em aberto na casualidade da história.

O prontuário de Vitor possui ainda o seguinte cartão de feliz aniversário⁵¹ anexado:

Figura 1



Fonte: Prontuários do acervo do IDCH

A data deste cartão antecede à data da primeira carta enviada por Doralice. Com isso, é possível questionar se devido à falta cometida por Vitor, este teve todas as cartas que se encontravam em sua cela confiscadas. Uma vez que um cartão de aniversário, a princípio, não apresenta nenhuma informação que pudesse contribuir para o caso. Assim, é o exercício de um poder por parte da instituição que define o que pode ou não ficar em posse do sujeito.

Por fim, destaca-se novamente a função da Penitenciária enquanto uma instituição de sequestro, pois, com a inclusão dessas cartas no prontuário, reforça-se

⁵¹ Com a seguinte escrita: "Vidal de Medeiros. Em regozijo a data de teu aniversário natalício, enviamos parabéns, e desejamos que o divino [ilegível] da felicidade ilumine teus passos até o fim de tua preciosa existência. Salve, 3-9-1941, Ilda Silva"

o argumento com base em Foucault acerca do controle total do indivíduo neste tipo de instituição. De um lado, as correspondências são utilizadas como uma forma de construção de um saber/poder sobre o preso. Elas podem dar pistas sobre seu Paradeiro (como no caso do Paulo), sobre suas ações (no caso do Vitor ter se ausentado do posto de trabalho), mas também dos seus sentimentos amorosos. É poder judiciário, político, epistemológico, mas também uma tentativa de controle sobre os relacionamentos pessoais. Por outro lado, o fato desse tipo de documento não ter sido destruído e ser inserido no prontuário, ou seja, na pasta que organiza, disciplina e normatiza a vida do preso tem um papel importante de registro, mas também de possibilidade de pesquisa para os historiadores do futuro.

3.3 “EU ATÉ ACHO QUE ME CONFESSANDO EU MORRO”

Dentre os prontuários que possuem cartas e escritas de si anexadas, o de Joel⁵² é um dos que mais chama a atenção, tanto pela quantidade de cartas e bilhetes como, e principalmente, por seu conteúdo.

Joel foi preso por ser acusado do crime de roubo e condenado a cumprir 5 anos de prisão celular na Penitenciária da Pedra Grande. No momento de sua entrada, em dezembro de 1938, Joel é descrito como natural de Itajaí, Santa Catarina, com 29 anos, solteiro, estivador, de cor preta, com instrução mínima e sabendo ler e escrever pouco.

Em pouco menos de um ano após dar entrada na Penitenciária, Joel escreve duas cartas com conteúdo similar e, no mínimo, intrigante. A primeira delas, por ordem de data, é endereçada, ao que tudo indica, a um casal de conhecidos seus, com a seguinte escrita:

Florianópolis, 28/10/1939

Saudações,

Rogo ao bom Deus, que ao notar esta vá lhe encontrar todos da família gozando saúde e felicidade. Enquanto que eu aqui agora, graças a Deus, estou bem melhor, eu estive tão doente que só eu sei o que se passou comigo. D. Julinha, eu no último ponto da minha enfermidade, ainda ouvia e escutava a voz de um homem, que dizia tantas calúnias da minha querida mãezinha, mesmo assim sofrendo todas essas injustiças depois de morta coitadinha. Ah? [sic] Sr. Pedro e D. Julinha, eu vivia e vivo com o meu coração despedaçado, o que este homem me disse pela boca à fora, D. Julinha, nem uma mulher prostituta dizia, o que ele disse da minha querida mãezinha. Eu

⁵² Prontuário número 577.

só sinto é de não poder me vestir de preto, porque eu tenho plena certeza de que ela foi assassinada, e sei o dia e a hora. Tantas vezes que ela dizia, que quando morresse os filhos que quisessem botar luto podiam botar, mas aguentasse ao menos um ano, e eu sinto porque nas minhas condições não posso. D. Julinha, mando-lhe perguntar se aos meus irmãos já botaram luto, e se eles estão lá em Blumenau ou o que é feito deles eu quero saber, mande-me dizer sim. Seu Pedro, eu no que saia daqui eu vou lá falar com o Lilito porque talvez ele tenha o que eu vou precisar, agora não só quando eu for posto em liberdade se Deus quiser. D. Julinha, eu tenho fé que muito em breve eu saio com o livramento, porque eu não sou ruim preso, e mesmo não adianta valentia o que eu lhe digo é que eu respeito as autoridades desde o menor até o maior. Seu Pedrinho, nós aqui temos bons médicos, e bons remédios e bons tratamentos. D. Julinha, eu passei umas noites sem dormir porque não tinha descanso, eu via a morte entre os meus olhos de minuto em minuto. Bem? Não pela autoridade da casa em que eu estou, mas pelo tal homem o assassino de minha mãe. Ai? Que vida D. Julinha. Seu Pedrinho e D. Julinha, eu ainda escutei os últimos gritos da minha rica mãe, antes da morte. Eu sei perfeitamente que o Sr. Seu Pedrinho, e a D. Julinha, ainda sabe melhor do que eu porque ao menos viram no jornal, e com certeza até o nome dele saibam, mas eu ainda falta saber o nome dele. Termina sem nada mais dizer, só queiram aceitar muitas lembranças a todos de casa, deste pobre infeliz sem sorte. Um forte abraço em toda a rapaziada, e no [ilegível] não esqueçam. Seu Pedrinho agora é vovô, não é? A D. Julinha também é vovó, não é? Eu estou aqui mas sei de tudo... Felicidade. Felicidade. Fim. (IDCH, 1938)

Diversos pontos chamam atenção nesta missiva. Em primeiro lugar, o tom cordial de saudação e confiança adotado por Joel em contar sobre o que se passava em sua vida, fortalecendo assim a impressão de os destinatários se tratarem de conhecidos próximos. Entretanto não foi possível descobrir de quem se tratavam ou se possuíam algum grau de parentesco com o autor da carta. Já de início Joel revela também que esteve muito doente e que no auge de sua doença escutou a voz de um homem que estava a caluniar sua falecida mãe, o que o deixava de coração despedaçado. Com isso, por ter estado tão enfermo como afirma, é possível cogitar que teve uma espécie de alucinação. Joel diz ainda, sentir muito por não poder ficar de luto, pois tem certeza que a mãe foi assassinada, sabendo o dia e a hora, e solicita informações sobre os irmãos que, segundo dados do prontuário, eram três. A partir deste ponto Joel volta a falar sobre sua condição enquanto preso e um pouco do que planejava para seu futuro. Diz que seu livramento está próximo de sair, o que não condizia com suas demais documentações, como será demonstrado adiante. Além disso, Joel relata que escutou os últimos gritos de sua mãe, destacando que apenas não sabia o nome de seu assassino, e que este crime teria sido publicado no jornal. Estaria Joel presente no momento do crime para ter ouvido os gritos de sua mãe? Por que este assassinato haveria ganho destaque na imprensa? Algumas respostas aparecerão nas próximas cartas deste prontuário. Por fim, vale destacar o final da

carta em que Joel faz perguntas retóricas a seus destinatários, sabendo que ambos se tornaram avós e que mesmo estando preso tomava conhecimento das novidades. Este último fator pode ser um indício de que Joel recebia visitas e/ou trocava correspondência frequentes.

Em outra carta, datada de quase um mês após a primeira, Joel volta a escrever sobre o assassinato da mãe e sua condição na Penitenciária. Entretanto, desta vez a carta é endereçada para o então Presidente Getúlio Vargas, com a seguinte narrativa:

Florianópolis, 26/11/1939

Cordiais saudações,

Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas.

Ao transar[sic] estas linhas, espero que vá encontrar todos de sua família gozando saúde e muita felicidade.

Dr. levo ao vosso conhecimento o seguinte, eu sendo um prisioneiro nas grades da penitenciária da pedra grande, aqui em Santa Catarina, Sentenciado a 5 anos de prisão pois bem. Eu me achando em uma enfermidade simples ou comum, e estive um pouco mal e minha família achava-se em Blumenau. Pedi eu às autoridades superiores, para mandar chamar minha mãe, e prontamente fui atendido, assim que ela recebeu o telegrama veio imediatamente, mas quando chegou coitadinha não houve licença para ver o seu filho.

E o que aconteceu; ela foi embora e depois veio uma segunda vez com um tio meu, e irmão dela legítimo, e aí disseram a ela que o filho dela estava doente e o que tinha era que estava tísico e tuberculoso e graças a Deus, ainda vivo. Dr., o Sr. bem sabe o que é uma mãe que ama seu filho de alma e coração, ela ficou apaixonadíssima e começou a dizer, deixa-me ver meu filho porque ele não é tísico, e não havendo licença ela alterou-se contra um tenente e este covarde matou minha mãe covardemente, e além disso ele não era autoridade aqui na penitenciária, fora ele é talvez, se não for aposentado. Tudo isso aconteceu no dia 18 de outubro à 1 hora da tarde, deste mesmo ano em que estamos e desta data em diante vive me perseguindo, noite e dia aqui na frente dessa casa de correção, dizendo ele está tísico, não está resposta dos guardas, está sim, mata esse negro desgraçado ele é feio e não precisa viver, mata, mata, eu te mato quando tu sair, e ele tem hora que diz, que vai no Itajaí, matar o resto da minha família. Covarde, chegou ali e parou, tudo isto é medo de mim eu sei, e faz muito bem, porque eu tenho que derramar o meu sangue pelo amor de minha mãe. Dr. Getúlio Vargas, eu sei perfeitamente que está no seu alcance, não é? Dr. Quero pedir-lhe com esta uma transferência desta casa de correção para outra em outro Estado, porque nem dormir descansado eu posso. Peço para mim ser [sic] escoltado, por outra polícia.

Fim. (IDCH, 1938).

A partir deste intenso relato algumas informações se somam às anteriores. Contudo, inicialmente, cabe destacar alguns elementos da carta. Primeiramente um tom muito mais formal no início, utilizando o pronome de tratamento relativo ao cargo que seu destinatário ocupa e o desejo de saúde e felicidade para a família. Em seguida Joel já passa a anunciar que levará um assunto ao conhecimento do Presidente, apresentando-se enquanto preso na instituição e a duração de sua pena. Após esta breve introdução, Joel passa para o acontecido de fato, trata novamente de sua

doença, ressalta que solicitou a vinda de sua família e então narra o fato gravíssimo de que sua mãe teria sido assassinada na Penitenciária após ter a entrada negada. Com isso, algumas respostas às questões levantadas anteriormente começam a aparecer. Joel afirmou ter ouvido os últimos gritos da mãe, e o fato de o crime ter ocorrido na Penitenciária, faz com que esta declaração faça um certo sentido. Assim como a afirmação de que o assassinato teria sido notícia em jornal, afinal, um crime cometido numa instituição do governo realmente poderia ter sido palco de diversas manchetes na imprensa. Além disso, Joel traz a informação de que o delito teria ocorrido no dia 18 de outubro de 1939, dez dias antes da data de sua primeira carta. Joel relata ainda que o assassino de sua mãe o estaria perseguindo, ameaçando matar não só ele como toda sua família. Por fim, a carta termina com Joel novamente utilizando de uma pergunta retórica, pedindo para Vargas para ser transferido para outro local, para que pudesse descansar. Acerca deste pedido, um bilhete manuscrito a lápis por Joel aparece no prontuário entre estas duas cartas aqui citadas, solicitando também uma transferência para a cadeia de São José. Neste bilhete não consta nenhuma data.

Chama a atenção ainda o fato de José ter sido descrito como sabendo ler e escrever pouco, porém produzir duas narrativas minuciosas, utilizar pronomes de tratamento corretos, estruturar as cartas com introdução, desenvolvimento e conclusão, demonstrando um bom domínio da escrita. Seria possível pensar que este sujeito possa ter pedido para outrem escrever a carta ou ainda que se alfabetizou no interior da Penitenciária, como no caso de Vitor. Contudo, em outros bilhetes escritos a lápis por Joel a letra é a mesma, o que descarta a escrita por outra pessoa. Além disso, as cartas são escritas menos de um ano após a entrada deste na instituição e a única informação acerca de sua formação no interior desta é a de que Joel foi matriculado em setembro de 1940 no quarto ano, ou seja, numa data posterior a da escrita das missivas. Dessa forma, novamente é possível apontar algumas incongruências no preenchimento das documentações por parte da Penitenciária.

A partir destas duas cartas que Joel tentou enviar, tem-se um relato de um dramático e, no mínimo, preocupante momento da história da Penitenciária. Uma visita ser assassinada no interior na instituição por um tenente, como pode isto ter ocorrido? Por que não consta em nenhum relatório oficial do diretor ou do governador?

Pois bem, algumas respostas podem ser obtidas a partir de outros documentos do prontuário de Joel, dentre eles, outras duas cartas, a primeira delas, datada de abril de 1940, traz o seguinte:

Blumenau, 23 de abril de 1940

Saudações,

Em primeiro lugar espero que esta vá lhe encontrar no gozo de uma perfeita saúde e felicidade o senhor e o meu filho, enquanto nós aqui vamos passando bem na graça de Deus.

Sr. Diretor da Penitenciária Pedra Grande Florianópolis, queria que o senhor me desse notícia do meu filho o Joel, o Nº 577, eu tenho escrito [sic] para ele e não tenho tido resposta de nenhuma das cartas.

Senhor Diretor era um grande favor me avisar se aconteceu alguma coisa com ele, se está doente ou não.

Sr. Diretor, o meu endereço é este (...)

Desde já fico-lhe muito grata. (IDCH, 1938)

Com isso, as acusações de Joel começam a cair por terra, pois em data posterior ao que este relata como tendo sido o assassinato de sua mãe, a mesma envia carta ao diretor pedindo por informações de seu filho. Em outra correspondência do mesmo ano, mas datada de setembro, a mãe volta a solicitar as informações acrescentando que “soube notícias que ele estava enfermo, mas tenho somente confiança no senhor, mas como não recebi notícias do Sr. envio-lhe esta que é para evitar dúvidas” (IDCH, 1938), e termina escrevendo “sou mãe do 577 Joel”.

Ainda assim, algumas informações passam a ganhar alguma consistência, como o fato de Joel ter sofrido de uma doença e de que este recebia cartas. Este último fator pode explicar como ele ficou sabendo do fato de D. Julinha e Seu Pedrinho terem se tornado avós. Além disso, no prontuário de Joel não consta nenhuma carta que tenha sido a ele endereçada, o que poderia indicar que as cartas chegaram até este e ficaram em sua posse. Porém, por que a mãe alega não receber respostas? Por que Joel afirma que a mãe está morta se, ao que tudo indica, recebia as cartas desta?

Em um relatório expedido pela Penitenciária em fevereiro de 1943 aparece a informação chave para compreender um pouco da trajetória de Joel no interior desta. Assinado por Ângelo Lacombe, médico da instituição, é escrito que “logo após sua chegada nesta penitenciária (13 de dezembro de 1943), constatamos distúrbios mentais no doente em apreço”, relatando ainda que este “dizia-se perseguido pelo demônio” (IDCH, 1938). Diversos outros memorandos e ofícios também relatam os transtornos mentais. Além disso, uma série de bilhetes manuscritos por Joel estão anexados em seu prontuário. Nenhum deles possui data, o que faz com que não seja

Mas qual é o motivo destes bilhetes estarem no prontuário? Para responder a isso, alguns deles serão reproduzidos para que se possa compreender um pouco de seu conteúdo. Como não possuem data, serão apresentados com um possível encadeamento dos assuntos. No primeiro bilhete Joel escreve o seguinte:

O que o maligno me diz

Tudo isto é certo e muito certo, ele diz-me que eu peça o demônio para aumentar a minha fé no meu normal. E eu digo do contrário. Aumenta a minha fé Jesus no meu normal. E eu peço-lhe as autoridades pelo menos pedirá o padre para me confessar dum pecado, é este eu aqui já chamei o meu coração de desgraçado 3 vezes ou mais. E quero cigarro, porque se não dormir eu fumo. (IDCH, 1938)

Este primeiro bilhete traz questões que corroboram com a afirmação do médico da instituição de que Joel dizia estar sendo perseguido pelo demônio. Além disso, pede para se confessar com um padre acerca de um pecado cometido. Esta questão do pecado parece ser o principal ponto que liga todos os bilhetes, em um bilhete curto, Joel escreve que “faz um ano e 8 ou 9 meses dos pecados das galinhas, foi na minha casa, eu estava em tratamento e pequei umas 10 vezes e vim preso pra aqui” (IDCH, 1938). Este “pecado das galinhas” não se refere ao crime pelo qual foi detido na Penitenciária, uma vez que foi por assalto a outro indivíduo, entretanto, Joel afirma que pecou pelo menos mais umas dez vezes. Considerava ele o roubo como um pecado também? Fato é que este sujeito desejava muito se confessar. Em outro manuscrito retoma o assunto de uma maneira mais drástica:

Eu preciso me confessar pelo amor de Deus. Eu tenho uns 6 pecados bem pesados e entre outros são uns 18 pecados. Eu estou pagando o que fiz neste mundo. Depois façam de mim o que bem entender, e isto é um exemplo de um pecador bárbaro.

E depois da minha confissão pode me matar. Porque eu tenho a minha confissão aqui comigo de uns 11 pecados e os outros eu digo bocalmente[sic]. E o maligno diz-me para mim botar[sic] fora e eu não e é bom tomar providência.

Eu estou sendo tentado. Eu até acho que me confessando eu morro. (IDCH, 1938).

Neste o número de pecados é maior, porém Joel considera apenas seis pesados, dando a entender que onze deles estão escritos ou anotados, e os outros ele falaria diretamente para o padre. Além disso, volta a falar no “maligno” que o estaria aconselhando a jogar fora as confissões, então seria preciso que se tomasse uma providência logo sobre o caso, para que não caísse em tentação. Em outros bilhetes Joel parece de fato questionar sua fé:

Eu não posso cuspir as moscas vão atrás.

Se eu olho muito tempo para a cruz os meus olhos começam a embaraçar e as moscas começam a atravessar de um lado para o outro; E a torneira

d'água começa a dar ganizo[sic] como cachorro, quando eu digo muitas vezes. Aumentar a minha fé Jesus no meu normal. Tudo quanto eu faço aqui tenho que pedir a minha fé no meu normal. (IDCH, 1938)

As moscas que vão atrás de seu cuspe e que atravessam sua vista, os olhos que se embaraçam ao olhar a cruz, e a torneira que faz barulhos ao pedir por Jesus, podem ser compreendidos como os sinais do “maligno” atrapalhando as orações de Joel. Em determinado momento Joel escreve: “cheguei num ponto de dizer eu sozinho sentado à beira-mar, e disse assim, será que há Deus” (IDCH, 1938). Com isso, constrói a imagem de sua dúvida através das palavras.

Seus pedidos por confissão, seus questionamentos da fé e a tentação do demônio parecem não ter sido levados muito em conta, na visão de Joel, por parte da Penitenciária:

Não são obrigados a acreditar nos meus bilhetes que eu escrevo, e a minha doença não é na cabeça, o que tenho é um espírito perdido. Mas eu graças a Deus no meu não estou perdido, e pode me deixar sem falar bocalmente[sic] e mesmo eu não falo com ninguém mais aqui. (IDCH, 1938)

Além de afirmar que não precisava que acreditassem em seus bilhetes, Joel defende que não é de problemas mentais que sofre, mas sim no espírito, talvez por conta dos pecados cometidos. Portanto, a cura seria a confissão. Também diz não estar perdido e que não se importava que o deixassem sem falar, pois não desejava mesmo falar com mais ninguém. No prontuário de Joel algumas faltas e punições são registradas, bem como uma internação no manicômio e na enfermaria da instituição. Teria escrito este bilhete após alguma delas? Seria este silenciamento algum castigo ou internação que sofreu? Outra questão que fica em aberto é quanto à confissão ou não de Joel, pois em um manuscrito com tom muito diferente dos outros este escreve:

Quero trabalhar com o sent. Fostino quero sair daqui e quero um par de tamanca. E esses homens do Dr. que mande-me tirar daqui, eles são tão sábios, mas é na clínica de Medicina. Mais querer se dar comigo é muito diferente. E esses sacanas que não botem anúncio no jornal e nada de exemplo. E o padre que se foda e tome no botuco. Peço não mandar perão [sic] se vier mais eu mando esculhambar. (IDCH, 1938)

Neste último escrito, Joel parece não mais fazer uma solicitação, mas sim afirmar o que queria, manda que tirassem os homens do doutor, pois, ainda que fossem sábios, com ele é muito diferente. Ao se referir a estes “homens do doutor”, possivelmente seria resposta à algum dos tratamentos que recebeu, e o fato de mandar que saiam, pode revelar que talvez estivesse recebendo atendimentos em sua própria cela, uma vez que diz que o lugar destes homens era na clínica de

medicina. Quanto ao padre, ao menos duas interpretações podem ser feitas: talvez este não tenha atendido aos seus pedidos de confissão, ao que Joel se irritou e não quis mais saber deste, ou ainda pode o padre ter acatado a solicitação da confissão, mas Joel não ter gostado de seus encaminhamentos, ou uma possível dúvida do sacerdote quanto à perseguição do demônio ou sua doença de espírito.

O prontuário de Joel conta ainda com outros bilhetes, em sua maioria com solicitações ou palavras perdidas. Contudo, cabe destacar que após o cumprimento do tempo total de sua pena, cinco anos, Joel é transferido em fevereiro de 1943 para o hospital de tratamento psiquiátrico Colonia Sant'Ana, também em Santa Catarina, a fim de “se submeter a tratamento adequado” (IDCH, 1938), como consta em ofício do subdiretor da instituição.

Neste caso aqui apresentado uma vez mais é possível perceber a função da Penitenciária como uma instituição que busca a criação de um saber constante acerca do indivíduo para a produção de um controle total de suas atividades. Contudo, diferentemente dos casos apresentados anteriormente, o prontuário de Joel parece dar uma importância a mais ao anexar seus manuscritos, pois não se trata de compreender apenas as faltas ou infrações cometidas por este sujeito, mas sim fornecer provas que possam contribuir no diagnóstico de sua doença mental e que possibilitem também respaldar a decisão de que o sujeito seja transferido para uma outra instituição, mesmo após a expedição de seu alvará de soltura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa procurou-se demonstrar um pouco das formas como os prontuários da Penitenciária evidenciam atos discursivos de um sistema de poder centralizado nas funções de normatização social. Ou seja, de que maneiras a instituição se utiliza destes registros para não apenas manter uma ordem disciplinar interna, mas também para tomar decisões acerca destas vidas.

Com isso, ao longo dos capítulos foram apresentados argumentos neste sentido. Primeiramente, a partir dos dados gerais e dos usos dos mesmos por parte da instituição, foi possível perceber um pouco das formas de categorização e institucionalização dos sujeitos sentenciados, e de como isto gera um saber-poder acerca destas vidas, discussão apresentada no primeiro capítulo. Além disso, foram discutidas as contradições apresentadas nos documentos oficiais, utilizados como argumentos para as políticas institucionais e os dados constantes nos prontuários. Sendo assim, a Penitenciária pôde ser compreendida como uma instituição de sequestro, que ao buscar um total controle acerca das vidas desses indivíduos, fabrica um sujeito social com uma função de normatização que extrapola as grades institucionais. A Penitenciária da Pedra Grande, como já demonstrado em trabalhos de outros autores, surge na década de 1930 com a função de ser uma instituição de controle disciplinar que respondesse aos modernos preceitos da época. Com isso, foi defendida, sobretudo após a entrada de Edelvito Campelo D'Araújo na direção da casa, como um local onde os sujeitos delinquentes seriam regenerados e voltariam a contribuir para uma ordem moral e econômica da sociedade. Contudo, foi visto que por diversas vezes os discursos oficiais se pautaram em dados que não encontram respaldo na documentação. Um exemplo disso é a discussão apresentada acerca da cor dos indivíduos e sua relação com a criminalidade. Para D'Araújo, os sujeitos pardos estariam mais propensos ao cometimento de crimes, principalmente contra o patrimônio, por serem frutos da miscigenação. Porém, como visto, esta argumentação do diretor não possui amparo nos dados gerados pela própria instituição.

No segundo capítulo, buscou-se realizar uma análise mais detalhada destes discursos de normatização. Ao apresentar as operacionalizações destes discursos pelas diferentes instâncias da Penitenciária, evidenciou-se novamente a função de sequestro, que além de prender e disciplinar corpos, prende estes sujeitos através de

um mecanismo complexo de estratégias e saberes que deixam marcas até a atualidade. Ao apresentar os casos utilizados neste capítulo, foi novamente salientado o uso da forma do exame, ou seja, que busca uma prova e um controle constante sobre o indivíduo, a fim de saber se este está dentro da norma ou não. A construção deste saber, como visto, se dava a partir de um registro sobre todas as atividades dos sujeitos detidos na instituição, e a partir disto as decisões eram tomadas. Ou seja, o poder sobre os indivíduos sentenciados não se dava apenas na letra da lei ou das normas internas, mas é um poder ao mesmo tempo econômico, político, judiciário e epistemológico, que se utiliza de diferentes áreas do conhecimento para construir seu saber. Seja no caso de Valdomiro, o “criminoso nefando”, seja dos irmãos acusados de parricídio e vistos como degenerados por uma mistura de raças, ou no caso da fuga espetacular e da rebelião, é a partir das anotações do prontuário que a instituição prescreve suas ordens. Assim, o discurso de normatização pelo poder disciplinar está presente nos textos institucionais como função estratégica deste mesmo poder

No capítulo final, foram analisados documentos anexados aos prontuários e que foram produzidos pelos próprios sentenciados ou por pessoas externas à Penitenciária. Com isso, novamente foi demonstrada a função de sequestro da instituição, uma vez que ao decidir não enviar as cartas a seus destinatários e, principalmente, ao anexá-las no prontuário, revela-se a busca pela construção de um saber-poder acerca dos indivíduos. Para a instituição, portanto, não se tratam apenas de cartas, mas de possíveis pistas sobre um paradeiro, de provas sobre uma falta cometida, de amostras que podem atestar a loucura, a insubmissão, o conluio ou as estratégias os sujeitos para fugir às normas infringidas aos seus corpos. Além disso, essas narrativas foram apresentadas como forma de realizar uma inversão da função original desses documentos. Ou seja, se antes serviam como forma de anotação e de construção de um saber-poder disciplinar, aparecem agora como relatos de histórias a serem contadas.

Ao realizar este trabalho novas perguntas foram surgindo ao longo do desenvolvimento dos capítulos. Qual o quadro geral dos crimes cometidos em Santa Catarina? Há ligações possíveis entre os locais e os tipos de crime mais comuns, como defendem as narrativas institucionais da Penitenciária? Por que as decisões do Conselho Penitenciário ora levam mais em conta o crime cometido e ora o comportamento do sentenciado no interior da instituição? Quais as principais diferenças entre o uso do discurso do prontuário pela Penitenciária (diretores, chefes

de seção, guardas) e pelo Conselho, ao tomar decisões sobre estas vidas? Como se dava o contato entre os sentenciados no interior da instituição? De que formas estes se relacionavam e constituíam ou não laços de solidariedade?

Estas e outras questões não puderam ser aqui respondidas por diferentes motivos. Primeiramente por fugirem do problema central da pesquisa. Em segundo lugar, pela grande quantidade de documentos no recorte previamente estabelecido e a falta de tempo e espaço na pesquisa para uma análise mais ampliada. Além disso, para responder estas questões seria necessário ainda a consulta de novas fontes documentais, como relatórios de polícia, processos-crime, atas do Conselho Penitenciário, entre outros. Algo que demandaria um tempo muito maior de trabalho e que fica no horizonte de expectativas para projetos futuros.

REFERÊNCIAS

BACCIN, Lucas C. **"Dos dias que são tantos que nem posso contá-los":** Os primeiros anos da Penitenciária da Pedra Grande (Florianópolis, 1930). Florianópolis, 2015. (Trabalho de Conclusão de Curso).

BIAVA, Fernanda C. **Os Menores Atrás dos Grandes Muros:** Penitenciária da Pedra Grande (1931-1939). Florianópolis, 2014. (Trabalho de Conclusão de Curso).

BORGES, Viviane. Arquivos Marginais: Crime e Loucura em Santa Catarina (1930-1970). Natal: **Anais do XXVII Simpósio Nacional de História**, 2013.

_____. "Atenção boa, sentimentos bons e emoções normais": um olhar sobre os detentos avaliados pela Seção de Medicina e Criminologia da Penitenciária de Florianópolis (1935-1945). **Anais Eletrônicos do 14º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia – 14º SNHCT**.

BRANCHER, Ana (org.). **História de Santa Catarina:** estudos contemporâneos. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999.

CABRAL, Oswaldo R. **História de Santa Catarina.** 4. ed. Florianópolis: Lunardelli, 1994.

CAMPOS, Cynthia Machado. **Santa Catarina, 1930:** da degenerescência à regeneração – Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. **Intenção e Gesto:** pessoa, cor e a produção da (in) diferença no Rio de Janeiro, 1927-1942. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2002.

CUORE, R. E. C.; CATANANTE, B. R.. A METODOLOGIA DOS CENSOS DEMOGRÁFICOS NO BRASIL: DESIGUALDADES EDUCACIONAIS DA POPULAÇÃO NEGRA. **Revista Magistro**, v. 1, p. 97-117, 2016.

Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

FOUCAULT, Michael. **A Ordem do Discurso:** aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 22ªed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

_____. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

_____. **A Sociedade Punitiva:** curso no Collège de France (1972-1973). São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2015.

_____. **Vigiar e Punir.** Petrópolis: ED. Vozes, 2012.

FRY, Peter e CARRARA, Sérgio. “As vicissitudes do liberalismo no direito penal brasileiro”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 2(1): 48-58. 1986.

GARCIA, Fabiano. As transformações de uma cidade: a ‘vilota rude’ que se tornou ‘Administração Municipal Modelo’ – o caso de Lages/SC. In: **Revista Santa Catarina em História** – Florianópolis – UFSC – Brasil ISSN 1984-3968, v.11, n.1, 2017.

GOMES, Angela de Castro (Org.). **Escrita de si, escrita da história.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

LOMBROSO, Cesare. **O Homem Delinquente.** Porto Alegre: Ricardo Lenz, 2001.

MELO, Osvaldo Ferreira de, (et al.). **A realidade catarinense no Século XX.** Florianópolis: Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 2000.

MIOTO, BEATRIZ TAMASO. A REDE URBANA DE SANTA CATARINA NO PERÍODO DA CONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL DO BRASIL (1930 - 1970). In: V Encontro de Economia Catarinense, 2011, Florianópolis. **Anais V Encontro de Economia Catarinense**, 2011.

MIRANDA, Antônio Luiz. **A Penitenciária de Florianópolis:** De um instrumento da modernidade a utilização por um Estado totalitário. Florianópolis, 1999.

_____. Instituição Penal e Controle Social: A construção da penitenciária e um novo tratamento da criminalidade em Florianópolis. **Ágora:** revista da Associação de Amigos do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, SC, v. 14, n.30, p. 15-22, jul. 1999.

NAPOLITANO, Marcos. **História do Brasil República:** da queda da Monarquia ao fim do Estado Novo. São Paulo: Contexto, 2016.

OLIVEIRA, Marcos Antônio. Mundo rural (economia, trabalho e migrações) na Serra Catarinense/Brasil: elementos para discussão da centralidade do trabalho agrícola no meio rural no contexto de sua reestruturação produtiva na atualidade. In: **JORNAL DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS v.10**, n.20 | julho-dezembro de 2016.

PERROT, Michelle. **Os Excluídos da História:** operários, mulheres e prisioneiros. 7ªed – Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

PETRUCCELI J.L., SABOYA A.M. **Características étnico-raciais da população, classificações e identidades**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; 2013.

POYER, Viviani. **Penitenciária Estadual da Pedra Grande Estudo da Instituição Penal entre 1935 – 1945**. Florianópolis, 2000.

REBELO, Fernanda. **A Penitenciária de Florianópolis e a Medicalização do crime (1935-1945)**. Editora UFSC: Florianópolis, 2004.

REBELO, Fernanda e CAPONI, Sandra. O gabinete do doutor Edelvito Campelo D'Araújo: a Penitenciária Pedra Grande como espaço de construção de um saber (1933-1945). **Hist. cienc. Saúde - Manguinhos** [online]. 2007, vol.14, n.4, pp.1217-1238.

BORGES, Viviane; SALLA, Fernando. Prontuários de instituições de confinamento. In: RODRIGUES, Rogério Rosa. (Org.) **Possibilidades de Pesquisa em História**. São Paulo: Contexto, 2017.

ROLIM, Rivail Carvalho. Estado, sociedade e controle social no pensamento jurídico-penal no governo Vargas - 1930/1945. In: **Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica**, Rio de Janeiro: vol. 2, no.5, setembro-dezembro 2010, p. 69 - 88.

SALLA, Fernando. **As prisões em São Paulo: 1822-1940**. São Paulo: Annablume, 1999.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil – 1870-1930**. 2ªed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

STEPAN, NL. Eugenia no Brasil, 1917-1940. In: HOCHMAN, G., and ARMUS, D., orgs. Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004. **História e Saúde collection**, pp. 330-391.

APÊNDICE A

TABELAS DE NÚMEROS GERAIS OBTIDOS A PARTIR DOS PRONTUÁRIOS

DADOS 1 - NATURALIDADE

[illegible]

Colônia Vieira								1		1
Concórdia					1		2	1		4
Criciúma									1	1
Cruzeiro					1	1				2
Curitibanos	1	1				2	1			5
Florianópolis	3	5	4	5	3	3	26	18	3	70
Hammonia						1	2	1		4
Herval				1						1
Imaruí		1		3			1			5
Itaiópolis					1					1
Itajaí		3	1	1	2		2	3		12
Jaguaruna							1	1	1	3
Jaraguá do Sul		1					4		1	6
Joinville	2		1			2	5	1	2	13
Jundiá							1			1
Lages			2		2	1	4	2		11
Laguna						3	1	1	1	6
Luís Alves							1			1
Mafrá				2	1	3	2	3		11
Morro dos Cedros									1	1
Orleans				1			6	2	1	10
Palhoça	3				1	1	4		2	11
Papanduva					2		2		1	5
Passagem							1			1
Pedras Grandes					1					1
Porto Belo								1	1	2
Porto União			1				1		1	3

Praia Grande						1				1
Rio Capivaras							1			1
Rio do Sul					1		1			2
Rio dos Pardos								2		2
Santa Catarina	1			1	2		6	1		11
Santa Tereza						1				1
São Bento	2		1	1	1					5
São Francisco			1	2				1		4
São João						1	1			2
São Joaquim	3			1			2	6	2	14
São José				1				4	2	7
São Lourenço	1									1
Serra da Pedra				1						1
Sombrio			1					1		2
Tijucas				1	2	1	5	5	2	16
Timbó						3	2			5
Tubarão	2		1	5	5	5	7		1	26
Urussanga					1	3	1			5
Vargem do Braço							1			1
Alfredo Chaves - RS										
Bagé - RS					1			1		2
Capoeiras - RS				1						1
Caxias - RS	2	1					1			4
Estrela - RS								1		1
Garibaldi - RS	1									1
Guaporé								2		2
Ipirá							1			1

Lagoa Vermelha -RS		1							1
Não me Toque						1			1
Passo Fundo -RS			1						1
Porto Alegre - RS							1	1	2
Rio Grande do Sul				2	1		3		6
Rio Pardo							1		1
Sant'Anna do Livramento - RS			1						1
Santa Maria - RS			1		1			1	3
Santo Ângelo							1		1
São Francisco de Paula - RS		1							1
São João de Montenízio			1						1
Torres - RS				1					1
Vacarias - RS				1	2			1	4
Bocaiúva								1	1
Campo do Tenente								1	1
Curitiba							1	3	4
Fernando dos Pinheiros - PR							2		2
Guarapuava							1		1
Ipiranga								1	1
Irati									1
Lapa - PR					1				1
Paraná							2	2	4
São José dos Pinhais - PR		1		1					2
Tijucu Preto									1
Vitória do Palmar									1
Campinas - SP							1		1
Faxim - SP		1							1

Piracicaba							1			1
São Paulo - SP							1		2	3
Rio de Janeiro - RJ			1					1		2
Ilha do Governador			1							1
Alagoas	1							1		2
Fortaleza - CE			1							1
Juiz de Fora - MG							1			1
Limoeiro - PE							1			1
Olinda - PE								1		1
Recife - PE								1		1
Salvador - BA							1			1
São Feliz - BA				1						1
São Miguel				1						1
Sergipe	1						1			2
Alemanha	1	1		5	2		1	3	2	15
Áustria							1			1
Chile			1							1
Índia								1		1
Itália			1	1			1	1		4
Portugal			1							1
Rússia								1		1
Síria	1								1	2
Suíça									1	1
Tchecoslováquia	1									1
Não consta	2	1		6			4	1		14
Total	34	25	36	51	48	45	145	109	47	540

DADOS 2 – PROFISSÕES

PROFISSÃO	1931	1932	1933	1934	1935	1936	1937	1938	1939	Total
Lavrador	17	15	16	17	35	28	64	42	21	255
Criador								1		1
Pescador			1				5		1	7
Operário	2	5		4			13	10	4	38
Mineiro				1		2				3
Ferreiro				1			2			3
Comércio	2		3	3	1	1	8	10	11	39
Carpinteiro	1		4	2			2	1		10
Carroceiro					1					1
Marceneiro			1		1		1		1	4
Ferroviário						1				1
Foguista				1						1
Jornaleiro	3		3	3	3	1	12	8	1	34
Lustrador					1					1
Marítimo			1			1	2	4	2	10
Mecânico				2	1	1	5			9
Pedreiro	1			1		3	3	4		12
Motorista			1	1	1		2	2		7
Padeiro			2				1	1	1	5
Sapateiro						2				2
Alfaiate							2	1	1	4

Engraxate							1	1		2
Barbeiro							1			1
Eletricista				1					1	2
Tintureiro				1						1
Colchoeiro								1		1
Pintor	1	1	1			1	2	2		8
Caneleiro							1			1
Funcionário Público	2				1	1	1		1	6
Professor	1	1						1		3
Militar	3	1	1	2	1		7	6	1	22
Guarda-livros				1						1
Editor de jornal		1								1
Engenheiro				1			1			2
Radio Telegrafista			1							1
Spcker				1						1
Artista							1			1
Dentista								1		1
Tipógrafo		1				1		2		4
Doméstica			2	3	2	1		4	1	13
Não tem							4	4		8
Não consta	1			4		1	5	3		13
Total	34	25	36	51	48	45	146	109	47	540

DADOS 3 – COR E INSTRUÇÃO

COR	1931	1932	1933	1934	1935	1936	1937	1938	1939	TOTAL
Branca	2	1	5	31	35	19	80	58	22	253
Morena	10	9	11	8	4	16	30	26	10	124
Clara	8	9	12	2		4	3	2	10	50
Parda	4	3	5		7	1	10	8	2	40
Preta	6	2	2	1	2	3	12	8	3	39
Mista							4	2		6
Morena Clara						2		1		3
Morena parda				1			1			2
Pálida							1			1
Morena Escura			1							1
Mulato								1		1
Não consta	4	1		8			4	3		20
Total	34	25	36	51	48	45	145	109	47	540
Branços	304		INSTRUÇÃO							
Não-branços	216		Sim	322						
Não consta	20		Não	202						
Total	540		Não consta	15						
			Só assina o nome	1						
			Total	540						

TABELA 4 – TIPOS DE CRIME⁵³

TIPO DE CRIME	1931	1932	1933	1934	1935	1936	1937	1938	1939	Total
Homicídio	15	9	9	11	19	14	45	27	17	166
Roubo	4	2	8	16	6	11	17	13	3	80
Violência Carnal	3	5	3	1	2	3	8	4	2	31
Peculato	2				1	1	1		1	6
Violência Carnal e Rapto	2		2	3	1	3	10	3	3	27
Furto	2		1	1	3	2	11	23	5	48
Lesão corporal	1	4	12	9	5	8	19	22	4	84
Prevaricação	1						1			2
Moeda Falsa	2			1	1		2			6
Rapto		2			2		3	1		8
Violência carnal e Homicídio										0
Estelionato				4			4			8
Falência				1					1	2
Lenocínio					3		2			5
Segurança de Estado									8	8
Infanticídio					1			1		2
Falso Testemunho					1		1			2
Dano e Resistência						1	1			2
Fuga de prisão						1				1
Falsificação de documentos						1		2		3
Abandono de Menor							7	1		8
Desacato							1			1

⁵³ Esta tabela foi produzida a partir do campo “causas” da Ficha de Informações do Sentenciado, onde os crimes normalmente aparecem descritos com o número do artigo infringido da Consolidação das Leis Penais de 1890. Com isso, alguns crimes possuem combinações. Portanto alguns campos se repetem combinados pelo fato de o sujeito ter sido condenado em ambos.

Roubo e Furto							2	1	1	4
Latrocínio							1			1
Crime contra a saúde pública							1			1
Código de menores							2			2
Arma ilegal										0
Código Militar							1	5		6
Incêndio							1			1
Crime contra a ordem pública								4		4
Extorsão									2	2
Injúria		1								1
Mendicância							1			1
Não consta	2	2	1	4	3		3	2		17
Total	34	25	36	51	48	45	145	109	47	540

DADOS 5 – LOCAL DO CRIME

LOCAL DO CRIME	1931	1932	1933	1934	1935	1936	1937	1938	1939	TOTAL
Florianópolis	5	4	9	9	4	2	33	21	4	91
Angelina										
Anita Garibaldi										
Anitápolis										
Anta Gorda										
Araranguá			1	2	7	5	11	7	3	36
Avenal						3				3
Barra Velha						1				1
Barro Branco						1				1
Bela Vista				1						1
Biguaçu							1			1
Blumenau	2	1	2	3	2	1	6	7	1	25
Bom Jardim da Serra										
Bom Jesus										
Bom Retiro					1	1	1	3	2	8
Braço do Norte							1			1
Brusque		1					3	6		10
Caçador						3	2	2		7
Camboriú	1									1
Campo Alegre			1							1

Campos Novos	2	2	3	3	6		3	2	3	24
Canela Branca										
Canoinhas	2	1	1		3		8	5	4	24
Catanduvas										
Chapecó							2	1		3
Colonia Vieira										
Concórdia					1		4	1		6
Criciúma									2	2
Cruzeiro		1	3	1	2	2		3		12
Curitibanos		2	1			3	2			8
Hammonia				1	1	1	6	1		10
Herciliópolis	1									1
Herval										
Imaruí								1		1
Indaial					2		1	4		7
Indianópolis							1			1
Itaiópolis										
Itá		1								1
Itajaí	1						3	4	1	9
Jaguaruna										
Jaraguá do Sul		3		3	1		7	2	3	19
Joinville	3			1		2	2	2	5	15
Jundiá										
Lages	3		2				6	6	1	18
Lajeado Bonito		1								1

Laguna	1					3			1	5
Luís Alves							1			1
Mafra				2	3	2	2	3	3	15
Massaranduba		2					1			3
Morro dos Cedros										
Orleans		1					5	3	2	11
Palhoça	3					1	3	1	2	10
Papanduva			1						1	2
Passagem										
Pedras Grandes									1	1
Porto Belo									1	1
Porto União		1		1			3	1		6
Praia Grande										
Rio Capivaras										
Rio Bonito				1						1
Rio do Sul			5	2	2	2	1		1	13
Rio dos Pardos										
Saltinho							1			1
Sanga da Areia	1									1
Santa Tereza										
São Bento	1	1	1	1	2	1		2		9
São Francisco			2	1			1	3		7
São João						1				1
São Joaquim	2						1	7	1	11
São José	1		2	2		1	4	3		13

São Lourenço	1									1
Serra da Pedra										
Sombrio							1	1		2
Tijucas	1			1	2	1	2	5	3	15
Timbó				1						1
Tubarão			1	7	6	4	9	1	1	29
Urussanga				1	1	3	2		1	8
Vargem do Braço										
Santa Catarina										
Não consta	3	3	1	7	2		5	2		23
Total	34	25	36	51	48	44	145	110	47	540

APÊNDICE B**TABELAS DOS NÚMEROS GERAIS DE SANTA CATARINA A PARTIR DOS RECENTSEAMENTOS E ANUÁRIOS****DADOS 6 – NÚMERO DE HABITANTES⁵⁴**

HABITANTES	1920	1930	1931	1932	1933	1934	1935	1936	1937	1938	1939	1940
Santa Catarina	668.743	868.653	891.061	914.070	937.695	961.950	986.855	1.012.424	1.038.687	1.065.632	1.093.305	1.178.340
Florianópolis	41.338	47.113	47.713	48.321	48.936	49.559	50.190	50.829	51.476		52.796	46.771
Araranguá	40.108							43.121	44.263		49.652	59.273
Biguaçu	19.162							29.006	29.782		33.321	20.108
Blumenau	72.213							40.859	41.942		44.421	41.178
Bom Retiro								17.148	17.617		17.872	27.842
Brusque	13.203							19.988	20.530		18.854	23.428
Caçador								12.193	12.533		15.534	25.307
Camboriú	8.289							12.549	12.898		11.606	9.352
Campo Alegre	4.575							6.926	7.130		7.577	5.269
Campos Novos	16.938							25.590	26.278		25.269	52.689
Canoinhas	20.801							30.491	31.306		32.719	42.310
Chapecó	11.315							17.130	17.598		13.863	44.327
Concórdia								18.186	18.682		21.086	32.658
Criciúma								17.599	18.079		16.394	27.753
Cruzeiro	13.335							13.346	13.758		20.328	36.174

⁵⁴ Para o preenchimento desta tabela foram utilizados os números apresentados pelos Recenseamentos Gerais de 1920 e 1940, além dos números apresentados nos os Anuários Estatísticos do Brasil dos anos de 1936, 1937, 1938, 1939, 1940 e 1946, todos do IBGE. Os campos sem preenchimento se dão pelo fato dos números não aparecerem nestas fontes.

Curitibanos	12.673							17.368	17.842		21.945	20.486
Gaspar								9.155	9.416		12.685	10.648
Hammonia								15.440	15.464		15.710	19.235
Imaruí	11.660							17.652	18.134		21.996	16.871
Indaial								13.802	14.184		15.354	13.873
Itaiópolis	6.668							10.095	10.381		10.705	15.747
Itajaí	33.327							45.454	46.657		42.961	44.204
Jaguaruna	7.370							10.158	10.445		11.000	9.709
Jaraguá do Sul								21.743	22.331		24.198	23.495
Joinville	42.854							38.730	39.656		41.847	45.590
Lages	37.314							48.856	50.147		51.567	53.697
Laguna	27.573							46.556	47.787		47.434	33.218
Mafra	10.845							16.418	16.868		18.091	22.172
Nova Trento	6.453							9.769	10.046		11.477	9.834
Orleans	15.178							22.978	23.598		38.412	24.965
Palhoça	31.128							41.245	42.338		44.308	36.441
Parati	13.775							20.854	21.419		22.313	12.147
Porto Belo	6.852							10.373	10.666		11.249	7.119
Porto União	12.068							16.870	17.331		19.532	20.823
Rio do Sul								18.944	19.459		24.374	49.548
Rodeio									10.645		10.881	12.057
São Bento	8.062							12.205	12.545		12.680	12.194
São Francisco	14.386							21.779	22.368		23.480	18.991
São Joaquim	12.541							18.986	19.502		21.223	19.692
São José	18.688							28.292	29.050		30.860	28.378

[illegible]

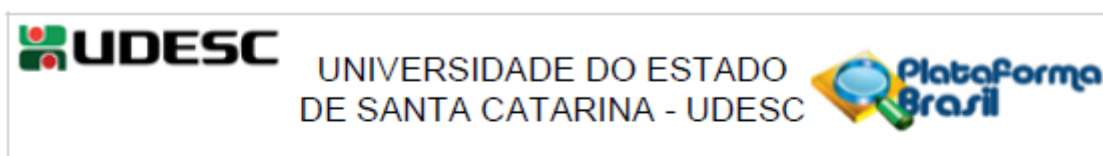
TABELA 7 – PROFISSÕES

Recenseamento 1920		Recenseamento 1940	
Total	668.743	Total*	791.051
Extração do Solo	166.355	Agricultura, Pecuária, Silvicultura	279.880
Extração de Minerais	1.256	Indústrias extrativas	10.539
Indústrias	17.787	Indústrias de Transformação	39.489
Transportes	4.590	Transportes	13.472
Comércio	8.082	Comércio de mercadorias	14.034
Administração Pública	3.447	Comércio de Imóveis e Valores Imobiliários	611
Administração Particular	445	Administração Pública, Justiça, Ensino Pub.	6.634
Profissões Liberais	3.224	Defesa Nacional, Segurança Pública	3.934
Diversas*	463.557	Profissões Liberais, Adm. Particular, Ens. Part.	2.539
*Incluindo sem profissão, ou de profissão não declarada		Serviços, atividades sociais	13.841
		Atividades Domésticas Atividades Escolares	347.492
		Inativos, Não compreendidas ou não declaradas	58.586
		*População com 10 anos ou mais	

TABELA 8 – INSTRUÇÃO, SEXO, COR E NACIONALIDADE

Instrução		Sexo	
Recenseamento 1920		Recenseamento 1920	
Total	668.743	Homens	339.712
Sabendo ler e escrever	197.401	Mulheres	329.031
Não sabendo ler e escrever	471.342	Recenseamento 1940	
Recenseamento 1940		Homens	596.142
Total	970.336	Mulheres	582.198
Sabendo ler e escrever	476.884		
Não sabendo ler e escrever	492.711		
Não declarada	741		
		Nacionalidade	
Cor		Recenseamento 1920	
Recenseamento 1940		Brasileiros	636.605
Total	1.178.340	Estrangeiros	31.243
Branços	1.112.809	Não declarada	895
Pretos	61.382	Recenseamento 1940	
Amarelos	40	Brasileiros	1.151.092
Pardos	3.956	Estrangeiros	21.532
Não declarada	153	Naturalizados	5.669

ANEXO - PARECER CÔMITE DE ÉTICA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: PENITENCIÁRIA DA PEDRA GRANDE: NARRATIVAS E SOCIABILIDADES (FLORIANÓPOLIS, 1930)

Pesquisador: LUCAS COELHO BACCIN

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 85828418.3.0000.0118

Instituição Proponente: FUNDACAO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SC UDESC

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.667.557

Apresentação do Projeto:

2a VERSÃO:

Título: PENITENCIÁRIA DA PEDRA GRANDE: NARRATIVAS E SOCIABILIDADES (FLORIANÓPOLIS, 1930)

Pesquisador: LUCAS COELHO BACCIN - Programa de Pós Graduação em História da Universidade Estadual de Santa Catarina - Mestrado.

Orientador: Rogério Rosa Rodrigues

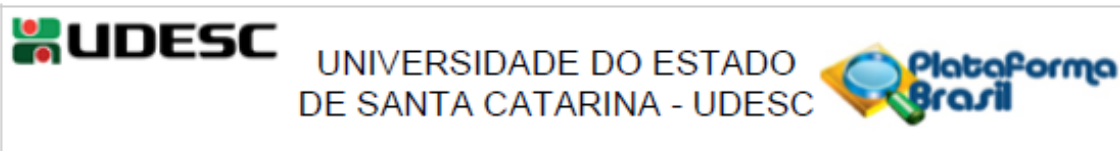
Este trabalho tem por objetivo analisar as relações de sociabilidades na Penitenciária da Pedra Grande em Florianópolis, na primeira década de seu funcionamento (1931-1940), e as diferentes narrativas encontradas tendo como fonte nos prontuários dos detentos recolhidos neste estabelecimento no período abordado. Com isso, se buscará analisar os diferentes discursos presentes nos prontuários, problematizando as questões e embates encontrados.

517 participantes

Cronograma de Execução:

- Defesa da Dissertação 15/07/2019 a 12/08/2019

Endereço: Av. Madre Benvenuta, 2007
Bairro: Itacorubi **CEP:** 88.035-001
UF: SC **Município:** FLORIANOPOLIS
Telefone: (48)3664-8084 **Fax:** (48)3664-8084 **E-mail:** cepsh.udesc@gmail.com



Continuação do Parecer: 2.667.557

- Escrita do Trabalho 21/05/2018 a 17/06/2019
- Análise das Fontes 02/07/2018 a 17/12/2018
- Análise bibliográfica 12/03/2018 a 13/12/2018

Objetivo da Pesquisa:

2a versão:

Objetivo Primário:

Problematizar os diferentes discursos presentes nos prontuários dos sujeitos detidos na Penitenciária da Pedra Grande entre 1931 e 1940, e de que maneira estes documentos revelam o cotidiano e as sociabilidades no interior da instituição.

Objetivo Secundário:

- Investigar de que maneiras os Regimentos e Normas da Penitenciária eram cumpridos ou não e quais aspectos da rotina diária da instituição são apresentados nos documentos.
- Analisar as diferentes narrativas e estilos de escrita presentes na documentação, buscando evidenciar as possíveis diferenças e semelhanças entre os discursos oficiais e as escritas de si presentes nos prontuários.
- Problematizar os embates e os diferentes discursos encontrados na documentação e de que maneiras estes instituem os sujeitos representados nos prontuários.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

2a versão:

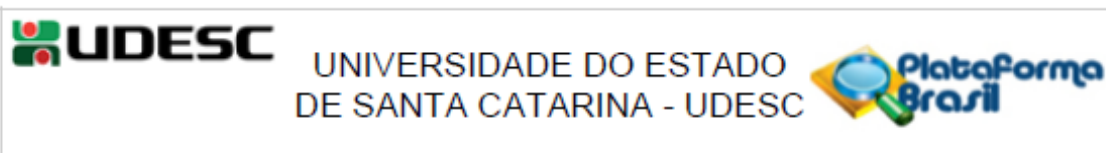
Riscos:

Risco mínimo. Pois se tratam de documentos de indivíduos já falecidos, e mesmo que se tratem de documentos sensíveis, principalmente no que toca aos prontuários da penitenciária, neste trabalho não será exposto nenhum dado que possa identificar os sentenciados ou os agentes penitenciários contidos nestes documentos. Para tanto, utilizarei de pseudônimos quando for necessário a referência as informações contidas nos prontuários.

Benefícios:

Esta pesquisa busca compreender parte da história de Florianópolis ainda pouco estudada, buscando um diálogo com a História do Tempo Presente e as questões ainda vigentes em torno da Penitenciária da Pedra Grande (agora Penitenciária Estadual de Florianópolis), e os discursos que permeiam a questão da criminalidade em nossa sociedade. Com isso, a pesquisa traz como benefícios, a contribuição para a historiografia catarinense, sobretudo com relação aos estudos da

Endereço: Av. Madre Benvenuta, 2007
 Bairro: Itacorubi CEP: 88.035-001
 UF: SC Município: FLORIANÓPOLIS
 Telefone: (48)3864-8084 Fax: (48)3864-8084 E-mail: cepsh.udesc@gmail.com



Continuação do Parecer: 2.667.557

Primeira República, e o período da Interventoria do governo Vargas no estado, e ainda para a historiografia e produção científica nacional acerca do tema das penitenciárias e das práticas punitivas no contexto das primeiras décadas da República brasileira, e de que forma estas questões ainda geram permanências na atualidade. Além disso a pesquisa visa contribuir com o projeto de Pesquisa e Extensão "Arquivos Marginais", gerando dados de análise que poderão ser posteriormente utilizados pelo projeto.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

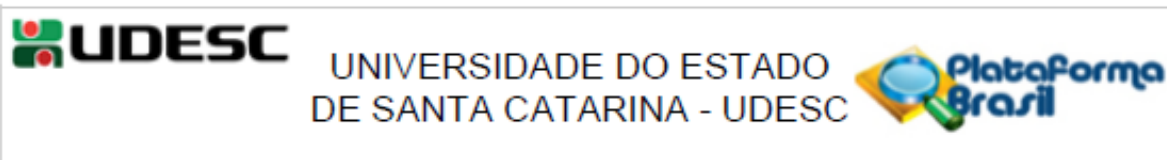
2a versão: O texto diz:

"Foi alterado no Projeto Detalhado o campo "Metodologia", com a seguinte redação: A pesquisa se dará a partir da ação documental, ou seja, a análise dos prontuários dos sujeitos detidos na Penitenciária da Pedra Grande entre 1931 e 1939. Inicialmente, será levado em conta o contexto em que estas documentações foram produzidas, para assim se pensar nas normas e intencionalidades da produção desta documentação pela instituição. Na sequência serão analisados os dados quantitativos constantes nesta documentação, estes

dados a serem analisados constam na "Ficha de dados padrão" presente em todos os prontuários (parte da documentação onde constam os dados burocráticos de identificação dos sujeitos), nisto serão analisados os dados da naturalidade, profissão, tipo de crime cometido, local do crime, instrução, cor e gênero destes sujeitos. Por fim, serão analisadas as narrativas constantes nos prontuários, tanto por parte dos funcionários da instituição, como pelos próprios apenados, a partir da análise da Ordem do Discurso de Michel Foucault.

Os prontuários serão analisados como discursos da instituição sobre os sentenciados, discursos estes que institucionalizam de que formas se deram suas vidas no embate com este poder disciplinar ao qual foram submetidos. Sendo apenas graças a estes embates com o poder que os discursos sobre estas vidas puderam chegar até nós. Ou seja, o fato de existir um poder que quis confinar e silenciar estes sujeitos ditos desviantes, que prendeu seus corpos em um instituição de correção, que buscou sua regeneração, é o que fez com que estes documentos existissem e pudessem estar agora sendo estudados. Como demonstrado por Foucault (2010) é impossível recuperar estas vidas em sua totalidade, sendo que só podemos analisá-las a partir das parcialidades, dos discursos, dos imperativos dos jogos de poder e na sua relação com este. Outro cuidado a ser tomado com esta documentação é no que diz respeito às vidas sobre as quais ela discursa, pois são prontuários de sujeitos ditos desviantes, que foram acusados de cometerem crimes e detidos numa instituição de encarceramento, se tratando assim de documentos sensíveis,

Endereço: Av. Madre Benvenuta, 2007
 Bairro: Itacorubi CEP: 88.035-001
 UF: SC Município: FLORIANOPOLIS
 Telefone: (48)3664-8084 Fax: (48)3664-8084 E-mail: cepsh.udesc@gmail.com



Continuação do Parecer: 2.667.557

sendo portanto, necessário o cuidado para a preservação da integridade e da identidade dos detentos."

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:
2a versão:

- PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO com alterações
- declaracao_instituicoes.pdf
- Termo de fiel_guardiao.pdf
- Carta_Resposta_CEP.pdf

Recomendações:

n/a

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

2a versão: Todas as pendências atendidas

1 - Anexar Declaração de Ciência Das Instituições Envolvidas conforme modelo disponível na página <http://www.udesc.br/comitedeeticaepesquisacomsereshumanos/formularios> - PENDÊNCIA ATENDIDA

2 - Esclarecer onde estão guardados os prontuários; PENDÊNCIA ATENDIDA

3 - Anexar Declaração de Ciência e Concordância do Fiel Guardião; PENDÊNCIA ATENDIDA

4 - Informar no Projeto Básico (campo "riscos") o grau de risco da pesquisa conforme descreve art. 21 da Resolução 510/2016, descrevendo cada um dos riscos e informando as medidas que serão tomadas para evitá-los e/ou minimizá-los; PENDÊNCIA ATENDIDA

5 - Descrever com mais detalhes os benefícios da pesquisa; PENDÊNCIA ATENDIDA

6 - Detalhar a metodologia do projeto em relação ao tipo de pesquisa (ação, de campo, documental) bem como aos dados que serão analisados no prontuário (dados pessoais, médicos, de estrutura física, das observações dos detentos). PENDÊNCIA ATENDIDA

Endereço: Av. Madre Benvenutta, 2007
Bairro: Itacorubi CEP: 88.035-001
UF: SC Município: FLORIANOPOLIS
Telefone: (48)3664-8084 Fax: (48)3664-8084 E-mail: cepsh.udesc@gmail.com



UNIVERSIDADE DO ESTADO
DE SANTA CATARINA - UDESC



Continuação do Parecer: 2.667.557

7 - Anexar o instrumento de coleta de dados, ou seja, anexar um roteiro com as questões ou dados que serão coletados e analisados; PENDÊNCIA ATENDIDA

8 - Anexar Folha de Rosto assinada pelo responsável da pesquisa; PENDÊNCIA ATENDIDA

9 - Anexar o TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ou a justificativa de dispensa do mesmo; PENDÊNCIA ATENDIDA

10 - Refazer no Projeto Detalhado o item "Grupos em que serão divididos os participantes da pesquisa neste centro; ID Grupo = prontuários dos detentos - Nº de participantes 517. Anexar uma "Carta Resposta ao CEP SH" informando sobre o cumprimento de cada uma das pendências elencadas acima e apontando os locais das correções/adequações. PENDÊNCIA ATENDIDA.

Projeto apto para aprovação.

Considerações Finais a critério do CEP:

O Colegiado APROVA o Projeto de Pesquisa e informa que, qualquer alteração necessária ao planejamento e desenvolvimento do Protocolo Aprovado ou cronograma final, seja comunicada ao CEP SH via Plataforma Brasil na forma de EMENDA, para análise sendo que para a execução deverá ser aguardada aprovação final do CEP SH. A ocorrência de situações adversas durante a execução da pesquisa deverá ser comunicada imediatamente ao CEP SH via Plataforma Brasil, na forma de NOTIFICAÇÃO. Em não havendo alterações ao Protocolo Aprovado e/ou situações adversas durante a execução, deverá ser encaminhado RELATÓRIO FINAL ao CEP SH via Plataforma Brasil até 60 dias da data final definida no cronograma, para análise e aprovação.

Lembramos ainda, que o participante da pesquisa ou seu representante legal, quando for o caso, bem como o pesquisador responsável, deverão rubricar todas as folhas do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE - apondo suas assinaturas na última página do referido Termo.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P	26/04/2018		Aceito

Endereço: Av. Madre Benvenutta, 2007

Bairro: Itacorubi

CEP: 88.035-001

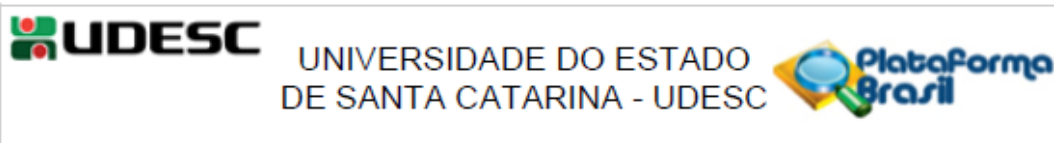
UF: SC

Município: FLORIANÓPOLIS

Telefone: (48)3664-8084

Fax: (48)3664-8084

E-mail: cepsh.udesc@gmail.com



Continuação do Parecer: 2.667.557

Básicas do Projeto	ETO_1091656.pdf	19:58:08		Aceito
Outros	declaracao_instituicoes.pdf	26/04/2018 19:57:34	LUCAS COELHO BACCIN	Aceito
Outros	fiel_guardiao.pdf	26/04/2018 19:56:59	LUCAS COELHO BACCIN	Aceito
Outros	Carta_Resposta_CEP.pdf	26/04/2018 19:56:12	LUCAS COELHO BACCIN	Aceito
Folha de Rosto	lucas1.pdf	04/04/2018 11:48:41	LUCAS COELHO BACCIN	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	lucasprojeto.docx	18/03/2018 14:25:13	LUCAS COELHO BACCIN	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

FLORIANOPOLIS, 22 de Maio de 2018

Assinado por:
Renan Thiago Campestrini
(Coordenador)

Endereço: Av. Madre Benvenuta, 2007
Bairro: Itacorubi CEP: 88.035-001
UF: SC Município: FLORIANOPOLIS
Telefone: (48)3664-8084 Fax: (48)3664-8084 E-mail: cepsh.udesc@gmail.com